

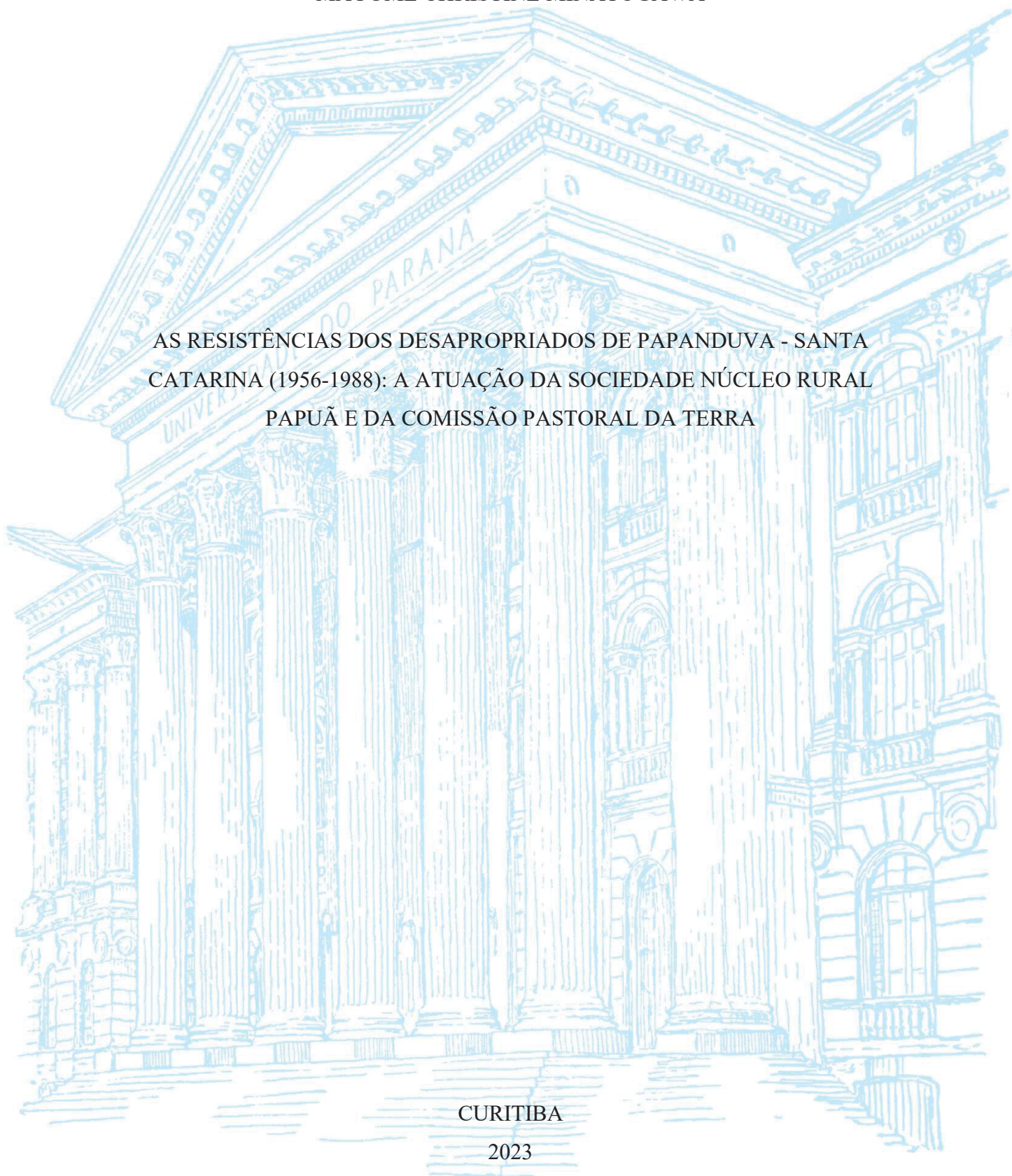
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAYUME CHRISTINE MINATOGAWA

AS RESISTÊNCIAS DOS DESAPROPRIADOS DE PAPANDUVA - SANTA CATARINA (1956-1988): A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ E DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

CURITIBA

2023



MAYUME CHRISTINE MINATOGAWA

AS RESISTÊNCIAS DOS DESAPROPRIADOS DE PAPANDUVA - SANTA
CATARINA (1956-1988): A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE NÚCLEO RURAL
PAPUÃ E DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Marion Dias Brepohl de Magalhães.

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Minatogawa, Mayume Christine

As resistências dos desapropriados de Papanduva, Santa Catarina (1956-1988) : a atuação da Sociedade Núcleo Rural Papuã e da Comissão Pastoral da Terra. / Mayume Christine Minatogawa. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marion Dias Brepohl de Magalhães.

1. Desapropriação – Papanduva (SC). 2. Resistência ao governo. 3. Violência. 4. Comissão da Pastoral da Terra.
I. Magalhães, Marion Brepohl de, 1956-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História.
III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **MAYUME CHRISTINE MINATOGAWA** intitulada: **As resistências dos desapropriados de Papanduva, Santa Catarina (1956-1988); a atuação da Sociedade Núcleo Rural Papuã da Comissão Pastoral da terra**, sob orientação da Profa. Dra. MARIONILDE DIAS BREPOHL DE MAGALHÃES, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Agosto de 2023.

Assinatura Eletrônica

28/08/2023 17:34:54.0

MARIONILDE DIAS BREPOHL DE MAGALHÃES

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

28/08/2023 12:24:32.0

ANGELO APARECIDO PRIORI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ)

Assinatura Eletrônica

28/08/2023 17:26:50.0

ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

*Dedico este trabalho à minha mãe,
Deyse Christine Shiroma, sua força e
delicadeza me inspiram.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar meus agradecimentos mencionando o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, agradeço pela bolsa concedida durante dois anos do desenvolvimento desse trabalho. Em um período de cortes de financiamento de pesquisa, certamente esse apoio fez toda a diferença e por isso sou grata.

À Marion Dias Brepohl de Magalhães, minha orientadora e excelente pesquisadora, que me ajudou em toda a realização dessa pesquisa seja com conselhos de ordem acadêmica quanto com boas risadas, sou muito grata também.

Agradeço àquela que é minha raiz, mantendo-se forte e firme para garantir que eu siga todos os meus sonhos, Deyse Christine Shiroma, muito obrigada por todo o apoio hoje e sempre. Agradeço meu irmão, Yan Isogi Minatogawa e minha irmã de coração, Maria Francisca. Agradeço também à toda a minha família e ao meu pai, Celso Mojin Minatogawa.

Quero agradecer especialmente ao meu companheiro de vida, Nilton Marlon Antônio, nossas caminhadas nos finais de tarde ensolarados fizeram toda a diferença para a realização dessa pesquisa.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os meus amigos e a todos os meus companheiros de luta.

RESUMO

Esta dissertação tem como tema as resistências dos desapropriados de Papanduva-SC, compreendendo o período de 1956 a 1988. Tais resistências foram pensadas a partir da atuação da Sociedade Núcleo Rural Papuã e da Comissão Pastoral da Terra - SC. Isto posto, a pesquisa tem como objetivo analisar as formas de resistência empregadas pelos desapropriados/herdeiros de Papanduva, também o de investigar como a experiência da desapropriação e das violências sofridas deu base para a organização desses indivíduos. Outro objetivo é o de examinar as ações da Sociedade Núcleo Rural Papuã, entendida como uma organização composta e gerida pelos próprios desapropriados. Também, buscou-se estudar as ações de agentes externos em apoio à luta dos reivindicantes, neste caso, a Comissão Pastoral da Terra. Pensar atitudes arbitrárias do Exército durante todo o período estudado também configura como um dos nossos objetivos. A corporação ingressou na região no ano de 1952, quando ocorreu a construção do Campo de Instrução Marechal Hermes. Em relação às ações arbitrárias por parte do Exército, estas têm início desde a desapropriação das áreas para expansão do Campo, isto é, 1956 e compreendem desde treinamento bélico em locais onde residiam civis até violências físicas contra os desapropriados. O recorte teórico-metodológico que norteia a pesquisa parte da concepção de Antonio Gramsci a respeito da subalternidade e da atuação dos chamados “intelectuais orgânicos”. A compreensão da violência contra os grupos subalternos, tanto em um contexto autoritário quanto democrático, é norteada pelas ideias do historiador Daniel Lvovich. Para melhor entendimento do conceito de experiência enquanto elemento de formação dos grupos/classes e de suas organizações, parte-se das obras de Edward Thompson. Para pensar a questão da resistência, partimos da noção dos discursos “ocultos” e “públicos”, de James Scott e do conceito de “contra-violência” proposto por Balibar. Por fim, a partir das análises compreendemos que os subalternos são capazes de falar e o fazem de diversas maneiras.

Palavras-chave: Desapropriações. Resistência. Violência. Papanduva-SC. Comissão Pastoral da Terra – CPT.

ABSTRACT

This dissertation explores the resistance of the dispossessed in Papanduva, Santa Catarina, covering the period from 1956 to 1988. This resistance was examined through the activities of the Sociedade Núcleo Rural Papuã and the Comissão Pastoral da Terra - SC. The objective of this research is to analyze the forms of resistance employed by the dispossessed/heirs of Papanduva and to investigate how the experience of dispossession and the violence suffered formed the basis for their organization. Another goal is to examine the actions of the Sociedade Núcleo Rural Papuã, seen as an organization composed and managed by the dispossessed themselves. Additionally, the study sought to explore the actions of external agents supporting the claimants' struggle, specifically, the Comissão Pastoral da Terra. The arbitrary actions of the Army throughout the studied period are also an objective. The military entered the region in 1952 when the Campo de Instrução Marechal Hermes was being constructed. Concerning the Army's arbitrary actions, these started with the expropriation of areas for the expansion of the Campo, that is, in 1956, and included military training in civilian areas and physical violence against the dispossessed. The theoretical and methodological framework guiding this research is based on Antonio Gramsci's conception of subalternity and the role of "organic intellectuals." Understanding violence against subaltern groups, whether in an authoritarian or democratic context, is guided by the ideas of historian Daniel Lvovich. To better grasp the concept of experience as a formative element of groups/classes and their organizations, Edward Thompson's works are considered. To understand the question of resistance, the research begins with the notion of "hidden" and "public" discourses by James Scott and the concept of "counter-violence" proposed by Balibar. In conclusion, the analyses reveal that subalterns are capable of speaking and do so in various ways.

Keywords: Expropriation. Resistance. Violence. Papanduva-SC. Comissão Pastoral da Terra – CPT.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização Três Barras e Papanduva em Santa Catarina.....	12
FIGURA 2 – Linha do tempo luta desapropriados Papanduva-SC.....	149

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Técnica
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIMH – Campo de Instrução Marechal Hermes
CJM – Circunscrição Judicial Militar
CLT – Consolidação das Leis de Trabalho
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPE – Comissão Parlamentar Externa
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
DOP – Departamento Oficial de Propaganda
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
IBESP – Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPM – Inquérito Policial Militar
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITR – Imposto Territorial Rural
MIRAD – Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário
MJT – Movimento Justiça e Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDS – Partido Democrático Social
PEA – População Economicamente Ativa
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSD – Partido Social Democrático

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SNRP – Sociedade Núcleo Rural Papuã

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2. CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA: CONTEXTUALIZAÇÃO E DEBATES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E AS DESAPROPRIAÇÕES EM PAPANDUVA-SC.....	27
2.1. ESTATIZAÇÃO DA <i>SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND COLONIZATION COMPANY</i> E A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE INSTRUÇÃO MARECHAL HERMES (CIMH).....	30
2.2. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA: A QUESTÃO DE PAPANDUVA-SC	32
2.3. CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E SEUS DEBATES.....	40
2.4. UM BREVE OLHAR SOBRE O MOVIMENTO DO CONTESTADO (1912-1916).....	54
2.5. OS PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS DE GETÚLIO VARGAS E DE JUSCELINO KUBITSCHK E A QUESTÃO AGRÁRIA	57
2.5.1.A Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e o desenvolvimento.....	59
2.5.2. ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e o desenvolvimento	62
2.6. QUANDO OS SUJEITOS GANHAM VOZ: DEBATES MAIS RECENTES....	65
2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO	69
3. RESISTÊNCIAS DOS DESAPROPRIADOS DE PAPANDUVA-SC: A SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ (1963-1985)	73
3.1 OS SUBALTERNOS PODEM FALAR?	76
3.1.1 Os grupos subalternos para Antonio Gramsci	76
3.1.2 A posição do subalterno para Gayatri Spivak	79
3.1.3 A noção de experiência para Edward Thompson	82
3.2 VIOLÊNCIA E CONTRA-VIOLÊNCIA	85
3.3 QUANDO OS SUJEITOS GANHAM VOZ: A ORGANIZAÇÃO DOS DESAPROPRIADOS/HERDEIROS DE PAPANDUVA-SC E A SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ (SNRP).....	93
3.3.1 Primeiros passos de luta e o caso de Maria da Glória Wojciechowski	93
3.3.2 A Sociedade Núcleo Rural Papuã (1978-1985).....	96
3.4 OS SUBALTERNOS FALAM	108
4. A ATUAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) EM APOIO AOS DESAPROPRIADOS DE PAPANDUVA-SC (1985-1988).....	111
4.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA.....	114

4.1.1 Teologia da Libertação	114
4.1.2 Teologia da Libertação no Brasil e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).....	119
4.2 APOIO À LUTA DOS DESAPROPRIADOS DE PAPANDUVA-SC.....	123
4.2.1 Acampamentos	124
4.2.2 Mobilização da memória como possibilidade de construção de identidade e luta	132
4.2.3 Tornar a violência invisível, visível	141
4.3 CASO DO PASTOR WERNER FUCHS E CASO DE EDILSON GONÇALVES DE OLIVEIRA E HAMILTON GONÇALVES DE OLIVEIRA	144
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
FONTES	155
REFERÊNCIAS	159

1 INTRODUÇÃO

Em 2023, completará 60 anos desde que pequenos e médios proprietários de Papanduva, em Santa Catarina, tiveram suas terras irregularmente desapropriadas pela 5ª Região Militar do Exército brasileiro. São 60 anos sem que muitos tenham recebido a justa indenização pelas áreas desapropriadas, 60 anos em que o único instrumento que tinham de trabalho lhes foi tirado, 60 anos que o direito à moradia lhes tem sido negado. Em 2020, foi divulgado pelo IBGE que a expectativa média de vida no Brasil é de 76,8 anos, ou seja, a luta dos desapropriados representa quase uma vida inteira marcada pela violência de Estado através do Exército, instituições que têm como objetivo assegurar uma vida digna aos cidadãos. Tanto tempo se passou desde que as desapropriações foram levadas a cabo que não é possível falar dos desapropriados de Papanduva-SC sem que se fale também de seus herdeiros. São 60 anos de violências sofridas, mas também são 60 anos de resistência e luta. É justamente esse ponto que trabalhamos na presente pesquisa, as formas de resistências operadas pelos desapropriados e herdeiros de Papanduva-SC, entre 1956 e 1988. O recorte temporal delimitado leva em consideração a data de promulgação do Decreto Lei nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956, que previa a desapropriação de terras dos agricultores para a ampliação do Campo de Instrução Marechal Hermes - CIMH. O limite temporal, o ano de 1988, foi definido em razão da documentação levantada e também da exiguidade da pesquisa, dado que para análise de um período de tempo maior seria necessário mais tempo para a realização da pesquisa. Para melhor visualizar os municípios onde o CIMH foi construído e depois ampliado, podemos verificar no mapa abaixo em vermelho – ao norte o município de Três Barras e, ao sul, Papanduva.

FIGURA 1- LOCALIZAÇÃO TRÊS BARRAS E PAPANDUVA EM SANTA CATARINA



FONTE: Wikipedia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Papanduva#/media/Ficheiro:SantaCatarina_Municip_Papanduva.svg. Acesso em 13 jun. 2023. [com alterações da autora].

Essa história, no entanto, tem seu início ainda em 1952, período marcado pela política de estatização do Governo de Getúlio Vargas. O patrimônio da empresa *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, localizada na cidade de Três Barras-SC, vizinha do município de Papanduva, passou a integrar o patrimônio do Ministério do Exército. Nas terras recém adquiridas pela 5ª Região Militar, objetivava-se a construção de um campo de instrução, o Campo de Instrução Marechal Hermes - CIMH¹.

Em 1956, visando ampliar a área já ocupada pelo CIMH, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956, resolveu desapropriar terras adjacentes àquelas já ocupadas pelo Campo. Assim, 89 propriedades distribuídas entre 68 famílias seriam atingidas. Valmor Schiochet² ressalta que o Decreto havia sido baseado em outro, o de nº 3.365, de 21 de junho de 1941. Tal decreto propunha que desapropriações podiam ocorrer em virtude da Segurança Nacional e da defesa do Estado,

¹ LIMA, Soeli Regina; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. O fim de uma company town: do processo de estatização às manifestações dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company (1940-1956). *Revista de História Regional* 22(1): 125-147, 2017 Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>.

² SCHIOCHET, Valmor. *Esta Terra é minha terra: movimento dos desapropriados de Papanduva*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade de Santa Catarina. Florianópolis, 1988.

mediante pagamento justo pelas terras desapropriadas. Em 1958, foi promulgado o Decreto nº 44.458, de 03 de setembro de 1958, com o levantamento das áreas de terras que seriam passadas à União, bem como o cálculo das indenizações que deveriam ser pagas aos proprietários.

No entanto, as desapropriações, de fato, só aconteceram em 1963. Nos sete anos entre a promulgação do Decreto nº 40.570/56 e as desapropriações, os primeiros problemas começaram a surgir. O primeiro deles diz respeito a atitudes arbitrárias por parte do Exército, como por exemplo, a proibição da retirada dos bens ditados no decreto desapropriatório, bem como a intimidação dos agricultores através da realização de treinamentos com material bélico pesado. Soma-se a isso a falta de informações concedidas aos proprietários sobre os trâmites legais a respeito do andamento do processo de desapropriação e do pagamento das indenizações.

Inserindo essa questão em um contexto mais geral, neste caso, de uma Ditadura Militar, logo, de caráter fortemente autoritário, percebe-se que os ex-proprietários não eram considerados como “inimigos da ordem e do progresso”. Isso fez com que não houvesse, em um primeiro momento, repressões diretas contra eles, até porque os militares do CIMH estavam no controle da situação e tinham como preocupação maior esconder as injustiças cometidas. Não houve nenhuma ação de coerção física, mas o autoritarismo comum da tradição brasileira, acentuado pelo regime político vigente propiciou que o Exército mantivesse algumas atitudes autoritárias. Como por exemplo, a exploração das terras desapropriadas por meio de arrendamentos aos antigos donos, para que estes pudessem criar o gado e realizar outras atividades, prática que configura desvio de uso.

Em relação à produção acadêmica sobre a desapropriação de terras em Papanduva-SC para a construção do CIMH, esta ainda está em fases de elaboração. Por essa razão, não há uma extensiva gama de trabalhos acadêmicos a respeito do tema. Trata-se de produções bastante recentes, sendo a maioria a partir da segunda metade dos anos 2010. Além disso, são produções que trabalham, sobretudo, com a metodologia de História Oral, procurando focar na experiência dos Sujeitos. Na presente pesquisa, endossando a onda epistêmica da importância dos atores históricos, buscamos a voz dos desapropriados e herdeiros, mas em fontes que até então não foram mobilizadas, como os ofícios enviados pela Sociedade Núcleo Rural Papuã e demais documentos escritos.

Como hipótese principal da pesquisa temos a de que a organização dos desapropriados/herdeiros foi bem sucedida, dado que conseguiram operar a resistência,

principalmente se levarmos em consideração a posição de subalternidade e de vulnerabilidade ocupada por eles. A partir dessa hipótese inicial, surgem algumas problemáticas que visamos responder ou pelo menos tatear. São elas: qual o papel da organização interna, principalmente na configuração da Sociedade Núcleo Rural Papuã, para que tal resistência se desenvolvesse? Qual foi a função da Comissão Pastoral da Terra, enquanto entidade externa, na luta dos desapropriados? A CPT atuou em conjunto com os reivindicantes ou exerceu o papel de mediadora dos conflitos, tomando para si a voz do movimento? Como podemos entender o autoritarismo e violência do Exército independentes do contexto político vigente? Sob quais formas o autoritarismo e a arbitrariedade do Exército se apresentavam? Como essas experiências impactaram as ações dos desapropriados e herdeiros?

Sendo assim, temos por objetivos principais: analisar de que maneiras os desapropriados de Papanduva-SC operaram a resistência; investigar o papel da Sociedade Núcleo Rural Papuã para que pudessem desenvolver mecanismos de resistência; analisar a atuação da Comissão Pastoral da Terra no apoio e na organização dos reivindicantes e pensar as atitudes do Exército Nacional em relação à população rural.

A pesquisa aqui apresentada justifica-se, primeiramente, por trabalhar com uma temática ainda pouco estudada. Tendo em vista os trabalhos já produzidos a respeito do CIMH e os desapropriados de Papanduva-SC, percebe-se que a questão da memória foi bastante enfatizada. Dessa forma, o que realizamos nessa pesquisa é buscar trazer uma abordagem diferente sobre o tema, dialogando com o que foi trabalhado por Valmor Schiochet ainda no final da década de 1980. Contudo, o que propomos difere justamente pelo corpus documental que está sendo trabalhado, sobretudo os documentos organizados pela Comissão Estadual da Verdade - Teresa Urban e pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. A mobilização dessas fontes nos permitiu ter acesso a outras formas de arbitrariedades por parte do Exército e também entender a organização da SNRP e a atuação da CPT sob outra ótica que não a da memória. A relevância do estudo desse tema se dá também no âmbito social, pois o caso dos desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC, mesmo tendo se passado quase 60 anos, ainda não encontrou solução, não houve a reintegração de posse aos desapropriados/herdeiros, nem o pagamento das indenizações³.

³ COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE TERESA URBAN. Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná. vol. 2. São Paulo: Tiki Books, 2017. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-10/comissao_da_verdade_v2_2versao.pdf>. Acesso em: 13 de set. de 2022. p. 281-282.

Antes de prosseguir, gostaria de expor o caminho que me permitiu chegar a esse objeto de pesquisa.

Durante a Graduação, mais especificamente para o trabalho de conclusão de curso, propus-me a pensar a representação das mulheres que atuaram no Movimento do Contestado (1912-1916). Esse conflito ocorreu entre os caboclos que habitavam a região contestada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina – por essa razão o nome do conflito – e o Exército. O movimento do Contestado esteve envolto por diversas nuances, fossem elas políticas, do “nascimento” da República brasileira, contexto em que os sertanejos eram vistos como um entrave para o progresso e modernização; aspectos culturais, principalmente no que tangia ao “catolicismo rústico” dos revoltosos; fosse a aspectos socioeconômicos, os rebeldes do Contestado haviam tido suas terras concedidas à empresa *Brazil Railway Company*, responsável pela construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. De modo geral, e principalmente devido à complexidade desse conflito, passei a me interessar grandemente pelo Contestado.

No ano de 2020, Roseli Boschilia, minha orientadora de monografia, fez-me um convite para participar do projeto *Violência na era dos Direitos Humanos: a questão da invisibilidade social de grupos vulneráveis*, na condição de bolsista. De pronto aceitei, pois tratava-se de uma excelente oportunidade para uma recém formada. No projeto, minha principal atribuição era a de inserir a documentação arrolada, principalmente, pela Comissão Estadual da Verdade Teresa Urban - PR na base de dados que estava sendo construída; para isso, deveria ler os documentos que me eram dados e sintetizar as informações pertinentes.

Durante os trabalhos, deparei-me com uma pasta com o título “Caso Papanduva-SC”. Nela, encontrei diversas das fontes que mobilizo para essa pesquisa. O que me chamou a atenção, naquele momento, foi o fato de que o município de Papanduva-SC foi criado justamente após o Movimento do Contestado (1912-1916) e, portanto, estava localizado na região que havia sido alvo de disputa. Mas, além disso, o fato de que cerca de 40 anos findada o conflito, novamente os camponeses da região tiveram suas terras desapropriadas, novamente a empresa *Brazil Railway Company* esteve envolvida e novamente o Exército e o Estado brasileiro foram responsáveis pela violação de direitos da população do Planalto Norte catarinense. Era a história se repetindo como tragédia, como diria Marx no início do *18 Brumário*. Era evidente que eu não poderia ignorar esse caso.

Então, para a realização desta pesquisa, trabalhamos com documentação, em sua maioria, composta de fontes escritas, que podem ser encontradas *online*. Nesse caso, os acervos e *sites* consultados foram, o Arquivo Nacional, a base de dados criada pelo projeto *Violência na era dos Direitos Humanos: a questão da invisibilidade social de grupos vulneráveis* e o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Para comentar mais detidamente sobre o conteúdo das fontes e a pertinência para a pesquisa aqui proposta, abordaremos de acordo com suas localizações.

Através de consulta realizada no Sistema de Informações do Arquivo Nacional foram encontrados cerca de 39 documentos, do período que compreende os anos de 1954 a 1992. Constatou-se a existência de diversos Relatórios e Boletins Reservados do Exército, das décadas de 1950 a 1990. Esses documentos abordam questões técnicas relacionadas ao Campo de Instrução Marechal Hermes, como distribuição dos oficiais em serviço, distribuição de materiais e armamentos, entre outros. Também, nesse mesmo acervo foram encontrados os Decretos Lei nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956 e o de nº 44.458, de 03 de setembro de 1958.

O Arquivo Nacional também disponibiliza o acesso a Relatórios e Informes produzidos pelo próprio Exército acerca dos acampamentos dos desapropriados/herdeiros, além da ocupação ao CIMH, em 1987. Sobre a Sociedade Núcleo Rural Papuã, foram encontrados ofícios remetidos a autoridades denunciando as injustiças cometidas e buscando auxílio para resolver o problema da desapropriação. Documentos relativos à Comissão Pastoral da Terra também foram encontrados, como informes produzidos pelo Exército sobre eventos organizados pela entidade em 1986 e 1987. Por fim, constam alguns documentos oficiais sobre os processos militares movidos contra o Pastor Werner Fuchs, então coordenador da CPT-PR, e contra os desapropriados/herdeiros Hamilton Gonçalves de Oliveira e Edilson Gonçalves de Oliveira, todos os casos ocorridos em 1987.

Sobre os documentos pertencentes à base de dados criada pelo projeto *Violência na era dos Direitos Humanos: a questão da invisibilidade social de grupos vulneráveis*, estes já estão disponíveis *online* pela plataforma *Dspace*⁴. Foram separados cerca de 28 arquivos compreendidos entre os anos 1962 a 1992. Esses documentos foram organizados pela Comissão Estadual da Verdade do Paraná - Teresa Urban e alguns estão presentes

⁴ Para acesso ao banco de dados: PLATAFORMA DSPACE. **Cidadania, Violência e Direitos Humanos**. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/58399>. Acesso em 19 set. 2022.

no segundo volume do *Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná*⁵. No que tange às próprias desapropriações, alguns desses documentos evidenciam que autoridades estavam cientes de que tal ação não havia seguido parâmetros legais; além disso, as irregularidades cometidas no ato e posteriormente às desapropriações são denunciadas em diversos processos (1982-1984) movidos pelos desapropriados/herdeiros.

Há considerável documentação sobre a Sociedade Núcleo Rural Papuã, sobretudo ofícios enviados a autoridades. O conteúdo desses ofícios versa em denunciar as injustiças cometidas, a falta de pagamento das indenizações, a instalação do CIMH em terras férteis, a ausência de transferência da titularidade das terras à União. Também buscavam auxílio de órgãos oficiais, além de apresentarem soluções para resolução do conflito.

Alguns documentos comprovam o desvio de uso do Campo de Instrução Marechal Hermes pelos militares. Um deles é um edital de tomada de preços (1984) para arrendamento de terras pertencentes à 5ª Região Militar a terceiros, sendo que o Campo deveria ser utilizado somente para treinamento das tropas, tal prática parece ter sido recorrente. Uma carta, de 1985, enviada pela Comissão dos Desapropriados de Papanduva ao Presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal denuncia outra irregularidade, a extração predatória de erva mate dentro dos limites do CIMH.

No Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, organizado pela Comissão Pastoral da Terra, a maioria dos documentos é relacionada à atuação da CPT no auxílio aos desapropriados/herdeiros, também há documentos sobre a questão do processo militar movido contra o Pastor Werner Fuchs. Trata-se de, principalmente, recortes de periódicos produzidos pela própria entidade, como também documentos oficiais, ofícios e telegramas.

No que tange à atuação da CPT em Papanduva, há alguns telegramas enviados de uma regional à outra, seja denunciando o que acontecia no Planalto Norte catarinense, seja demonstrando apoio à luta dos desapropriados/herdeiros. A Diocese de Goiás é a responsável por vários desses telegramas, exigindo a devolução das terras. Tal demanda é abordada por outras entidades, como a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (1986), em ofícios enviados ao Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário. Folhetins e cartas produzidas nos acampamentos, em 1986 e 1987, também auxiliam na compreensão das táticas de resistência dos desapropriados.

⁵ COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE TERESA URBAN. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná**. vol. 2. São Paulo: Tiki Books, 2017.

Assim como presente em alguns documentos anteriormente mencionados, o arrendamento de terras aos próprios desapropriados e a terceiros também aparece nesse acervo na forma de recibos de arrendamentos emitidos pelo Ministério do Exército, bem como contratos, entre 1970 e 1971.

Sobre a prisão e o processo militar movido contra o Pastor Werner Fuchs a documentação é predominante, há diversos ofícios da CPT enviados a outras entidades denunciando o ocorrido, bem como notícias em periódicos fazendo o mesmo. Inclusive, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino disponibiliza todos os documentos oficiais do Inquérito Policial Militar de Fuchs. Outros documentos pedem justiça aos desapropriados Hamilton Gonçalves de Oliveira e José Edilson de Oliveira, civis que também foram julgados em tribunal militar.

Se quisermos realizar uma espécie de taxonomia das fontes⁶, podemos dizer que se tratam de fontes diretas, pois os documentos analisados foram produzidos com fins de informar o leitor sobre o que estava acontecendo, mesmo que não tivessem a pretensão de se tornarem fontes históricas, havia uma intencionalidade e eram destinados a alguém. Além disso, apresentam a posição ideológica dos autores, sejam eles os desapropriados/herdeiros, seja do Exército/Estado. Dadas que são posições antagônicas em relação às desapropriações é preciso considerá-las em seus conteúdos.

As fontes aqui trabalhadas não são involuntárias, pois elas eram destinadas a receptores. Ainda, havia a intenção de que esses documentos fossem lidos, mesmo que por um número restrito de pessoas. São, também, fontes de conteúdo, pois o suporte onde está a mensagem não é o ponto primordial, o conteúdo pode ser transmitido para além do suporte original, tanto que analisamos cópias digitalizadas. Por fim, as fontes com as quais trabalhamos podem ser serializadas⁷, levando em conta algumas questões propostas por Barros⁸, consideramos que uma análise em série nos ajudaria a entender melhor nosso objeto de pesquisa.

A documentação e a problemática desta pesquisa foram entendidas a partir de alguns conceitos e ideias, são eles: violência, subalternidade/invisibilidade, organização dos grupos subalternos e experiência. A concepção de violência foi pensada a partir das ideias do historiador Daniel Lvovich, de que a violência contra os grupos subalternos,

⁶ BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas**: Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes. 2019.

⁷ BARROS (2017) comenta como é impossível a existência de fontes seriais de forma natural, cabe ao pesquisador entendê-las dentro de uma série ou não.

⁸ Ibid.

muitas vezes, não muda muito entre democracias e ditaduras. Isto porque formas habituais e institucionais se confundem, como por exemplo, o fator preconceito (de gênero, racial ou religioso). Lvovich, ao analisar as ditaduras militares da América Latina, constatou que muitas das repressões empregadas pelos Estados ditatoriais eram, na verdade, formas habituais de violência institucional⁹. Assim sendo, apenas a dicotomia democracia-ditadura não é suficiente para entender a violência estatal aplicada nos países latino americanos. As concepções de Karl Kohut e Jaime Ginzburg também são bastante mobilizadas na pesquisa, sobretudo no que diz respeito a violências partidas do Estado e a mobilização do Direito enquanto meio de dominação. A esses autores soma-se Étienne Balibar, sobretudo para pensarmos as táticas de contra-violência¹⁰ – ou resistência.

Há que se considerar, também, o próprio lugar ocupado pelos desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC, lugar esse alheio aos centros urbanos e, portanto, de marginalização e invisibilização. Ainda segundo Lvovich, quando se trata de violência destinada a grupos nessas condições, ela própria assume um caráter de invisibilidade. No caso brasileiro, a violência contra camponeses e indígenas é datada anteriormente ao século XX, sendo nesse período somente intensificada e naturalizada¹¹. De acordo com Marion Brepohl, Marcos Gonçalves e Emerson Gabardo¹², a própria invisibilização da violência e repressão é também por si só uma forma de violência, pois aqueles por ela afetados dificilmente conseguem que suas demandas judiciais sejam atendidas.

O que é considerado por aqueles que estão inseridos na sociedade civil, como violência oriunda exclusivamente de um Estado de exceção, é somente a realidade para aqueles que estão à sua margem. Dessa forma, pensar as violências cometidas contra os grupos subalternos como invisíveis implica em pensar a própria subalternidade desses indivíduos, que por vezes, não conseguem agir autonomamente para reclamar suas memórias e exigir justiça¹³.

Por esse motivo, é preciso entender o local que os camponeses ocupam na sociedade brasileira, motivo pelo qual partimos da concepção gramsciana de

⁹ LVOVICH, Daniel. La violencia dictatorial y la violencia estatal de largo plazo en el Cono Sur de América Latina: Entre lo excepcional y lo habitual. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 68, n. 01, p. 85-108, jan./jun., 2020.

¹⁰ BALIBAR, Étienne. Violencia, Política, Civilidad. **Ciencia Política**. v. 10, n. 19, jan./jun. 2015.

¹¹ LVOVICH. *Ibid.*, p. 95.

¹² BREPOHL, M.; GONÇALVES, M.; GABARDO, E. As violências do Estado de exceção e a defesa da memória contra a invisibilidade dos grupos vulneráveis. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n. 117, pp. 321-361, jul./dez. 2018. p. 324.

¹³ LVOVICH. *Ibid.*, p. 104.

subalternidade. Estes não estão inseridos na oposição burguesia-operariado, até mesmo se pensarmos o espaço geográfico por eles ocupado. Os grupos subalternos caracterizam-se pela não homogeneidade, desagregação, e espontaneidade permanente, o que não quer dizer ausência total de organização¹⁴. Em uma das modalidades propostas por Gramsci sobre a subalternidade está a de que se tratam de grupos à margem da História, mas com capacidades de organização política em graus variados¹⁵. A partir disso, pode-se pensar que os desapropriados/herdeiros compõem as classes subalternas, pois esse grupo tem sua formação de certa maneira espontânea e sua organização não foi permanente.

A historiadora Marion Brepohl¹⁶, ao trabalhar com o exemplo do povo herero da Namíbia, acrescenta outro aspecto considerável, a invisibilidade desses grupos. Dado que não são considerados aceitos pelo Estado - instância em que, para Gramsci, se dá a relação de dominação dos grupos subalternos¹⁷ - ou pela lei ordinária como representantes de sua classe, Brepohl ressalta o tratamento relegado a esses grupos, sendo considerados estrangeiros dentro de seu próprio país, onde têm seus direitos negados e são vítimas de um sistema judiciário punitivista. Mesmo que a historiadora não esteja trabalhando especificamente com a questão camponesa brasileira, percebe-se, como aponta Mitidiero Junior¹⁸, que a própria configuração da posse de terras no Brasil é pautada diversas vezes no sistema judiciário e legislativo e que desfavorece, sobretudo, os camponeses, legando-os a uma vida de marginalidade e invisibilidade dentro de seu próprio país.

Nortearemos, então, nosso entendimento sobre os desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC a partir da concepção gramsciana de subalternidade e não daquela desenvolvida pelos teóricos pós coloniais, principalmente, por Gayatri Spivak. Dado que a autora, apesar de trabalhar bastante com as ideias de Gramsci, desconsidera um ponto crucial, a capacidade de organização política desses grupos, independente do grau de

¹⁴ GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 5. p. 135.

¹⁵ GÓES, Camila. Repensando a subalternidade: de Antonio Gramsci à teoria pós-colonial. **Revista Outubro**, n. 26, julho de 2016. p. 106.

¹⁶ BREPOHL, Marion. La condition d'invisibilité à partir d'une perspective transnationale : L'exemple de la Namibie. In : CALOZ-TSCHOPP, M. et all. **Vivre l'exil; explorer des pratiques de desexil de l'exil**. Paris: L'Harmattan, 2019.

¹⁷ SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katál**. Florianópolis. v. 12. p. 41-49. jan./jun. 2009. p. 43.

¹⁸ MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma Igreja radical: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba**. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. p. 21.

atuação que eles desenvolvam. Isso leva Spivak¹⁹ à conclusão de que os subalternos não podem falar, mas, para essa pesquisa, consideramos que sim, o subalterno tem essa capacidade. Mesmo concordando com Gramsci de que tal ação é bastante frágil²⁰, contudo os grupos subalternos são capazes de se organizarem, como podemos perceber a partir da documentação e da bibliografia, na figura da Sociedade Núcleo Rural Papuã.

Um dos eixos trabalhados nessa pesquisa está relacionado às resistências dos desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC. Para melhor compreender a organização da Sociedade Núcleo Rural Papuã, sendo ela criada e gerida pelos próprios desapropriados, partimos da leitura das obras de Gramsci, principalmente no que se refere aos dirigentes locais entre as próprias massas. O filósofo sardo comenta que a formação de líderes oriundos do próprio grupo se deve à falta de apoio de instâncias com mais poderes e visibilidade, no caso abordado por Gramsci²¹, do poder político clerical e de partidos. No caso aqui estudado, dos poderes judiciais, do Exército e de demais autoridades.

De maneira a complementar nosso entendimento sobre a organização e resistência dos desapropriados, a noção de experiência de Edward Thompson ocupa um papel orientador. Para Thompson, a experiência é o termo médio imprescindível entre o ser social e a consciência social, é a partir dela que homens e mulheres constroem seus valores, pensamentos e a própria cultura. Além disso, é a experiência que dá aos indivíduos sua consciência afetiva e moral²². Desse modo, tal conceito pode ser entendido como o meio para se compreender as respostas mentais e emocionais dos indivíduos frente aos acontecimentos, é ela que define suas práticas e pensamentos²³. Ao entender as ações de homens, mulheres ou grupos a partir dessa prerrogativa, esses sujeitos ganham um caráter de autonomia e as suas lutas e resistências não se encerram no âmbito da teoria, mas sim são entendidas como ações coletivas construídas no cotidiano da luta²⁴. Dessa forma, os desapropriados, no caso aqui proposto, devem ser entendidos enquanto sujeitos reais que vivem, pensam e sentem suas experiências, ensejando, por consequência, suas respostas no contexto histórico-social em que estão inseridos.

¹⁹ SPIVAK, Gayatri. History. In.: **A Critique of Postcolonial Reason**. Harvard University Press: London. 1999. p. 126.

²⁰ GRAMSCI. Ibid., p. 135.

²¹ Ibid., p. 132.

²² THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 112 e 189.

²³ Ibid., p. 15.

²⁴ MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A noção de experiência histórica e social em Edward Thompson: percursos iniciais. **História e Perspectivas**, Uberlândia (1), p. 393-413, jan./jun. 2014. p. 398.

O trabalho está dividido em três capítulos principais. No primeiro, partimos de 1956 - ano da promulgação do Decreto nº 40.570/56 que previa a desapropriação das terras para expansão do Campo de Instrução Marechal Hermes –, enfocando, sobretudo, o processo desapropriatório e todas as irregularidades que o permearam. Também, trazemos uma discussão a respeito de como o campo brasileiro foi estudado por diversos autores, tateando a mudança de perspectiva que, até meados da década de 1980, centrava-se nas estruturas, deixando os sujeitos históricos de lado. Outro ponto abordado ainda nesse capítulo diz respeito ao contexto histórico em que as desapropriações em Papanduva-SC estavam inseridas. Assim, nosso objetivo principal nesse capítulo é o de uma contextualização geral, tanto do período em questão quanto sobre o que dele foi estudado.

Já no segundo capítulo, passamos a tratar das violências e contra-violências²⁵ após as desapropriações, de 1963 até 1985. O recorte temporal foi delimitado em virtude da atuação da Sociedade Núcleo Rural Papuã, que existiu oficialmente até 1985. Assim, nesse capítulo emprestamos a questão de Spivak: “pode o subalterno falar?”²⁶. É a partir dela que centramos a análise da atuação dos desapropriados/herdeiros, por meio da documentação arrolada. Nossa hipótese é a de que sim, os subalternos podem falar, para isso buscamos analisar os discursos públicos²⁷ da SNRP, representando a fala desses indivíduos. Tudo isso em face das violências e violações sofridas, consideradas como violência vertical²⁸, pois partem do Estado e do Exército, ou seja, de cima para baixo.

No terceiro e último capítulo, centramo-nos nos anos 1985 até 1988. Esse período foi marcado pelo auxílio da Comissão Pastoral da Terra à luta dos desapropriados/herdeiros. É também nesse íterim que as táticas dos reivindicantes se modificam; se antes pautavam-se no envio de ofícios e cartas a autoridades, a partir daquele momento, passam a uma ação mais direta, organizando acampamentos e passeatas. No que tange às violências sofridas nesse período, temos casos individualizados como o do Pastor Werner Fuchs e dos herdeiros desapropriados Hamilton Gonçalves de Oliveira e José Edilson de Oliveira. E por fim, passamos às considerações finais.

²⁵ BALIBAR. Ibid.

²⁶ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Editora UFMG: Belo Horizonte. 2010.

²⁷ SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa: Letra Livre. 2013.

²⁸ KOHUT, Karl. **Política, violência y literatura**. Anuario de Estudios Americanos. Tomo LIX, 1, 2002.

2. CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA: CONTEXTUALIZAÇÃO E DEBATES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E AS DESAPROPRIAÇÕES EM PAPANDUVA-SC

O geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves²⁹ aponta que durante os últimos 40 anos ocorreram as maiores expropriações no campo na América Latina. No entanto, tamanha violência não deixa de ser acompanhada por resistências e luta dos povos indígenas e camponeses, opondo-se tanto à organização geográfica das relações de poder quanto ao avanço do neoliberalismo no campo. Essas lutas e organizações têm como foco o conceito de “território”, entendido como a junção da terra com a cultura, deixando assim de estar ligado somente à luta pela terra e compreendendo também um sentido de ser/estar no mundo. Porém, a violência contra os povos do campo não é algo recente, faz parte de um processo de longa duração que tem início, no continente sul-americano, a partir das colonizações e explorações iniciadas no século XV.

O também geógrafo Milson Betancourt Santiago desenvolveu o conceito de “*colonialidad territorial*” para pensar as diversas realidades de conflitividade, inicialmente na Colômbia, mas também em outros países da América Latina. A “*colonialidad territorial*” possibilita entender as violências contra os povos subalternizados, que afetam comunidades tradicionais, camponesas, afrodescendentes e indígenas. Além disso,

El concepto de *colonialidad territorial* también evidencia que ese patrón de dominación/explotación/subalternización se ha aplicado también a la naturaleza y sus elementos esenciales, pues la guerra contra los humanos es la misma guerra contra la naturaleza³⁰.

A partir desse conceito, também entendido como uma metodologia de análise, Santiago percebe o avanço do neoliberalismo e do desenvolvimentismo por parte do

²⁹ PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De utopias e de *TOPOI*: espaço e poder em questão (perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina/Abya Yala), p. 17-70. In.: **Conflictos territoriales y territorialidades en disputa**: Re-existencias y horizontes societales frente al capital en América Latina / Carlos Walter Porto-Gonçalves... [et al.] ; coordinación general de Pabel López ; Milson Betancourt Santiago. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2021. p. 64.

³⁰ “O conceito de *colonialidade territorial* também evidencia que esse padrão de dominação/exploração/subalternização se tem aplicado também à natureza e seus elementos essenciais, pois a guerra contra os humanos é a mesma guerra contra a natureza”. [Tradução nossa] SANTIAGO, Milson Betancourt. *Colonialidad territorial, relaciones sociedades-naturaleza y violencias a escala global-local: desafíos para la paz territorial en Colombia y el mundo*. In.: **Conflictos territoriales y territorialidades en disputa** : Re-existencias y horizontes societales frente al capital en América Latina / Carlos Walter Porto-Gonçalves... [et al.] ; coordinación general de Pabel López ; Milson Betancourt Santiago. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2021. p. 147.

chamado Norte global, como causadores do subdesenvolvimento, do extrativismo, do saque, da desapropriação e da desterritorialização de comunidades do Sul global.

O conceito de “*colonialidad territorial*” propicia o entendimento de que as resistências de grupos que partem de realidades, contextos e existências diversas são múltiplas e devem ser consideradas a partir de suas especificidades e de sua multiplicidade. Dessa forma, se as resistências devem ser entendidas enquanto múltiplas e diversas, o mesmo se aplica à análise das violências contra esses grupos. A violência se mostra por meio de diversas facetas, que perpassam desde violências físicas a simbólicas, como massacres, assassinatos, xenofobia, deslocamentos forçados, racismo, entre outros. É preciso considerar também a escala global-local dessas violências para se entender seus impactos e cenários de ação e resistência³¹. Ao se considerar a multiplicidade das violências considera-se, também, as múltiplas estratégias que podem ser empregadas pela sociedade para superá-las. Mostra, além disso, a relação entre violências múltiplas, relações sociais e organização territorial. A partir do conceito e metodologia da *colonialidad territorial* entende-se que as lutas e violências travadas no campo em toda a América Latina não são casos simples, mas abarcam questões que perpassam a terra, o território, os bens naturais e as formas de sociedades e de existência.

Tanto Carlos Walter Porto-Gonçalves quanto Milson Betancourt Santiago alinham-se à linha teórica da geografia crítica e, por isso, suas pesquisas dão ênfase aos sujeitos que sofrem as violências advindas do avanço do neoliberalismo na América Latina, bem como às formas de organização desses grupos, sem deixar de lado, é claro, aspectos estruturais.

Ao estudarmos o processo de desapropriações ocorridas em Papanduva-SC, em 1956, bem como a posterior organização e luta dos desapropriados, tendo em mente os elementos levantados pelos geógrafos supracitados, é possível entender esse caso a partir de um contexto mais amplo de violências contra as populações do campo, também suas lutas contra o avanço do desenvolvimentismo, da modernização forçada e do neoliberalismo. Sendo assim, aqui, buscamos entender como essa questão e o avanço da modernização e do capitalismo se deram no campo brasileiro, ou seja, expandindo um pouco nosso campo de visão.

O processo de desapropriações ocorrido em Papanduva-SC teve início com a promulgação do Decreto nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956. Tal Decreto previa a

³¹ SANTIAGO. Ibid., p. 151.

desapropriação de cerca de 7.595 ha de terras, divididos em 89 propriedades pertencentes a 68 famílias de pequenos e médios agricultores. As áreas desapropriadas passariam à posse da União e seriam de uso da 5ª Região Militar, sob a justificativa de utilidade pública e de segurança nacional, pois estariam destinadas à ampliação do Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH) já estabelecido na região.

O presente capítulo destina-se a tratar sobre o processo desapropriatório, inserindo-o em um contexto político e econômico mais amplo, por meio da metodologia de perspectiva global-local. Também, busca pensá-lo a partir de sua particularidade, isto é, o agente beneficiado pelas desapropriações foi o Estado, mais especificamente a 5ª Região Militar, e não grandes latifundiários ou o capital estrangeiro, que também tiveram influência no campo brasileiro. Defendemos, assim, que esse processo desapropriatório é, à primeira vista, distinto da grande maioria que objetivava a desapropriação de terras para fins de exploração capitalista em larga escala, pautada também por ideias de mecanização e modernização do campo. É distinto também do processo de compra de terras com fins de especulação fundiária levado a cabo por grileiros. No caso em questão, como anteriormente mencionado, é o Exército que se beneficia da desapropriação de 7.595 ha de terras produtivas, usando como justificativa o argumento da segurança nacional.

No entanto, a chamada modernização atinge também, ainda que indiretamente, os agricultores de Papanduva-SC. Sendo assim, outro ponto que buscamos entender nesse capítulo tange às correlações entre a desapropriação realizada pelo Exército e a modernização colocada em prática nos anos 1950 e 1960. Tendo isso em vista, algumas questões serão tateadas ao longo do capítulo, são elas: até que ponto a instalação do Campo de Instrução Marechal Hermes e as desapropriações estão relacionadas com o avanço da modernização e do capitalismo no campo? O fato de o Estado ser o beneficiário difere ou se aproxima daquelas desapropriações e expulsões pelos interesses de grandes empresas e latifundiários? A violência cometida é a mesma? Pode-se entender as desapropriações em Papanduva-SC como parte do projeto de modernização do campo?

Entender o lugar ocupado pelas desapropriações em Papanduva-SC em um contexto mais amplo, bem como estabelecer suas diferenças e similaridades com outros casos, permite-nos pensar, posteriormente, como se deu a organização e a luta dos desapropriados e de seus herdeiros. Nesse primeiro momento, alguns objetivos são levantados: apresentar um contexto mais amplo e de longa duração a respeito da relação dos diversos grupos da sociedade brasileira com a terra; ponderar sobre a relação do

Estado e empresas com os povos do campo, sobretudo na região do Planalto Norte Catarinense; inserir o caso de Papanduva-SC em um contexto mais amplo da história do Brasil; pensar a inserção do Exército em Papanduva-SC e Três Barras-SC, ocorrida por meio da construção do Campo de Instrução Marechal Hermes; investigar, especialmente a partir do Decreto-lei nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956, aspectos do processo desapropriatório.

2.1. ESTATIZAÇÃO DA *SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND COLONIZATION COMPANY* E A CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE INSTRUÇÃO MARECHAL HERMES (CIMH)

No início do século XX, por meio do Decreto nº 7.426, de 27 de maio de 1909, foi instalada no Planalto Norte catarinense a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, da qual a Serraria Lumber era uma subsidiária. Com a instalação da Lumber e também do capital estrangeiro, novas relações e dinâmicas passaram a atuar na região. A empresa possuía um grupo paramilitar, isto é, uma milícia, que atuava em seus interesses, sendo muito violenta com os posseiros das adjacências³². Entre outros motivos, a instalação da Lumber na região do planalto norte catarinense foi uma das motivações para o Movimento do Contestado (1912-1916).

Em 22 de julho de 1940, por meio do Decreto-Lei nº 2.346, assinado por Getúlio Vargas, a empresa *Brazil Railway Company* foi estatizada, bem como todas as suas subsidiárias, entre elas a *Lumber Company*, situada em Três Barras-SC. Alexandre Tomporoski³³ comenta que a *Lumber* - assim como todo o patrimônio da *Brazil Railway Company* - foi estatizada sob o argumento dos “interesses nacionais”. No entanto, destaca que a empresa, na realidade, impactava negativamente a economia nacional, devido à má gestão do grupo *Farquhar* e constrangia a administração pública do país.

Em 1946, foi autorizada a venda de partes desmembradas da empresa que deveriam ser pleiteadas por meio de edital de concorrência pública. A alienação dos bens foi vencida, em dezembro de 1950, por um consórcio controlado pelo empresário Alberto

³² FLENIK, Ana Claudia. **Disputas fundiárias no pós-contestado**: a luta pelas terras do Campo de Instrução Marechal Hermes e seus reflexos sobre o desenvolvimento regional. Dissertação (Mestrado em Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade do Contestado, Canoinhas. 2017. p. 43.

³³ TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Cicatrizes do Contestado: a Estatização da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e o advento do Campo de Instrução Marechal Hermes. **Desenvolvimento Regional em debate**. v. 6, n. 3, p. 178-192, nov. 2016. p. 181-183.

Dalcanale, responsável pela colonização do Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. Dentre os imóveis que compunham o patrimônio da *Lumber* e que foram vendidos destaca-se uma propriedade com seiscentos e cinquenta alqueires no então distrito canoinhense de Papanduva, atual município de Papanduva. O processo de compra foi repleto de irregularidades, como aponta Ana Claudia Flenik³⁴, a começar pelo valor pago por Dalcanale, bem abaixo do esperado. Também, o edital não previa a divisão dos bens da empresa, mas uma parte do acervo adquirido foi escriturada em nome de terceiros.

Em 1951, a 5ª Região Militar buscava uma área de terras entre três e quatro mil alqueires para construção de um campo de treinamento. O então governador catarinense Irineu Bornhausen articulou uma conversação entre pessoas do Exército e o prefeito municipal de Canoinhas, pois segundo ele, o estabelecimento de uma Unidade do Exército Nacional poderia trazer progresso para a região. Com fins de reduzir os custos das indenizações, o governador de Santa Catarina apresentou uma proposta de permuta com as áreas da antiga *Lumber*. Alberto Dalcanale decidiu abrir mão, em favor do Ministério da Guerra, das instalações e da maquinaria da *Lumber*. A transferência ocorreu não porque Dalcanale era um homem bondoso, mas sim porque dessa forma se livraria dos encargos trabalhistas vindos junto com a serraria. Então, em 11 de setembro de 1952, a *Lumber* foi passada à posse do Exército brasileiro³⁵.

A passagem das posses da *Lumber* para o Ministério da Guerra, em 1952, trouxe consequências negativas para os trabalhadores da empresa, pois a partir do momento em que a posse da antiga subsidiária da *Brazil Railway Company* se transfere para o Exército, os trabalhadores ficaram sem receber salários, dando início a um longo processo de reivindicação por seus direitos. Outros direitos trabalhistas também foram desrespeitados, como por exemplo os operários que sofreram acidentes de trabalho, mas que não foram assistidos e nem receberam indenizações. Um caso que se destaca é o do operário polonês Estefano Schlapak que trabalhou na empresa durante 25 anos, mas após adoecer por conta do trabalho não recebeu auxílio algum³⁶. Segundo um documento do Ministério da Guerra³⁷ que trata da situação dos funcionários da *Lumber*, em 1956, explicita que dentre

³⁴ FLENIK. *Ibid.*, p. 49-50.

³⁵ TOMPOROSKI. *Ibid.*, p. 184-186.

³⁶ TOMPOROSKI. *Ibid.*, p. 183.

³⁷ MINISTÉRIO DA GUERRA (Brasil). General Henrique Lott. **Aviso n. 2-COSEF (DI/SI)**. Aviso n. 2-COSEF (DI/SI), [S. l.], ano 1956, n. 2, 24 jul. 1956.

estes, alguns passaram a ser servidores do Ministério da Guerra e outros perderam seus empregos, necessitando, dessa forma, das indenizações.

No entanto, os trabalhadores da Lumber não foram os únicos afetados pela aquisição daquelas terras pelo Ministério da Guerra e pela construção do CIMH, alguns pequenos e médios agricultores de Papanduva-SC também sofreram com a inserção do Exército na região. Todo o caso dos agricultores desapropriados teve início com a promulgação do Decreto-lei nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956, que previa a desapropriação de suas terras para ampliação do CIMH. A seguir serão analisadas fontes sobre a desapropriação e a partir dessa análise tentaremos pensar as seguintes questões: sendo que o agente beneficiado pelas desapropriações é o próprio Estado, no que esse fator difere ou se aproxima daquelas desapropriações cometidas por grandes empresas, multinacionais ou latifundiários? A violência cometida é a mesma? Pode-se entender essas desapropriações como parte da modernização do campo?

2.2. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA: A QUESTÃO DE PAPANDUVA-SC

A gleba repassada ao Exército não foi suficiente para a implantação e total operacionalização do Campo de Instrução Marechal Hermes. Por isso, em 1956, visando ampliar a área já ocupada pelo CIMH, o Governo Federal por meio do decreto nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956, retificado pelo Decreto nº 44.458, de 03 de setembro de 1958, resolveu desapropriar 89 propriedades distribuídas entre 68 famílias de pequenos e médios proprietários. Esse grupo de agricultores dedicava-se à extração de madeira, erva-mate e mel e à produção de subsistência e as terras pertencentes a eles eram repassadas, na grande maioria, por meio de herança. A desapropriação foi pautada na Constituição de 1946 e no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, ambos previam a função social da terra e a desapropriação por utilidade pública.

As atividades mais frequentes na região de Papanduva-SC eram a extração de erva-mate num determinado período do ano e em outro os agricultores utilizavam-se da lavoura e da criação de gado. Basicamente, a produção era voltada para a subsistência das famílias. Em geral, a criação de animais era feita de maneira livre, sendo que as cercas serviam apenas para que os animais não invadissem as plantações. No entanto, tal dinâmica começou a sofrer modificações com a chegada cada vez mais frequente de

grandes empresas, a partir de 1950³⁸. Os desentendimentos entre camponeses às vezes ocorriam, como por exemplo por causa de animais invadirem a plantação do vizinho, entre outros motivos. Mas é importante ressaltar que tais desavenças faziam parte da dinâmica estabelecida pelo grupo, estando dentro dos mesmos parâmetros e não podendo ser comparadas com as disputas com grandes empresas e/ou com o Exército. Entre as práticas que compunham a solidariedade entre os agricultores destaca-se a do *pixirum*, que consistia em um agricultor convocar os vizinhos para ajudá-lo na colheita, oferecendo, em troca, almoço ou jantar e um baile³⁹. Assim, evidencia-se que toda a terra que possuíam era utilizada de alguma forma pelos próprios agricultores de Papanduva-SC. Além disso, tratava-se de terras férteis onde aquelas pessoas podiam cultivar gêneros alimentícios e criar animais. O aspecto comunitário em que viviam as 68 famílias desapropriadas foi destruído justamente devido às desapropriações.

Como anteriormente mencionado, o Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941⁴⁰ baseou o Decreto desapropriatório investigado. Ele dispõe sobre desapropriações por utilidade pública e, atualmente, ainda permanece como a lei básica do Instituto de Desapropriação. Segundo a legislação, teoricamente, as desapropriações em Papanduva-SC estavam dentro da legalidade, porém veremos adiante que muitas irregularidades foram cometidas durante e após o processo desapropriatório.

Segundo a pesquisadora Ana Claudia Flenik, “A desapropriação é o oposto de apropriação, ou seja, é modalidade de perda da propriedade e caracteriza-se por um processo administrativo pelo qual o Estado adquire a propriedade por aquisição coativa mediante o pagamento de indenização”⁴¹. É a partir da Declaração dos Direitos do Homem, em 1789, que a propriedade passa a ter caráter sagrado e inviolável, exceto se a necessidade pública legalmente o exigir. Percebe-se, assim, que a desapropriação já estava prevista nesse momento. A solidariedade é o preceito moral da desapropriação, pois uma vez que a propriedade seja desapropriada, a sociedade como um todo pode ser beneficiada. No Brasil, a desapropriação está prevista em todas as Constituições⁴².

Outro ponto que pode ser levantado é referente ao direito de propriedade,

³⁸ LUCA, Matheus Giacomo de. **Desapropriados pelo Exército: Agricultores de Papanduva e suas lutas (1956-1987)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Departamento de História - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019. p. 41.

³⁹ Ibid., p. 44.

⁴⁰ BRASIL. Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. **Diário Oficial da União**: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, ano 80, n. 165, p. 1, 18 jul. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm>. Acesso em: 21 set. 2022.

⁴¹ FLENIK. Ibid., p. 29.

⁴² FLENIK. Ibid., p. 30.

O direito de propriedade que, afinal de contas, o camponês invoca judicialmente para resistir às tentativas de expropriação é o mesmo direito que o capitalista invoca judicialmente para expropriar o camponês (e não um direito institucionalmente diferente, como o da propriedade comunal)⁴³.

A partir dessa afirmação feita por José de Souza Martins, podemos perceber como o camponês, na maioria das vezes, trava suas lutas pautando-se no mesmo direito e leis que os capitalistas ou agentes expropriadores. No entanto, mesmo conhecendo seus direitos e estando estes estabelecidos, muitas vezes são negados aos indivíduos do campo.

O art. 2º do Decreto-lei nº 3.365/41 leva a seguinte redação: “Art. 2º Mediante declaração de utilidade pública, todos os bens poderão ser desapropriados pela União, pelos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios”, ou seja, as desapropriações só poderiam ser levadas a cabo se houvesse comprovação de que a área a ser desapropriada seria de utilidade pública. O conceito de utilidade pública ainda divide opiniões na área do Direito, muitas vezes é confundido com a necessidade pública. Para Eurico Bitencourt Neto⁴⁴, a utilidade pública tem significado mais amplo e acaba englobando outros tipos, inclusive a própria necessidade pública.

A utilidade pública aparece como causa determinante de desapropriação desde a Lei de 9 de setembro de 1826, entendida como as ações que visassem beneficiar instituições de caridade, fundação de casas de instrução da mocidade, comodidade geral e decoração pública. O Decreto-lei nº 3.365/41, segundo Bittencourt Neto, retomou a tradição do direito pátrio, enumerando, em rol taxativo, os casos de utilidade pública:

segurança nacional; a defesa do Estado; o socorro público em caso de calamidade; a salubridade pública; a criação ou melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência; o aproveitamento industrial das minas e jazidas minerais, das águas e energia hidráulica; assistência pública, as obras de higiene e decoração, casas de saúde, clínicas, estações de clima e fontes medicinais; a exploração ou a conservação dos serviços públicos⁴⁵.

⁴³ MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes. 1981. p. 16.

⁴⁴ NETO, Eurico Bitencourt. **Utilidade pública como causa expropriatória**. 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/84892464.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2022. p. 2-3.

⁴⁵ NETO. *Ibid.*, p. 5.

A utilidade pública foi o argumento utilizado para a realização das desapropriações em Papanduva-SC, conforme previsto no Decreto nº 40.570/56⁴⁶, onde se declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel, necessário ao serviço do Exército Nacional. Esse Decreto estabeleceu a desapropriação de áreas de terras situadas no Estado de Santa Catarina, conforme estabelece o artigo 6º, combinado com as letras *a* e *b* do artigo 5º, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1944. As propriedades que seriam desapropriadas foram divididas em duas glebas, a primeira, denominada “Gleba A” contava com 48 propriedades, enquanto que a segunda, “Gleba B”, contava com 41 propriedades, totalizando 89. Essas 89 propriedades estavam divididas entre 68 proprietários, podendo eles ser homens ou mulheres, bem como estar no nome de seus herdeiros⁴⁷, cujo tamanho das terras variava entre pequenas e médias propriedades. Além da desapropriação das terras, alguns bens também estavam previstos de serem desapropriados de acordo com o Decreto, como por exemplo, benfeitorias, cercas, paióis e casas. Tais áreas seriam desapropriadas para a expansão do Campo de Instrução Marechal Hermes.

No artigo 1º do Decreto desapropriatório, lê-se: “São declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, de acordo com o art. 6º, combinado com as letras *a* e *b* do art. 5º, tudo do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de julho de 1941 os terrenos situados no Estado de Santa Catarina e assim discriminados”. Retornando ao Decreto nº 3.365/41, nota-se que as letras “*a*” e “*b*” do art. 5º correspondem, respectivamente, à segurança nacional e à defesa do Estado. No entanto, se atentarmos para a letra “*e*” do mesmo artigo - “a criação e melhoramento de centros de população, seu abastecimento regular de meios de subsistência” - chama a atenção, pois as áreas desapropriadas encaixam-se nesses requisitos. Ana Claudia Flenik⁴⁸ desenvolveu um estudo evidenciando que as desapropriações causaram graves problemas de desenvolvimento para a região do Planalto Norte catarinense, além do fato de que os desapropriados/herdeiros perderam totalmente seus meios de trabalho e de subsistência. Mesmo que o CIMH já estivesse estabelecido em áreas próximas, ao desapropriar áreas cultiváveis e importantes para a região para expansão do Campo, o Estado/Exército acabou por não levar em conta o

⁴⁶ BRASIL. Decreto nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956. Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários ao serviço do Exército Nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 18 dez. 1956.

⁴⁷ Por isso, quando nos referimos aos desapropriados de Papanduva-SC, também podemos considerar os herdeiros, optando pela denominação “desapropriados/herdeiros”.

⁴⁸ FLENIK. Ibid.

aspecto de que a utilidade pública também se refere à qualidade de centros de população e seu abastecimento, poderiam ter buscado expandir o campo em terras que não eram férteis e que não estavam sendo usadas para a produção. Assim, uma questão pode ser levantada, será que o fato de se tratarem de terras férteis e com vasta quantia de madeira para exploração não foi um dos motivos para a decisão de expansão do campo e para a escolha justamente daquela área e a justificativa da “segurança nacional” não passou disto, uma justificativa para outros interesses?

No ínterim entre a promulgação do Decreto nº 40.570/56 e as desapropriações de fato, o Exército passou a agir na região como forma de intimidar os agricultores, principalmente realizando treinamentos com materiais bélicos pesados. Uma outra medida autoritária empregada pelos militares foi a de impedir a retirada de erva-mate e madeira das terras, mesmo quando estas ainda não haviam sido desapropriadas. Isso era fiscalizado por funcionários civis do Campo de Instrução Marechal Hermes e por alguns agricultores da região que trabalhavam para o Exército, gerando uma divisão interna. Conforme fica evidente em uma autorização⁴⁹ emitida pelo diretor do Campo de Instrução Marechal Hermes, o Tenente-Coronel Ovídio Souto da Silva, endereçada ao Inspetor de Quarteirão, o agricultor desapropriado José da Silva Lima, que também atendia pelo nome de “Maurício”. José da Silva Lima era responsável por impedir a retirada de qualquer bem imóvel das terras que seriam desapropriadas. Por bem imóvel entendem-se benfeitorias, matas, pinheiros, imbuías ou quaisquer outras madeiras e erva mate - importante ressaltar que somente as benfeitorias seriam desapropriadas de acordo com Decreto nº 40.570/56. O senhor Maurício estava autorizado a prender e levar à direção do CIMH qualquer um que desrespeitasse tais regras.

As terras ainda não haviam sido passadas à posse da União, portanto, em tese, a 5ª Região Militar não poderia interferir na área. Outro ponto interessante diz respeito à figura de José da Silva Lima, o "Maurício", que atuava na condição de "Inspetor de Quarteirão". Maurício era um desapropriado também, o Exército criou essa função para impedir a retirada de bens, benfeitorias e madeira e erva-mate, mas também se percebe uma tentativa de criar certa indisposição entre os próprios desapropriados, impedindo, assim, que pudessem se organizar e manter as relações de comunidade. Essa situação evidencia a atuação e a autoridade do Exército, mesmo que de forma implícita.

⁴⁹ BRASIL. 5ª Região Militar - Campo de Instrução Marechal Hermes. **Autorização**. Três Barras, SC: Campo de Instrução Marechal Hermes, 4 out. 1962.

Mesmo sendo legalmente válido, o processo desapropriatório foi permeado por irregularidades. De acordo com o art. 29 do Decreto-lei nº 3.365/41, “Efetuado o pagamento ou a consignação, expedir-se-á, em favor do expropriante, mandado de imissão de posse, valendo a sentença como título hábil para a transcrição no registro de imóveis”, isto é, as desapropriações só poderiam ocorrer mediante o pagamento das indenizações e a transcrição das áreas desapropriadas só poderia ser realizada após tudo isso. Os valores estabelecidos no Decreto-lei nº 40.570/56 foram alterados após reavaliação pelo Decreto nº 44.458, de 3 de setembro de 1958. Em 1963, ou seja, sete anos após a promulgação do Decreto nº 40.570/56, é que as desapropriações foram, de fato, realizadas, evidenciando o longo período de tempo transcorrido entre promulgação do decreto e ação. Além da morosidade do processo, os desapropriados estavam completamente alheios ao que estava acontecendo, foi decidido pelo então Juiz de Direito da Comarca de Canoinhas que os desapropriados deveriam sair de suas terras em um prazo de 48 horas, senão o Exército poderia expulsá-los⁵⁰, isso antes mesmo do pagamento das indenizações. Assim foi feito, em alguns casos o Exército usou de violência para retirar as famílias das terras, expulsando-as e destruindo suas casas. Muitos agricultores, sobretudo os pequenos produtores, tiveram que deixar tanto suas moradias como também a única fonte de sobrevivência que possuíam. Diversos desapropriados foram para os centros urbanos, em especial, Curitiba-PR.

Alguns proprietários nem ao menos receberam indenização e aqueles que receberam tiveram uma surpresa desagradável, pois o valor era irrisório, não havendo acompanhado a correção monetária e, em alguns casos, sendo inferior ao estabelecido em 1956-1958⁵¹. Soma-se a isso as altas comissões que deveriam ser pagas aos advogados. A questão dos advogados representou um real problema, pois muitos deles, na condição de procuradores, acabaram não repassando as indenizações recebidas aos interessados. Assim, destacam-se duas consequências graves oriundas do processo de desapropriação, a primeira é que este apresentou irregularidades legais. A segunda é a de que o Exército/Estado ao intervir no cotidiano desses agricultores acabou por ferir seus direitos, destruindo seus espaços de cidadania, além de não estarem amparados pelas instâncias legais⁵².

⁵⁰ FLENIK. *Ibid.*, p. 59.

⁵¹ *Ibid.*, p. 61.

⁵² SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 96.

Através de um ofício⁵³ expedido pelo Ministro Márcio Ribeiro, do Tribunal Federal de Recursos, e encaminhado ao juiz federal do Estado de Santa Catarina, em 1975, comunicando o pagamento no valor de Cr\$ 859,17 (oitocentos e cinquenta e nove cruzeiros e dezessete centavos) ao Dr. João Amadeu Guiss procurador em nome de José da Silva Lima e sua mulher, fica evidente o valor irrisório pago aos ex-proprietários. De acordo com o Decreto nº 40.570/56, os valores que deveriam ser recebidos por José da Silva Lima eram de Cr\$ 17.249,80 (dezessete mil duzentos e quarenta e nove cruzeiros e oitenta centavos) e de Cr\$ 660.547,00 (seiscentos e sessenta mil e quinhentos e quarenta e sete cruzeiros), referentes, respectivamente, a uma área de 9,075 ha e uma área de 486,526 ha, tendo como benfeitoria uma casa de madeira, uma garagem, cinco paióis, mangueiras e cercas. Além disso, como fica evidente no documento, a autorização do pagamento da indenização para o desapropriado só saiu em 1975, isto é, 12 anos após os agricultores terem sido obrigados a se retirarem de suas terras.

Como anteriormente mencionado, de acordo com o art. 29 do Decreto-lei nº 3.365/41, é permitido passar a transcrição no registro de imóveis somente se houver o pagamento da indenização, fato que como apontado não ocorreu em Papanduva-SC. Além disso, algumas propriedades ficaram no nome dos donos e nunca foram passadas para a União, ou seja, mais uma irregularidade. A dificuldade de transcrição dos lotes em nome da União deveu-se à carência de dados e certidões que impediam a transcrição da propriedade e fez com que o INCRA cobrasse, injustamente, dos expropriados o Imposto Territorial Rural – ITR⁵⁴. Tudo isso é relatado em uma carta⁵⁵ escrita pelos desapropriados endereçada ao então Ministro da Justiça, Dr. Ibrahim Abi-Ackel, no ano de 1982, em que expõem as irregularidades cometidas durante e após o processo de desapropriação.

Mesmo que as desapropriações tenham sido válidas legalmente e baseadas no princípio da utilidade pública, o Exército, ao utilizar somente cerca de 20% a 30% das terras para treinamentos, arrendando e explorando as outras parcelas, descumpriu a lei e desviou o uso do CIMH. O arrendamento de algumas áreas de terras fica evidente em um

⁵³ BRASIL. Tribunal Federal de Recursos. **Ofício nº 1500**. Brasília, DF: Tribunal Federal de Recursos, 19 jun. 1975.

⁵⁴ FLENIK. *Ibid.*, p. 103.

⁵⁵ SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ. **Carta endereçada ao Ministro da Justiça Dr. Ibrahim Abi-Ackel**. Papanduva: Santa Catarina, 10 ago. 1982.

contrato⁵⁶ firmado entre o CIMH, assinado pelo diretor do Campo, o Tenente-Coronel Ary Falcão Macedo, e o desapropriado/agricultor José da Silva Lima, o mesmo que atuara como “inspetor de quarteirão”, estabelecendo o arrendamento das terras para a criação do gado de José. Ele deveria pagar mensalmente Cr \$0,10 (dez centavos) para cada ré invernada. Além disso, toda vez que o Exército fosse realizar manobras na área arrendada, o senhor “Maurício” seria avisado com antecedência para retirar o gado, o Exército não se responsabilizaria por possíveis mortes e/ou ferimentos nos animais. A duração do contrato ficaria a cargo do diretor do campo de instrução e o funcionário civil, João Rodrigues da Silva, seria o responsável por verificar a quantidade de gado e também pelo recolhimento das mensalidades. Esse documento evidencia que as terras não estavam sendo utilizadas para o bem público, nem para a segurança nacional, como havia sido estabelecido no Decreto desapropriatório. Essas constatações nos levam a indagar, novamente, sobre o real interesse que aquelas terras despertaram no Exército.

Outra irregularidade concerne ao tempo limite entre a promulgação do decreto desapropriatório e as desapropriações de fato. Sobre isso, o art. 10 do Decreto-lei nº 3.365/41 prevê: “A desapropriação deverá efetivar-se mediante acordo ou intentar-se judicialmente, dentro de cinco anos, contados da data da expedição do respectivo decreto e findos os quais este caducará”. A própria legislação deixa inequívoco que a desapropriação deveria ser efetuada dentro do prazo de 5 anos, do contrário caducaria e somente após decorrido um ano o mesmo objeto poderia ser novamente alvo de desapropriação. O que ocorreu em Papanduva-SC vai contra o previsto no art. 10, pois entre a promulgação do decreto e as desapropriações decorreram cerca de 7 anos.

No entanto, muitos agricultores tiveram dificuldade, em um primeiro momento, de enxergar as injustiças sofridas por causa da crença que tinham na boa vontade do poder público. Segundo José de Souza Martins, o poder, nesses casos, é uma realidade muito abstrata⁵⁷. Além disso, as próprias autoridades locais não ajudaram, nesse primeiro momento, os desapropriados. Como visto em algumas entrevistas realizadas por Valmor Schiochet⁵⁸, tais autoridades acreditavam que a instalação do Exército na região traria

⁵⁶ BRASIL. 5ª Região Militar - Campo de Instrução Marechal Hermes. **Contrato entre o Campo de Instrução Marechal Hermes e o Sr. José da Silva Lima**. Três Barras, SC: Campo de Instrução Marechal Hermes, 27 jun. 1969.

⁵⁷ MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 29.

⁵⁸ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 88.

melhorias para Papanduva, assim, os agricultores não tinham ajuda para se colocarem contra o Exército.

Ao analisar as desapropriações por meio de fontes jurídicas, percebe-se várias incongruências entre teoria e prática, sendo que essas discrepâncias foram onerosas somente aos desapropriados. Além disso, de certa forma a escolha por aquelas áreas específicas e a justificativa da utilidade pública deixam notar nuances do Estado que buscava-se construir a partir da segunda metade da década de 1950 e revela possíveis interesses ocultos por parte dessa instituição. Além disso, as desapropriações representam um paradoxo com o defendido, sobretudo se considerar que o desenvolvimentismo pregado estava pautado, além do fomento à industrialização, em um crescimento da produção e do mercado interno, possibilidade que acabou sendo minada com as desapropriações de terras férteis e o empobrecimento dos desapropriados e de seus herdeiros.

Os militares e o Estado, ao limitar o direito à terra e, de certa forma, ao trabalho, acabaram limitando também o acesso desses indivíduos à vida social e econômica da região. A destinação de áreas férteis para o Exército realizar manobras militares impediu que os agricultores que antes cultivavam ali pudessem contribuir para a produção do Planalto Norte Catarinense impactando também no desenvolvimento da região. Por fim, os decretos desapropriatórios nº 40.570/56 e 44.458/58 foram revogados por meio de publicação no Diário Oficial da União, em 13 de maio de 1991, com assinatura do presidente Fernando Collor de Mello. Porém o caso e as irregularidades ainda - cerca de 60 anos depois - não foram resolvidas.

2.3. CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA E SEUS DEBATES

Antes de mais, é importante discutir brevemente sobre o conceito de “camponês”⁵⁹. O sociólogo brasileiro José de Souza Martins⁶⁰ defende que os camponeses se constituem enquanto classe insubmissa, estão sempre travando lutas para defender seus direitos seja contra coronéis, latifundiários e, mais recentemente, contra as grandes empresas que tentam se consolidar no campo. Salienta que mesmo quando são

⁵⁹ Apesar da importância que o termo camponês carrega para compreendermos os sujeitos políticos do Brasil, não consideramos que os desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC possam se encaixar nessa categoria, isso se justifica não pela pouca importância que possam ter, mas sim no sentido de que não estavam organizados e inseridos nas disputas nessa arena.

⁶⁰ MARTINS, 1981, p. 11.

expulsos de suas terras, os camponeses sempre acabam voltando, mesmo que seja em terras distantes de onde saíram. Outro ponto que Martins toca diz respeito aos diferentes termos usados para se referir aos camponeses ao longo do tempo e nas diferentes regiões - caipira, caiçara, tabaréu, caboclo, etc. - que representam um afastamento desse grupo, afastamento esse não apenas geográfico. Ainda abordando esses termos, o sociólogo aponta que “camponês” e “latifundiário” são palavras políticas que se constituíram no vocabulário, designam o lugar social desses indivíduos na estrutura da sociedade⁶¹.

José de Souza Martins também apresenta uma discussão a respeito da exclusão dos camponeses do pacto político, definindo também o lugar ocupado por esses indivíduos na História, isto é, um lugar de não participação ou de não importância. Outra crítica colocada por Martins é a respeito da visão um tanto evolucionista ao se estudar as lutas camponesas, como se estas fossem pré-políticas e não políticas. Evidenciando, assim, o desconhecimento dos pesquisadores sobre as dinâmicas sociais e da realidade do campesinato, principalmente quando essas lutas são explicadas somente através do misticismo ou do banditismo.

Octavio Ianni, por sua vez, trabalha com os conceitos gramscianos de “hegemonia” e de “classe subalterna”. Para ele, os camponeses constituem a classe subalterna, mas não buscam a hegemonia, dado que a luta empreendida por esse grupo busca defender seu modo de vida e também reformular a pirâmide social, porém sem extingui-la⁶².

A reivindicação principal do campesinato é a posse e o uso da terra. [...] Em face da acumulação originária, ou do desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo, o camponês luta pela terra. Reage à sua expulsão do lugar em que constrói a sua vida. E essa luta frequentemente adquire conotação revolucionária. Por um lado, o camponês resiste à proletarização no campo ou na cidade. [...] Um dos componentes estruturais da ordem burguesa é a burguesia agrária, a indústria agrícola, a produção de valor na agricultura. Na medida em que esse elemento da ordem burguesa se vê bloqueado em seu funcionamento ou expansão, coloca-se em pauta um problema para as classes dominantes, o bloco de poder⁶³.

⁶¹ Ibid., p. 21.

⁶² IANNI, Octávio. A utopia camponesa (1986). In.: (orgs.) WELCH, Clifford; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa; WANDERLEY, Maria de Nazareth. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 138.

⁶³ IANNI. Ibid., p. 142.

É preciso entender que a terra para os camponeses não está ligada apenas a questões econômicas, mas também às dimensões sociais e culturais. A comunidade tem importante lugar dentro do universo social camponês, eles negam a ordem burguesa através de um modo distinto de vida e trabalho. Uma discussão sobre o caráter revolucionário dos camponeses e o seu lugar na revolução socialista ganhou fôlego, no Brasil, principalmente a partir da década de 1960. Aqui, foi incorporada a discussão dos soviéticos que se dividiam em “campesinistas” e “descampesinistas”. Os primeiros defendiam a permanência da agricultura familiar, enquanto que os segundos sustentavam a ideia da inelutável proletarização do campesinato como um passo a mais para que fosse realizada a revolução.

José de Souza Martins⁶⁴ desenvolve a tese de que as lutas populares no campo avançaram mais depressa do que os partidos políticos na interpretação e incorporação do problema camponês e da questão agrária. Martins também procura construir uma contribuição teórica à definição da situação do campesinato, como anteriormente abordado. Para além desses pontos, o autor apresenta um breve histórico de como a posse da terra tem influenciado diversos aspectos da história do país desde a colonização.

No período colonial, a escravidão teve papel importante na dinâmica da terra, pois, para alguns grupos, representava uma oportunidade de capitalização sem ao menos as terras terem produzido algo. Todavia, segundo Martins, não se pode incorrer no erro de afirmar que o monopólio da terra dependia do trabalho dos cativos, na verdade era o contrário, para que a escravidão existisse era necessário o monopólio rígido e que camponeses e mestiços não tivessem acesso a essas terras⁶⁵.

Posteriormente, à medida que a mineração foi se desenvolvendo na região Sudeste do Brasil, a exigência de produção de alimentos se ampliou e a produção das pequenas roças não era mais suficiente para o abastecimento necessário. José Graziano da Silva destaca,

Na realidade, não havia uma estrutura produtora de alimentos destinados à população mineradora. [...] Em consequência os preços dos alimentos foram enormemente elevados devido à carência. Os preços altamente compensadores foram atraindo empresários maiores, possuidores de grandes fazendas e mão-de-obra [sic] escrava, pois o lucro provindo da produção de alimentos já era

⁶⁴ MARTINS, 1981. Ibid.

⁶⁵ Ibid., p. 33.

suficiente para que começasse a existir uma produção especializada em alimentos destinados à população mineira⁶⁶.

Os camponeses, por sua vez, estavam excluídos da condição de proprietários de terras. Podiam ter acesso a elas somente sob o regime de arrendamento, produzindo gêneros alimentícios destinados ao consumo interno. Para além da exclusão da condição de proprietários de terras, estavam excluídos também da vida política. Essa situação permaneceu até a proclamação da República, em 1889⁶⁷.

Sobre o monopólio da terra na América Latina e, mais especificamente, no Brasil: não se trata de um fator singular da história brasileira e também não pode ser encarado como determinismo provocado pela colonização, isto é, não é uma condição imutável⁶⁸. Entretanto, o processo de colonização foi importante para o estabelecimento de uma política, economia e sociedade baseadas na acumulação de terras. Após as independências e a introdução de ideias liberais por meio dos jovens de famílias abastadas que iam fazer seus estudos na Europa, esse modelo começou a ser criticado. Tal crítica pautava-se em uma ideia de modernização que compreendia a negação dos modelos coloniais ibéricos; muitos desses jovens pensadores das elites defendiam o fim da escravidão, por exemplo⁶⁹. Na América Latina, a inserção dessas ideias não modificou a relação com a concentração de terras, houve inclusive o aumento das *haciendas* em algumas regiões. Indígenas e camponeses continuaram a ser desapropriados.

A partir de 1822, o regime de sesmarias passa a ser proibido e até 1850, não houve legislação que desse conta de estabelecer de forma legal o acesso às terras, por isso é nesse ínterim que os posseiros⁷⁰ se beneficiaram. Em 1850, é promulgada a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, mais conhecida como Lei de Terras, que estabelecia que a única forma de aquisição de terras seria por meio da compra e as terras devolutas ficariam sob monopólio do Estado. Dentro dessa nova perspectiva, a terra passa à condição de mercadoria e além de seu caráter social, passa a ter também um caráter comercial. Com a promulgação da Lei de Terras, as posses e as sesmarias começaram a ser registradas em cartório. Assim, com a aquisição por meio da compra das terras, o Estado objetivava usar

⁶⁶ SILVA, José Graziano da (coord.) e outros. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1980. p. 21.

⁶⁷ MARTINS, 1981. *Ibid.*, p. 40.

⁶⁸ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 46.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 61.

⁷⁰ Segundo José de Souza Martins (1981, p. 109), o posseiro é aquele que trabalha na terra sem possuir qualquer título legal que o defina como proprietário da terra.

o dinheiro para financiar a vinda de imigrantes estrangeiros para trabalharem nas grandes lavouras. Outro objetivo era dificultar a compra de terras por parte das pessoas mais pobres. No entanto, de forma mais prática, a Lei não atingiu seus objetivos, somente dificultou o acesso dos mais pobres à terra e formou a tradição latifundiária no Brasil, fortificando uma classe burguesa agrária⁷¹. Como aponta José Graziano da Silva, “a Lei de Terras significou, na prática, a possibilidade de fechamento para uma via mais democrática de desenvolvimento capitalista, na medida em que impediu ou, pelo menos, dificultou o acesso à terra a vastos setores da população”⁷².

Para os camponeses, a promulgação da Lei de Terras significou que o acesso à terra se daria mediante a oferta de trabalho compulsório ao grande fazendeiro. Duas mudanças resultaram disso: (1) a libertação do camponês da grande propriedade, no entanto passou a ser subjugado a ela; (2) surgimento de um novo campesinato constituído por pequenos proprietários, dependentes do mercado, compradores de terras e livres, em especial nas regiões Sul e Sudeste do país⁷³.

Em 1889 um novo regime foi estabelecido, que, em princípio, contou com um vácuo político. Porém, nesse contexto, foram desenvolvidas por Ruy Barbosa as ideias de mobilizar a propriedade fundiária pelo modelo da via *farmer* - rejeição dos interesses fundiários como hegemônicos e da grande propriedade - e também com grande incentivo à modernização. No entanto, tais ideias não foram colocadas em prática, a República que havia sido criada sem a participação da população afastava-se cada vez mais dos ideais republicanos e aproximava-se de um caráter plantacionista e latifundiário, é por isso que a Primeira República também ficou conhecida como República dos Fazendeiros⁷⁴.

Com a promulgação da primeira constituição republicana, em 1891, a posse das terras devolutas foi legada ao Estado e às oligarquias nacionais, dando início ao período que posteriormente ficou marcado pela prática do coronelismo. Os coronéis tratavam o voto como mercadoria, oferecendo desde presentes até pedaços de terras para os eleitores. Em troca, continuavam no poder e garantiam a impunidade fiscal e certa imunidade jurídica. Nesse contexto, é percebida a exclusão política de todos aqueles que não tinham como se envolver nas práticas clientelistas⁷⁵. Marcada pelo coronelismo, logo em seu início, a Primeira República foi palco para a violência dos grandes latifundiários, seja

⁷¹ FLENIK. Ibid., p. 19-21.

⁷² SILVA, 1980. Ibid., p. 26.

⁷³ MARTINS, 1981. Ibid., p. 43.

⁷⁴ LINHARES; SILVA, 1999. Ibid., p. 73-75.

⁷⁵ MARTINS, 1981. Ibid., p. 47.

contra monarquistas, que defendiam a antiga distribuição e posse de terras, seja contra republicanos, que viam no surgimento da república uma possibilidade de reforma social.

As primeiras revoltas camponesas ocorreram no final do Império e começo da República. Destacamos duas: a de Canudos (1893-1897), na Bahia, e a do Contestado (1912-1916), no Paraná e Santa Catarina. No caso do movimento do Contestado houve ainda outro elemento importante, a atuação de uma empresa estrangeira e do capital estrangeiro responsável pela desapropriação de posseiros para a construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. Ambas as revoltas foram fortemente reprimidas pelas forças do Exército e tinham nuances antirrepublicanas, o que não quer necessariamente dizer que eram monarquistas, mas sim entendiam que os problemas em relação à posse de terras estavam relacionados ao novo modelo político implementado. Além disso, colocavam-se contra a ordem privada representada pelos fazendeiros e seus exércitos de jagunços. As fortes intervenções militares eram justificadas porque os conflitos representavam um suposto desafio à ordem que se estava tentando estabelecer. Os militares combatiam, então, as insurreições dos pobres do campo. A historiografia formulada sobre essas revoltas, sobretudo a do Contestado, destaca-se por não tratar os camponeses somente como massa conivente com as explorações sofridas, evidenciando suas lutas.

A partir da segunda metade do século XX, outros dois atores entraram em cena nas lutas no campo, são eles o Partido Comunista e a Igreja Católica, que disputavam a “tutela política” do campesinato. Em 1950, o Partido Comunista publicou o “Manifesto de Agosto”, onde estipulava que somente a revolução libertaria o Brasil dos resquícios “feudais e burgueses”. Em relação ao campo, as terras seriam confiscadas e distribuídas àqueles que nelas trabalhavam ou que possuíam poucas terras⁷⁶. O PCB também tinha como objetivo a criação de governos municipais democráticos de libertação nacional e via nas revoltas camponesas um meio de concretizar seus planos.

Em 1960, na Resolução do V Congresso do PCB, ficou estabelecido que os trabalhadores rurais viriam em primeiro plano, priorizando a criação de sindicatos rurais, enquanto que os camponeses sem terra ficariam em segundo lugar. Isso desagradou especialmente as Ligas Camponesas. Em 1962, a Igreja Católica passou a disputar o controle da Confederação dos Trabalhadores e defendia a criação de pequenos proprietários para frear a “maré vermelha” no campo. Partindo dessa concepção, a

⁷⁶ MARTINS, 1981. *Ibid.*, p. 82.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) defendia a reforma agrária, mas desde que houvesse a preservação da propriedade privada. Assim, a Igreja Católica insere-se nas lutas camponesas, sendo inclusive uma figura forte de mediação dos conflitos, sobretudo a partir da década de 1980, com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT atuou junto ao movimento dos desapropriados de Papanduva-SC, mas tal caso será abordado nos capítulos seguintes.

Outro projeto que tinha em vista o campo brasileiro foi aquele formulado por João Goulart e pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Essa concepção defendia a expansão do trabalhismo no campo e da reforma agrária com objetivo de solucionar os problemas da inflação, pois a partir de uma maior produção do campo, os camponeses poderiam vir a se tornar um mercado consumidor interno. No Rio Grande do Sul, o trabalhismo, a partir da liderança de Leonel Brizola, buscou criar seu próprio movimento camponês. No entanto, José de Souza Martins comenta que em suma todos esses projetos tinham como objetivo evitar uma revolução camponesa no Brasil.

É a partir do governo de João Goulart que uma política agrária começa a ser mais discutida. O modelo de reforma agrária proposta por Goulart previa o pagamento de indenizações após as desapropriações de terras, buscando, assim, instituir uma legislação fundiária distributiva. Essa foi, entre outras, uma das justificativas para o golpe militar de 1964.

O golpe [de 1964] pôs a descoberto um processo que estava em andamento há algum tempo e que a política de frente única de vários grupos e partidos não permitiu que fosse visto com a devida clareza. Muito antes do golpe, os empresários (industriais, comerciantes, banqueiros, representantes do imperialismo americano) organizados no IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, no Rio e em São Paulo, delegaram a um grupo de empresários e técnicos a tarefa de preparar um diagnóstico da situação fundiária brasileira e de proporem um projeto de lei de reforma agrária do ponto de vista da burguesia e dos grupos econômicos estrangeiros. Esse projeto constituiu o miolo daquele que seria enviado no mesmo ano de 1964 ao Congresso Nacional, pelo governo do marechal Castelo Branco⁷⁷.

Com a instauração da Ditadura Militar no Brasil, o pagamento das indenizações deixou de ser obrigatoriamente em espécie, podendo ser realizado por meio de títulos da dívida pública. Tal projeto já havia sido pautado pelo presidente João Goulart, em 1963, que havia encaminhado uma emenda constitucional ao Congresso Nacional, prevendo

⁷⁷ MARTINS, 1981. *Ibid.*, p. 93.

realizar essa alteração. Após o Golpe de 1964, foi aprovado o Estatuto da Terra, estabelecendo que o pagamento das indenizações fosse realizado posteriormente às desapropriações e com títulos da dívida pública. Além disso, a própria preocupação dos governos militares com a questão do campo modifica-se seriamente,

Ao contrário do ocorrido no período *nacional-desenvolvimentista*, quando a questão agrária era prioridade econômica e social do governo, a agricultura é, agora, relegada a segundo plano e o interesse do governo volta-se, em relação ao campo, quase que exclusivamente para a chamada *segurança nacional*⁷⁸.

Mesmo com a tentativa de modernização do campo com a injeção de capital estrangeiro, esta não surtiu os efeitos desejados, dado que estava estabelecido como um dos objetivos, criar um mercado consumidor. Porém o que se teve como consequência foi justamente o contrário, a fome assolou várias famílias de agricultores⁷⁹. Por exemplo, uma comparação entre os dados de 1965 e 1972, evidencia que a área destinada à pecuária aumentou mais de 75%. Esse aumento impactou negativamente do ponto de vista social, dado que não é uma produção caracterizada pela grande geração de empregos, além da expropriação de muitos pequenos produtores, pois o chamado “milagre econômico” favoreceu apenas alguns segmentos da sociedade, enquanto onerou outros, sobretudo, os trabalhadores rurais.

No que concerne aos âmbitos social e político no campo, a Ditadura Militar se mostrou bastante violenta em especial com lideranças de sindicatos rurais, que eram perseguidas e mortas e os levantes sociais fortemente reprimidos. O campo tornou-se um verdadeiro problema para a Ditadura quando grupos revolucionários passaram a encarar o camponês como um agente da revolução e após adotarem o foquismo como método para a revolução socialista.

Logo após o processo de redemocratização, durante o governo de José Sarney, foi estabelecido o Plano Nacional de Reforma Agrária, porém não foi implementado. Das cerca de 1 milhão e 500 mil famílias que deveriam ser assentadas, apenas 70 mil o foram. É nesse período também que se intensifica a violência no campo, pois vários acampamentos eram atacados por jagunços a mando dos latifundiários⁸⁰. Tal violência é um dos grandes problemas agrários enfrentados até hoje, pois policiais militares e civis a

⁷⁸ LINHARES; SILVA, 1999. *Ibid.*, p. 182-183.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 95.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 198-199.

mando dos latifundiários também configuram uma ameaça para as populações camponesas.

José Graziano da Silva⁸¹ destaca que em momentos favoráveis para a expansão, os grandes “engolem” os pequenos, enquanto que nos momentos de crise, o grande se retrai e passa a fazer acordos de parcerias ou arrendamentos com os pequenos proprietários. Então, nas décadas de 1960 e 1970, ocorreu uma maior concentração fundiária e uma rápida expansão da fronteira agrícola, sobretudo na região da Amazônia. A concentração crescente de terras nas mãos de poucos aconteceu sobre a expropriação de pequenos agricultores, posseiros, parceiros e arrendatários, ocasionando na ida desses desapropriados para os centros urbanos. Assim, a urbanização crescente aumentou também o mercado interno consumidor de bens alimentares e não era mais possível dedicar-se somente à exportação, era preciso dedicar-se também a alimentar a população urbana. Sobretudo na região Sul do Brasil, durante as décadas de 1960 e 1970, o papel do campesinato era o de produzir bens alimentares.

As alterações advindas da expansão da fronteira agrícola nas décadas de 1950 e 1960 são mais expressivas no que concerne à divisão do trabalho. Cabe ressaltar que essa expansão se deu em dois movimentos diferentes, o primeiro deles é de posseiros ou ocupantes, produzindo mais para o consumo próprio do que para o mercado, isso aconteceu principalmente no oeste do Maranhão e em algumas áreas da Amazônia. Outro movimento de expansão da fronteira agrícola foi empreendido principalmente no norte do Paraná⁸². Dessa forma, pode-se afirmar que a expansão da fronteira agrícola não foi um processo homogêneo e nem focado em apenas uma região do Brasil.

O capital financeiro atuou também na expansão do Maranhão e do Pará, tal movimento demográfico foi motivado pela tentativa de fuga dos camponeses do latifúndio nordestino. Assim, a partir de 1930 a maioria da mão de obra no setor primário – agropecuário - deixou de ser a de estrangeiros e passou a ser exercida por migrantes internos.

A migração no sentido rural-urbano é bastante destacada, mas é imperativo lembrar que a migração sentido rural-rural também foi muito forte. Essa movimentação

⁸¹ SILVA, José Graziano da. **O que é a questão agrária**. 4ª ed. Editora Brasiliense: São Paulo. 1981. p. 14-15.

⁸² SZMRECSÁNYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In. (org) FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III - O Brasil Republicano. 4º vol. Economia e Cultura (1930-1964). Difel: São Paulo. 1984. p. 128-129.

demográfica, como anteriormente explicitado, é uma consequência do novo padrão de acumulação da economia brasileira⁸³.

Neste sentido, nunca é demais assinalar – como faz WAIBEL (1949), pág. 258 – que a emigração de produtores do setor agropecuário para as cidades ou para novas áreas rurais se dá ‘não tanto por causa do aumento da população, mas em consequência da deterioração da terra’ nas áreas de origem. Essa deterioração, obviamente, precisa ser entendida no sentido lato, não se referindo apenas aos aspectos físicos dos recursos do solo, mas também à relação dos mesmos com as pessoas que trabalham e destas entre si. Ou seja, junto com a produtividade da terra, sempre estão em jogo as relações de produção⁸⁴.

Mas o que essa movimentação demográfica e a transformação das relações por causa do capital comercial e financeiro têm em relação às desapropriações de Papanduva-SC? Primeiro, cabe lembrar que o processo de desapropriação foi pautado em leis, portanto, legal. No entanto, na prática tais preceitos não foram cumpridos, destacando-se o não pagamento das indenizações. Consequentemente, os agricultores desapropriados não poderiam se estabelecer em outros lugares, pois muitos eram pequenos e médios produtores não tendo condições financeiras para comprarem pedaços de terras equivalentes aos que possuíam antes. Com a inserção da especulação capital e do fortalecimento do modelo agropecuário de produção – isto é, produção em larga escala, mecanizada e voltada para o mercado – as terras foram ficando cada vez mais escassas. Apesar da atuação das empresas de colonização e da expansão das fronteiras agrícolas, sem o dinheiro das indenizações os desapropriados nada poderiam fazer. Soma-se a isso a atuação de grileiros e a transformação da terra em bem material, assim a migração no sentido rural-rural, comum nesse período, tornava-se quase impossível para os desapropriados de Papanduva-SC e seus herdeiros, não havia terras para onde irem. Muitos optaram – forçadamente – por migrar no sentido rural-urbano para a cidade grande mais próxima, Curitiba-PR, tornando-se mão de obra do setor secundário (indústria).

As pequenas e médias produções foram suplantadas pelo modelo da agropecuária, pois como explicitado, esse modelo de produção atendia aos projetos desenvolvimentistas pautados a partir da década de 1930, fortalecendo a indústria nacional. É possível que, também, estivesse ligado ao avanço do capitalismo e da modernização do campo. Além disso, o produtor que antes se dedicava à produção para a subsistência fosse forçado a se

⁸³ Ibid., p. 135-138.

⁸⁴ Ibid., p. 189-190.

inserir na lógica do mercado, ficando dependente das vilas e cidades e aumentando as horas de trabalho para atender às novas necessidades capitalistas. A chamada “modernização conservadora”, colocada em prática a partir da década de 1970, representou mudanças nos hábitos dos colonos por ela atingidos. Alguns deixaram, inclusive, de ser colonos para tornarem-se “empresários do campo”. No entanto, esse projeto de modernização não era para todos, os pequenos proprietários não tiveram acesso às mudanças e, dessa forma, conservou-se as antigas estruturas de poder, dominação e expropriação no campo⁸⁵.

Quanto à agropecuária, um dos aspectos a assinalar é sua baixa produtividade por unidade de área. Isso ocorre pois para o capital o que mais importa não é a produção propriamente dita, mas sim o lucro – lembrando que a terra passa a ser considerada mercadoria nesse modelo de produção. Assim, há outras alternativas para se obter o lucro a partir das terras, como a especulação fundiária e a exploração da mão de obra dos trabalhadores rurais. O emprego de tecnologias mais avançadas na produção, favorecendo as indústrias nacionais e internacionais – que fornecem agrotóxicos e fertilizantes, por exemplo. Em 1970, observava-se um aumento numérico da participação em estabelecimentos de tamanho intermediário em alguns Estados, como, por exemplo, Santa Catarina, onde chegou a representar mais da metade do total. Houve também um forte crescimento nos minifúndios catarinenses⁸⁶.

Outro ponto a ser abordado diz respeito à estrutura fundiária de Santa Catarina. Segundo Szmrecsányi, para poder ter uma noção mais completa, é necessário, primeiramente, analisar dados relativos à força de trabalho envolvida na produção agropecuária. Assim, o autor se vale dos dados apresentados pelos Censos Demográficos de 1940 a 1970, que classificam os indivíduos em: empregadores (burguesia agrária), os trabalhadores por conta própria (pequenos proprietários e/ou sitiantes), os familiares (pequenos proprietários e/ou sitiantes), empregados (assalariados agrícolas, muito embora nem todos sejam assalariados). Analisando os dados coletados pelos Censos Demográficos, nota-se que em Santa Catarina, no período de 1950, a grande maioria é a de trabalhadores por conta própria (144.566) e de trabalhadores familiares (110.330) de uma população rural total de 298.408. Já na década de 1960, tem-se os seguintes números:

⁸⁵ SMANIOTTO, Marcos Alexandre. Modernização conservadora, concentração fundiária e êxodo rural: contradições de uma microrregião no Oeste do Paraná. In.: (org.) SILVA, Marcio Antônio Both da; KOLING, Paulo José. **Terra e poder: vivências e lutas sociais no campo**. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022.

⁸⁶ Ibid., p. 181.

373.541 total da PEA (População Economicamente Ativa) do setor agropecuário, 186.168 trabalhadores por conta própria e 147.639 de trabalhadores familiares⁸⁷. Conclui-se, então, que o que predominava no Estado catarinense era a pequena propriedade, os desapropriados de Papanduva-SC inserem-se nesses números⁸⁸.

No que tange à concentração fundiária no Estado de Santa Catarina,

Os resultados mostraram que apesar de terem ocorrido alterações significativas no número de municípios, número e área total dos estabelecimentos agropecuários, o valor do índice de Gini predominou, na maior parte dos municípios, de 1920 a 1985 na faixa de média e forte concentração fundiária, com o aumento da concentração no período mais recente de 1975 a 1985. A forma de ocupação do Estado parece ter sido o principal fator a contribuir para uma distribuição menos desigual da posse da terra, quando comparado a outras regiões do Brasil⁸⁹.

O processo de colonização do Estado de Santa Catarina constituiu-se basicamente de contingentes de imigrantes europeus ou de seus descendentes. Estes ocuparam a terra em pequenos lotes e na condição de proprietários, introduzindo a produção diversificada associada com as pequenas criações, principalmente de suínos, voltadas para o mercado interno e o auto-consumo (sic). Esta forma de ocupação parece ter sido o principal fator a conduzir o Estado a apresentar uma distribuição menos desigual da posse da terra, quando comparado a outras regiões brasileiras⁹⁰.

Por isso, não se pode conceber a terra somente como mercadoria ou como “terra de negócio”⁹¹. Terra de negócio e terra de trabalho são duas concepções diferentes. No primeiro caso, a terra serve como mercadoria ou como meio de exploração da força de trabalho alheia. Já no segundo, que é a visão dos posseiros e agricultores sobre a terra, ela é tida como instrumento de trabalho e não como objeto de posse. É importante ressaltar que as melhores terras, ou seja, aquelas mais férteis e próximas dos mercados, estão sob posse dos capitalistas. Consequentemente, os camponeses têm que vender suas produções fora de época e por preços mais baixos, essas condições acabam forçando os pequenos e

⁸⁷ Ibid., p. 186.

⁸⁸ Não há indícios, nas fontes analisadas nessa pesquisa, de que os desapropriados de Papanduva-SC tinham empregados e/ou funcionários.

⁸⁹ ESPÍRITO SANTO, Evelise Nunes do. **Transformações da agricultura no estado de Santa Catarina, 1920-1985**. 1998. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1998. p. xi.

⁹⁰ Ibid., p. 148.

⁹¹ MARTINS, 1991. Ibid., p. 53-56.

médios agricultores à proletarização, ao deslocamento para outras áreas ou à formação de cooperativas, sendo que essas últimas também podem ser cooptadas pelo capitalismo.

Sob o controle do capital, a produção tende a ser mais intensiva e o sistema capitalista trata de fabricar uma natureza que corresponda à necessidade de obtenção de maiores lucros. O avanço do capitalismo muda também as estruturas no campo. Com a modernização no campo, os camponeses transformam-se ou em empregados assalariados, tendo como único bem sua força de trabalho, já que o acesso às terras é limitado, ou em operários nos grandes centros urbanos⁹².

Linhares e Silva⁹³ destacam que tal questão foi estudada sob duas perspectivas. A primeira é a de que o campo era ainda feudalizado, enquanto que as cidades já se encontravam sob o domínio do capitalismo. Pensadores como Caio Prado Júnior discordavam dessa concepção; para eles o campo já estava sob domínio capitalista e, como forma de atenuar as mazelas decorrentes desse controle, defendiam que as leis trabalhistas também fossem incorporadas pelos trabalhadores do campo.

Problemas advindos da questão agrária têm reflexos também nas cidades, sobretudo ocasionados pelo intenso êxodo rural em virtude da concentração de terras nas mãos de poucos. Outros problemas advindos do capitalismo e do recente neoliberalismo são o crescente desemprego e exploração dos trabalhadores, tanto no campo quanto nos grandes centros urbanos. Martins destaca,

O rápido crescimento das tensões sociais no Brasil, no campo e na cidade, nos últimos anos [1960 a 1990], decorre diretamente do estágio do desenvolvimento capitalista a que o país chegou, em condições históricas muito distintas das dos países clássicos do capitalismo, como a Inglaterra e os Estados Unidos⁹⁴.

Em consequência da facilitação de entrada de grandes empresas no campo, bem como as irregularidades por parte dos grandes fazendeiros, tem-se o crescimento notável da violência, em especial contra camponeses e indígenas. Essas violências não são punidas pois o Estado faz vista grossa, como por exemplo, assassinatos de lideranças e os fazendeiros/empresários que buscam amedrontar toda a população rural⁹⁵. Não são apenas as grandes empresas e latifundiários que provocam esses problemas; segundo José

⁹² LINHARES; SILVA, 1999. *Ibid.*, p. 31.

⁹³ *Ibid.*, p. 141.

⁹⁴ MARTINS, 1991. *Ibid.*, p. 53.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 168-173.

de Souza Martins⁹⁶ o próprio Estado, por vezes, como percebemos pelos exemplos de Itaipu e o que está sendo trabalhado nesta dissertação, age como uma empresa capitalista e também se vale dessas artimanhas para desapropriar agricultores.

Como foi explicitado anteriormente, na América Latina, as múltiplas violências contra as populações rurais não acontecem sem que haja lutas e resistências das mais diversas. No campo brasileiro ocorre e ocorreu a mesma coisa, um exemplo é o das Ligas Camponesas - Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. A criação das Ligas Camponesas esteve ligada ao processo de expulsão dos camponeses que trabalhavam nos canaviais, relegando-os à condição de trabalhadores assalariados não-residentes⁹⁷.

Outro exemplo bastante conhecido é o da Guerrilha do Araguaia (1967-1974), em que militantes do Partido Comunista do Brasil enfrentaram as forças militares. Apesar de, em um primeiro momento, parecer que a questão das terras não fosse o foco, José de Souza Martins⁹⁸ entende o conflito por esse viés, de que a luta entre militantes do PCdoB e os militares foi um conflito secundário para um outro que já acontecia ali na região, que tinha como oponentes os posseiros-lavradores contra grileiros-fazendeiros. Outro exemplo a se destacar é o da ação dos Trabalhadores Sem Terra e do Movimento contra Barragens e, anteriormente, o Movimento Justiça e Terra (MJT) ligado à luta contra a Itaipu Binacional (PR). Merecem destaque, também, movimento que ocorreram alguns anos antes, como a Revolta de Porecatu (1951), no Paraná e a Revolta de Trombas e Formoso (1950-1957), em Goiás.

É de substancial importância entender que a luta pela terra e luta por reforma agrária são reivindicações distintas. No Brasil, as discussões sobre a reforma agrária centraram-se em dois argumentos distintos, um primeiro grupo defende a desapropriação por interesse social, enquanto que um segundo defende que a tributação de acordo com o tamanho das terras é o mecanismo mais adequado para evitar o acúmulo de áreas muito grandes em posse de poucos⁹⁹. Dessa forma, podemos perceber que os conflitos camponeses não eram e não são todos iguais, contudo, têm um componente em comum, a luta pela terra.

⁹⁶ Ibid., p. 49.

⁹⁷ Idem. 1981, p. 76.

⁹⁸ Ibid., p. 125-127.

⁹⁹ RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. A terra e a farda: a questão agrária sob regime militar no Brasil e no Peru. In.: MOTTA et al. (org.) **História Agrária: propriedade e conflito**. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2008. p. 280-284.

Apesar de os debates sobre o conceito de “camponês” terem se iniciado já na década de 1980 e que se entende essa denominação enquanto um termo político, a partir do que foi exposto anteriormente, percebe-se que pouca voz é dada a esses indivíduos nos trabalhos e pesquisas produzidas a partir dessa época. Percebe-se, tanto no âmbito das discussões acadêmicas quanto políticas, sobretudo aquelas oriundas dos comunistas da década de 1960, uma certa visão do camponês enquanto apenas mais uma engrenagem dentro de um plano mais amplo. Sendo, inclusive, defendido por alguns setores o desaparecimento dessa população, que seria transformada em trabalhadores fabris e, dessa forma, estaria chegando mais próximo ao ponto de uma revolução. No entanto, basta um breve olhar para a sociedade para perceber que os camponeses ainda existem e continuarão existindo, pois não se tratam apenas de conceitos, mas sim de pessoas. Por mais que os autores anteriormente abordados tratem de revoltas camponesas, mostrando que são agentes históricos e sabem reagir, ainda assim o sujeito camponês parece não ter fala.

A seguir, trataremos mais especificamente de um conflito já mencionado, o Movimento do Contestado (1912-1916). Abordar a luta dos sertanejos contra as forças do Exército e dos jagunços é importante para entender o passado de luta que os indivíduos do Planalto Norte Catarinense empreenderam. Além disso, as próprias cidades de Papanduva-SC e Três Barras-SC foram criadas após o fim do conflito, quando ocorreu divisão de algumas áreas de terras entre Santa Catarina e Paraná. Assim, é possível demonstrar que o caso das desapropriações ocorrido em 1956 não é isolado no tempo e espaço, pois Estado e empresas estrangeiras vêm atuando, nesse sentido, na região desde o começo do século XX. Por fim, a perspectiva global-local nos ajuda a compreender que essas violências sofridas se apresentam de várias formas, por outro lado, o mesmo acontece com as lutas e resistências dos camponeses.

2.4. UM BREVE OLHAR SOBRE O MOVIMENTO DO CONTESTADO (1912-1916)

O Movimento do Contestado ou Movimento do Contestado¹⁰⁰ ocorreu entre 1912 a 1916, na região fronteira entre os Estados de Santa Catarina e Paraná. Recebeu esse nome justamente porque se desenrolou em território contestado pelos dois estados.

¹⁰⁰ Para saber mais consultar: DALFRÉ, Liz Andréa. **Outras narrativas da nacionalidade: O movimento do Contestado.** Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes -

O conflito do Contestado teve como marco inicial o ano de 1912, quando as forças paranaenses lideradas pelo Coronel João Gualberto Gomes de Sá enfrentaram os sertanejos do grupo do monge José Maria, na região do Irani. O grupo de José Maria havia entrado em território paranaense vindo de Santa Catarina, tal ação foi entendida como uma espécie de provocação, dado que os dois estados disputavam terras em litígio. A expedição montada por João Gualberto tinha por objetivo, além de dissolver o pequeno grupo de sertanejos, mostrar o poderio do Estado paranaense. No entanto, a investida das forças paranaenses foi um verdadeiro desastre, resultando na morte do líder e na destruição da força expedicionária¹⁰¹.

É importante salientar que os sertanejos não tinham relação alguma com a disputa entre Santa Catarina e Paraná. O grupo havia saído de Curitiba-SC pois estavam sendo perseguidos pelo chefe político local e apenas buscavam um lugar seguro para continuarem vivendo. A questão da disputa do território pelos dois Estados estava marcada por ideias fortemente difundidas naquele despontar da República, isto é, ideias de progresso, crescimento e de capital político e econômico. As terras em litígio apresentavam a possibilidade de expansão e de ocupação por europeus dos chamados “vazios demográficos” - que na realidade não eram vazios, mas sim habitados por grupos indígenas e camponeses, considerados “empecilhos para o progresso”.

O conflito entre Santa Catarina e Paraná não pode ser entendido como a única causa do Movimento do Contestado. Outro motivo se deve à instalação da *Brazil Railway Company* na região do Planalto Norte Catarinense, com o objetivo de construir uma parte da ferrovia que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul. A empresa ganhou do Governo uma área de cerca de 30 km para que pudesse ser utilizada para outras atividades, como a extração de madeiras e por isso a subsidiária serraria *Lumber* também foi instalada nas adjacências. As áreas desapropriadas, após serem usadas para a retirada das madeiras foram vendidas a imigrantes europeus. Assim, a inserção do capital estrangeiro e a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande modificaram radicalmente a vida dos camponeses que ali habitavam. O preço das terras foi elevado, problemas sociais foram agravados e muitas famílias foram expulsas de suas terras, sem ter para onde ir.

Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004; MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

¹⁰¹ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004. p. 13-14.

Aliado a isso, outro problema enfrentado era o da violência dos coronéis locais e de seus jagunços.

Assim como ocorreu em Canudos, na Bahia, os sertanejos do Contestado também foram acusados de serem monarquistas, fator que também motivou o Exército paranaense a começar as investidas. Porém, na realidade, a monarquia defendida pelos caboclos do Contestado era somente uma ideia oposta à da República, que representava autorização da inserção de capital estrangeiro na região, por meio da empresa *Lumber* e que havia levado injustiças e violências contra os pobres do campo¹⁰².

O movimento do Contestado foi bastante marcado pelo conflito de classe, sobretudo a partir do segundo ano de batalhas, em que ficou evidente que era uma guerra de ricos contra pobres. O conflito tinha muito das nuances de sua época, o início da República foi marcado pela atuação dos coronéis locais, propiciada pela descentralização política. Além disso, outro elemento que marcou sobretudo a região Sul do país foi a Guerra Federalista (1893-1895) que devastou vilas e povoados inteiros, forçando vários sertanejos a lutarem em algum dos lados. A concentração fundiária também teve impacto no campo brasileiro, principalmente com as novas Leis estaduais de terras e colonização. Na região contestada, tem-se ainda um outro agravante, a construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, que acabou por expropriar diversas famílias de sitiantes, ervateiros e pequenos posseiros¹⁰³.

A partir da perspectiva global-local, percebe-se que o que ocorreu em Papanduva-SC, em 1956, não foi um acontecimento isolado temporal ou espacialmente. Já no início do século XX, os sertanejos do Contestado tiveram que lidar com desapropriações, violências por parte dos coronéis da região e das forças do Exército e também com a inserção de uma empresa estrangeira, modificando toda a organização social, cultural e de trabalho estabelecida. As próprias cidades de Três Barras-SC e Papanduva-SC foram criadas após o conflito e a distribuição das terras. Nota-se, assim, que o conflito do Contestado não se encerrou completamente em 1916, suas consequências continuaram reverberando na região.

¹⁰² MARTINS, 1981. *Ibid.*, p. 55.

¹⁰³ MACHADO, Paulo Pinheiro. Contestado: o centenário da guerra e o conflito sem fim. In.: PRIORI, Angelo; GRUNER, Clóvis. (org.) **Contestado: 100 anos de uma guerra sem fim: movimentos e conflitos sociais no sul do Brasil**: estudos sobre Santa Catarina e Paraná (séculos XIX e XX). Curitiba: ANPUH, 2016. p. 15-17.

2.5. OS PROJETOS DESENVOLVIMENTISTAS DE GETÚLIO VARGAS E DE JUSCELINO KUBITSCHKEK E A QUESTÃO AGRÁRIA

A instalação do Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH) e a promulgação do Decreto-lei que previa as desapropriações para sua expansão ocorreram durante os governos de Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961). Ambos apostaram na industrialização visando o desenvolvimento do Brasil. Sendo assim, é interessante tatear onde o objeto aqui estudado se insere, sobretudo porque estamos trabalhando com uma perspectiva global-local. Assim sendo, pretendemos abordar brevemente os governos de Getúlio Vargas, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), bem como a atuação de duas organizações que pensaram o desenvolvimentismo para os países da América Latina e, mais especificamente, para o Brasil, são eles a Cepal e o ISEB. E pensar como essas questões articulam-se ou não com os indivíduos do campo.

A expansão da indústria ocorreu ainda no primeiro governo de Vargas, no contexto mais geral da grande depressão econômica em 1929, em que se viu os preços do café despencarem. Para proteger o setor cafeeiro, Vargas criou políticas e medidas que visavam a manutenção do preço internacional do produto. Assim, dá-se início à prática do planejamento econômico¹⁰⁴. O presidente, desde seu primeiro mandato em 1930, apostou em um projeto político de construção de um Estado autoritário tendo por ideologia o nacionalismo, sendo a concepção de impessoalidade do Estado entendida como a única alternativa para se atingir eficiência. É a partir de 1953 que Vargas busca dar um salto na industrialização do país, contando com o protagonismo da empresa pública em detrimento da estrangeira, buscando a saída para o subdesenvolvimento.

Tal projeto de modernização econômica, mediante a intensificação da produção, procurava implantar uma prática altamente intervencionista, no dizer de Vargas, *disciplinadora* dos mercados e promotora de maior inversão em melhoramentos técnicos para a redução de custos. Da mesma forma, apontava-se para a realização interna de parte ponderável da produção nacional, criando as condições para a produção em massa ou, ainda, como diz Vargas, *a produção para abastecer os mercados internos*.¹⁰⁵

¹⁰⁴ ALBUQUERQUE, Alexandre Black de. **Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK**. XI Congresso Brasileiro de História Econômica: 12ª Conferência Internacional de História de Empresas. Vitória. 2015. p. 4-5.

¹⁰⁵ LINHARES; SILVA, 1999. *Ibid.*, p. 106.

No que concerne à atenção de Vargas ao campo, é preciso ressaltar que seu projeto pressupunha a existência de uma massa consumidora. Assim, a modernidade industrial só estaria garantida se houvesse respostas efetivas do campo e este tornou-se uma prioridade econômica e social. O governo de Vargas buscou mudar a concepção a respeito dos homens e mulheres camponeses, que passam a ser considerados aptos ao trabalho dentro do modelo fordista. Soma-se a isso, a experiência gaúcha de colonização do campo que passou a ser uma esperança para a superação do “atraso” das populações rurais.

Vargas procurou criar um imaginário positivo sobre a vida do trabalhador, para isso - e para outras finalidades também, como a própria construção do governo - foram criados órgãos destinados tanto à publicidade quanto à imprensa, por exemplo, o DOP e o DIP, respectivamente, Departamento Oficial de Publicidade e Departamento de Imprensa e Propaganda. Além disso, foram aperfeiçoados os métodos repressivos através da atuação da DOPS, Delegacia de Ordem Política e Social, como órgão repressivo, que combatia a boemia, vagabundagem, tudo aquilo que se colocava contra a nova ordem de trabalho e, principalmente, a subversão¹⁰⁶. A criação desses órgãos tinha, então, como objetivo, entre outros, implantar no imaginário popular uma cultura de trabalho positiva.

A questão agrária surgiu nesse contexto, buscando extinguir o patrimonialismo no campo por parte dos coronéis. O Governo de Getúlio Vargas autorizou a desapropriação de terras por utilidade pública, além de não fazer valer mais a Lei de Terras de 1850. Para ser considerado dono de alguma área de terra era preciso apresentar a escritura em seu nome, o que fez com que muitos latifundiários ficassem em estado de alerta, dado que não possuíam esse documento. Por outro lado, os trabalhadores rurais foram excluídos do regime CLT, tornando evidente que as reformas propostas pelo Estado Novo não visavam auxiliar os pequenos proprietários e nem os trabalhadores do campo. Essa exclusão não foi aceita sem que diversos grupos rurais se organizassem e comesçassem a atuar na luta por direitos. Nesse sentido, o Estado Novo se ocupou mais com um projeto de colonização e em fazer frente às antigas oligarquias¹⁰⁷.

Na região Sul do Brasil, o desenvolvimento e industrialização do campo têm como destaque a atuação da Associação de Crédito e Assistência Técnica (ACARPA), sobretudo no Estado do Paraná. A ACARPA, a partir de 1956, tinha como objetivo, por meio da assistência técnica e financeira, persuadir e instruir os agricultores. O fomento à

¹⁰⁶ Ibid., p. 117.

¹⁰⁷ Ibid., p. 128.

modernização no campo visava, também, atender os interesses do complexo agroindustrial – indústria de insumos e maquinários¹⁰⁸.

2.5.1. A Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e o desenvolvimento

Neste subtópico, serão discutidas algumas ideias formuladas pela Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e pelo ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Ambas as organizações defendiam que o desenvolvimento deveria ser produto de uma estratégia nacional de industrialização e filiavam-se à “teoria do imperialismo”, premissa para qual o subdesenvolvimento não é ocasionado somente por questões internas, mas também pela exploração que os países ditos periféricos tiveram que enfrentar e o lugar imposto a eles pelos países centrais de exportadores de produtos agrícolas e matérias-primas¹⁰⁹.

A Cepal foi criada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, em 1948, com o propósito de explicar o atraso socioeconômico dos países da América Latina, considerados países de periferia e, a partir disso, encontrar soluções e planos para superar esse atraso. Para os intelectuais integrantes da Cepal, apenas um processo de industrialização apoiado por ações do Estado seria capaz de libertar esses países da condição de subdesenvolvimento. As técnicas modernas de industrialização estariam voltadas especialmente para a exportação, paradoxalmente, somente as exportações representariam uma possibilidade de crescimento econômico independente para esses países¹¹⁰. A defesa do crescimento econômico pautado na exportação de produtos primários devia-se, sobretudo, por atender demandas inelásticas. As teorias formuladas pela Cepal foram amplamente difundidas entre as nações interessadas, entre elas o Brasil, tendo o seu auge nas décadas de 1950 e 1960. No Brasil, seguindo essa linha, foi implementado o modelo de substituição de importações, isto é, produzir-se-ia produtos de consumo no país, favorecendo a indústria nacional. Segundo essa tese, isso seria

¹⁰⁸ WOLFART, Cíntia. A expansão da agricultura modernizada no Paraná: da estruturação rural ao complexo agroindustrial. In.: (org.) SILVA, Marcio Antônio Both da; KOLING, Paulo José. **Terra e poder: vivências e lutas sociais no campo**. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022. p. 109.

¹⁰⁹ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da Cepal à teoria da dependência. In.: Caio Navarro de Toledo, org. (2005) **Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Editora Revan: 201- 232. p. 204-205.

¹¹⁰ PELLEGRINO, Anderson César. As ideias da Cepal sobre a questão agrária latino-americana. **Economia**, Curitiba, n. 24, p. 73-88, 2000. Editora da UFPR. p. 76.

acompanhado por um aumento na demanda por alimentos e transferência da mão de obra rural para o setor urbano, maiores salários para os trabalhadores rurais favorecendo a modernização do campo.

Ideias de desenvolvimento a partir da industrialização começaram a ser discutidas e formuladas com a chegada do economista argentino Raúl Prebisch ao escritório da Cepal, em 1949. Essas ideias basearam-se em duas constatações, a primeira era a de que o caráter primário-exportador e pouco diversificado dos países latino-americanos impedia o progresso técnico. Assim, a segunda constatação era de que o progresso técnico só se desenvolveria em economias industriais, isto é, aquelas já adotadas pelos países do “centro”. Desenvolve-se a ideia de que somente a industrialização poderia dar conta do crescimento da produtividade, do emprego e da renda. Em outras palavras, a especialização primário exportadora deveria ser substituída pela diversificação industrial. Além disso, a industrialização deveria abarcar setores de bens de produção mais complexos¹¹¹.

A teoria do subdesenvolvimento elaborada pela Cepal tinha como ponto chave a ideia de estrutura, ao trabalhar a partir desse conceito, concluiu-se que as estruturas econômicas e sociais periféricas pré-determinavam certos resultados, como o pouco progresso técnico, a desigualdade social, a baixa produtividade, entre outros.

A segunda consequência da abordagem estruturalista refere-se à perspectiva macro da economia. A teoria cepalina desenvolveu-se sobretudo mediante a análise de agregados macroeconômicos, em uma abordagem muito próxima à dos modelos de crescimento keynesianos e neoclássicos que proliferaram a partir dos anos 40¹¹².

A Cepal não se ateu somente à questão da modernização nos centros urbanos, voltando-se também à questão agrária. Nesse caso, identificou dois tipos de técnicas de cultivo que visassem a industrialização do campo, são elas: a mecanização do trabalho agrícola com pouca utilização de mão de obra por unidade de produto; e os modos de cultivos dedicados à elevação da produtividade da terra por hectare, com uso de sementes selecionadas e fertilizantes, mas sem reduzir a quantidade de mão de obra. No entanto, Prebisch já alertava que a mecanização do campo deveria ser feita cautelosamente para

¹¹¹ COLISTETE, R. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil, in Szmrecsányi, T.; Coelho, F. S. (Org.). **Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 27-37. p. 24.

¹¹² Ibid., p. 29.

não gerar um excedente de mão de obra rural que, muito provavelmente, sem ter onde trabalhar, deslocar-se-ia para os grandes centros urbanos. Assim, a mecanização do setor agrícola deveria considerar a variante da mão de obra¹¹³.

A Cepal ocupou-se também de investigar a posse de grandes áreas de terras nas mãos de poucos, isto é, os latifundiários. Na América Latina, a concentração de terras não tem relação necessariamente com a vontade de produzir, tanto que há muitos contingentes de terras que não são utilizados, servindo para conferir status político e econômico. Nos latifúndios, quando eram cultivados, havia certa tendência à mecanização, impactando negativamente o uso da força de trabalho. Essa massa de mão de obra que não era aplicada, pois sua manutenção saíria mais cara do que a mecanização, era absorvida nos setores urbanos. Por outro lado, os minifúndios e pequenas propriedades ainda empregavam, segundo a Cepal, uso de técnicas rudimentares com o baixo emprego de mão de obra, ficando restrita aos membros da família, além de que a produção era destinada, na maioria das vezes, à subsistência das famílias e não ao consumo interno do país.

Assim, tanto latifúndios quanto minifúndios não davam conta do emprego da mão de obra nem da utilização correta das técnicas de cultivo, gerando excedentes de pessoas que iam para os centros urbanos em busca de trabalho. A Cepal viu nesse problema a causa dos desequilíbrios no setor agrícola. Para contornar essa situação, defendia a criação de políticas públicas que objetivassem especialmente dois pontos: (1) um sistema de tributação eficiente com o propósito de desestimular a não produção e (2) uma reforma agrária para romper com as grandes estruturas improdutivas que se opunham à industrialização¹¹⁴. A reforma agrária defendida pela Cepal aumentaria a produtividade dos trabalhadores do campo e conseqüentemente a renda por habitante, bem como serviria para apaziguar tensões sociais.

Após o Golpe de 1964, as teorias cepalinas passaram por reformulações e a tese de que a diversificação industrial promoveria o fim da condição de periferia e de subdesenvolvimento dos países da América Latina foi abandonada. A Cepal adotou como sugestão de prática a redistribuição de renda e o desenvolvimento econômico das massas, em contraponto à acumulação anteriormente defendida. Mas a defesa de governos fortes e intervencionistas foi mantida¹¹⁵. Além disso, a defesa da reforma agrária, anteriormente

¹¹³ PELLEGRINO. *Ibid.*, p. 79.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 81.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 81-85.

pautada pela Cepal, foi frustrada pelo Golpe. O modelo de concentração de riqueza – e, também, de concentração fundiária – deu continuidade ao desenvolvimento econômico do Brasil.

Ironicamente a teoria do subdesenvolvimento proposta pela Cepal quando posta em prática acabou gerando graves problemas. Quando os novos planos de industrialização foram implementados em estruturas produtivas consideradas atrasadas, como era a dos países latino-americanos, inclusive do Brasil, ocasionou uma permanência da dependência externa, o aumento do desemprego e de desequilíbrios no setor agrícola.

2.5.2. ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e o desenvolvimento

O ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros também se desenvolveu em um contexto marcado por ideias e projetos de industrialização e modernização, tendo em vista o discurso sobre a necessidade de desenvolvimento do Brasil. O Instituto era composto por intelectuais de diversas áreas, vinculados ao poder estatal e que pensavam o desenvolvimento nacional, político e econômico. É a partir das análises realizadas pelos intelectuais isebianos que o nacional desenvolvimentismo tornou-se uma referência para o que já estava então em vias de se difundir na sociedade brasileira, seja nos discursos do presidente, nos projetos institucionais, produções intelectuais, entre outros.

O ISEB tem sua origem no Grupo de Itatiaia, que realizava encontros entre os anos de 1952-1953, onde se discutia política, economia e projetos passíveis de aplicação com fins de melhorar o desenvolvimento do país. O Grupo logo se dissolveu e reorganizou-se por meio da entidade privada Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp). É durante o governo de Café Filho (1954-1955) que os intelectuais do Ibesp apresentam uma proposta de assessoria ao governo e criação de um centro de altos estudos. Renomeado ISEB, tinha como objetivo principal estudar a realidade brasileira e a partir desses estudos, elaborar projetos que visassem o incentivo ao desenvolvimento nacional. Em suma, os intelectuais do ISEB viam no desenvolvimento e industrialização, os únicos meios do Brasil superar a condição de país periférico¹¹⁶.

Destaca-se, entre outros, o objetivo de “fabricar uma ideologia”. Com exceção de Nelson Werneck Sodré, os outros integrantes do ISEB não entendiam a ideologia como forma de dominação, mas sim como uma teoria que levaria ao fim pretendido, o da

¹¹⁶ SOUZA, Edson Rezende de. O ISEB: A Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem** (TEL), v.1, n.1, jan./jul. 2010, p. 147-164. p. 153.

industrialização para superar o passado latifundiário agroexportador do Brasil, o que assegurava a condição de subdesenvolvimento. Edson Rezende de Souza¹¹⁷ analisa o ISEB a partir da perspectiva de que se tratava de uma *intelligentsia* brasileira, dado que o grupo buscava uma aproximação dos intelectuais com o mundo da política. A organicidade do grupo permitiu que os próprios intelectuais integrantes do Instituto se denominassem assim, estando voltados à compreensão dos problemas do Brasil. Assim como a *intelligentsia* russa, os isebianos também buscavam idealizar o processo de transição de uma sociedade ruralizada para uma industrializada. Dessa forma, o ISEB foi mobilizado pelo Estado para dar legitimidade e sustentação ideológica aos processos de transição para a modernização que haviam sido iniciados em 1930, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas.

Tanto o ISEB quanto a Cepal eram críticos do liberalismo econômico defendido por governos dos Estados Unidos e Inglaterra. Para os intelectuais dessas duas instituições, o desenvolvimento seria atingido por meio do planejamento, tendo o Estado como principal agente. O desenvolvimento para esses teóricos compreendia a acumulação de capital e o progresso técnico que levaria ao aumento do padrão de vida da população. Portanto, trata-se de um projeto e de uma estratégia. O Estado nacional teria duas prerrogativas principais: (1) a construção de um mercado interno seguro à industrialização e protegido contra a concorrência estrangeira, além de (2) coordenar a estratégia nacional de desenvolvimento. No Brasil, a aceleração do desenvolvimento industrial a partir da década de 1930 proporcionou, na concepção isebianas e cepalinas, uma diferente organização das estruturas de classe, não existindo mais a bipolaridade dos oligarcas e de uma massa rural. Havia sido criada uma burguesia nacional que, por sua vez, deveria liderar - em conjunto com o Estado - o desenvolvimento do país¹¹⁸.

O desenvolvimento de uma burguesia nacional foi um ponto bastante discutido pelos intelectuais isebianos. Eles compreendiam os projetos de Getúlio Vargas como uma busca pela união da burguesia industrial, do Estado, dos trabalhadores, dos técnicos e de parte da velha oligarquia nacional com fins de fazer frente ao imperialismo dos países desenvolvidos. Vê-se que nessa nova ordem proposta por Vargas, os trabalhadores rurais são excluídos, justamente buscando ultrapassar o passado agroexportador do Brasil em busca do desenvolvimento pautado sobretudo na indústria nacional. Porém, como anteriormente abordado, o desenvolvimento e mercado internos ainda eram importantes

¹¹⁷ SOUZA. Ibid.

¹¹⁸ BRESSER-PEREIRA. Ibid., 208-209.

para esse projeto mais amplo, o que nos leva a pensar sobre a questão dos desapropriados de Papanduva-SC, que estavam em áreas produtivas e por isso poderiam ser - em termos utilitaristas - úteis nesse contexto.

O grupo de sociólogos de São Paulo criticou as ideias e posicionamentos do ISEB, levando seus pensadores a se dissiparem. Estes trabalharam bastante com a teoria da dependência, em que o agente causador maior do subdesenvolvimento eram as elites locais, incapazes de serem nacionais, e não tanto os países imperialistas. Assim, para concluir, citamos Bresser-Pereira:

Em síntese, nos anos 50, a CEPAL, mais no plano econômico, e o ISEB, mais no plano político, mas ambos os grupos de intelectuais com um amplo espaço de intersecção de suas idéias [sic], fizeram a crítica do imperialismo de então, e desenvolveram a estratégia e a ideologia nacional-desenvolvimentista. Para o ISEB, o desenvolvimento é um processo histórico que implica uma revolução capitalista, através da industrialização, e uma revolução nacional, que torna o país capaz de formular uma estratégia nacional de desenvolvimento. [...] pressuposto da existência de uma burguesia nacional era chave para que pudesse haver um princípio de solidariedade, unindo as classes em torno da idéia [sic] de nação, sem prejuízo dos conflitos que naturalmente se travam entre elas¹¹⁹.

A partir do que foi exposto, é possível perceber que os trabalhadores do campo foram deixados de lado no novo regime de trabalho CLT em detrimento do projeto de colonização defendido pelo Estado Novo. Além disso, o modelo de desenvolvimento planejado por Juscelino Kubitschek centrava-se na modernização da indústria, assim como o de Vargas, mas a partir do investimento de capital internacional. Com isso, há um destaque maior para os centros urbanos do que para o campesinato. É nesse período, também, que os intelectuais integrantes da Cepal e do ISEB começam a pensar e propor projetos para o desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Brasil, respectivamente. A Cepal preocupou-se, em certa medida, com a questão do campo, propondo a realização de um projeto de reforma agrária. Levando em consideração a notável importância da terra, onde ela figura na proposta isebiana de superação da condição de periferia econômica do Brasil? E os camponeses? Para os intelectuais isebianos, a massa rural tenderia ao desaparecimento, mas novamente há que se reforçar que a população do campo não é apenas um conceito, mas sim tratam-se de indivíduos.

¹¹⁹ Ibid., p. 227-228.

É nesse contexto marcado por ideias de desenvolvimento, industrialização e modernização do país que ocorre a construção do Campo de Instrução Marechal Hermes e as desapropriações em Papanduva-SC. No entanto, como se constata a partir das exposições feitas até aqui, os camponeses, enquanto sujeitos, estavam ocultos e eram levados em conta somente como elementos para atingir um projeto de desenvolvimento econômico. Onde estão os camponeses nos trabalhos que versam sobre a questão da terra e a questão agrária? Eles conseguem falar e se fazer ouvir? Como são tratados esses sujeitos nos trabalhos que versem sobre as desapropriações em Papanduva-SC?

2.6. QUANDO OS SUJEITOS GANHAM VOZ: DEBATES MAIS RECENTES

Faz-se necessário comentar como a temática da instalação do Campo de Instrução Marechal Hermes na região de Três Barras e Papanduva e das desapropriações vêm sendo tratadas no âmbito acadêmico. Na realidade, tal assunto é ainda bastante recente, portanto, não há um número extenso de trabalhos que versem sobre o tema. Foram encontradas seis pesquisas, todas produzidas a partir da segunda metade da década de 2010, com exceção de uma dissertação de Mestrado, defendida em 1988. Outro ponto a se destacar é em relação ao lugar onde esses trabalhos são realizados, isto é, em universidades do Estado de Santa Catarina, muito provavelmente porque trata-se de um caso ocorrido em território catarinense.

O primeiro trabalho sobre as desapropriações em Papanduva-SC é de Valmor Schiochet¹²⁰, tendo como objetivo principal analisar o Movimento dos Desapropriados de Papanduva enquanto um movimento social que buscou a formação da cidadania, até então colocada em perigo pelo autoritarismo vigente. Para pensar o Movimento, o autor trabalhou em algumas direções, são elas: o processo de construção da identidade coletiva, a base social, a atuação de agentes externos, formas de organização de luta, a possibilidade de ruptura com a tradição política e a atuação nas decisões do Estado.

Valmor Schiochet optou por pensar o conflito a partir do ponto de vista dos desapropriados e herdeiros. Para a realização da pesquisa, o sociólogo analisou documentos escritos e, principalmente, entrevistas com desapropriados e herdeiros que estavam acampados próximos ao CIMH. Para as entrevistas, Schiochet buscou aqueles

¹²⁰ SCHIOCHET, Valmor. **Esta Terra é minha terra**: movimento dos desapropriados de Papanduva. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade de Santa Catarina. Florianópolis, 1988.

que pudessem fornecer mais informações; para isso consultou representantes da Comissão Pastoral da Terra de Santa Catarina (CPT-SC) e os próprios desapropriados/herdeiros, realizando 30 entrevistas. Porém, ressalta que enfrentou algumas dificuldades, como distorções e omissões de informações por falta de confiança e a não realização da entrevista com indivíduos considerados importantes.

Schiochet propõe que a concepção de cidadania predominante no Movimento dos Desapropriados de Papanduva-SC foi a liberal, dado que os reivindicantes pautavam seus argumentos em documentos, como por exemplo, as escrituras de posse das terras. Porém, ao se organizarem e se articularem passaram a adotar uma concepção de cidadania mais coletiva. Sobre a ação não violenta empregada pelo Movimento, o autor defende a ideia de que esta não foi empregada em toda a sua potencialidade, mas sim de maneira ingênuo e sustentada pela legalidade. Neste sentido, Schiochet aponta alguns limites do Movimento, como a questão dos militares, que ainda é um tabu dentro da sociedade brasileira, mas que compromete uma possível construção da democracia. Por fim, aborda a questão da autonomia, entendida, nesse caso, como a possibilidade do Movimento de se auto-organizar sem a participação tutelar de organizações políticas tradicionais.

Apesar de reconhecer a importância e de nos orientarmos por várias das ideias propostas por Schiochet, ainda temos ressalvas quanto à afirmação de que os desapropriados eram “legalistas” - termo empregado pelo próprio autor¹²¹ - e ingênuos, o que discutiremos nos capítulos seguintes. A importância desse trabalho pioneiro é evidente, sobretudo porque tornou-se bibliografia essencial para as pesquisas posteriores, inclusive pode ser considerado como uma fonte secundária.

Alexandre Assis Tomporoski¹²² é um dos pesquisadores que incorporou o trabalho de Schiochet em suas pesquisas sobre o tema. Tomporoski examina os desdobramentos da estatização da empresa *Southern Brazil Lumber & Colonization Company* e a construção do Campo de Instrução Marechal Hermes. Também procura abordar as consequências da própria instalação da empresa na região do Planalto Norte Catarinense, ocorrida no início do século XX. Para tanto, o autor parte das noções de Edward Thompson, sobretudo no que se refere à relação entre a classe trabalhadora e as classes

¹²¹ Ibid., p. 174.

¹²² TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Cicatrizes do Contestado: a Estatização da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e o advento do Campo de Instrução Marechal Hermes. **Desenvolvimento Regional em debate**. v. 6, n. 3, p. 178-192, nov. 2016.

dominantes, bem como suas relações com o Estado¹²³. O recorte temporal escolhido permite a abordagem das consequências da instalação do CIMH na região, tanto para os operários da antiga empresa quanto para os agricultores.

Empregando a História Oral como metodologia de trabalho, Soeli Regina Lima¹²⁴ abordou como o processo de desapropriação impactou as famílias atingidas, tendo como fontes principais entrevistas realizadas com herdeiros e desapropriados. Em outro trabalho, Soeli Regina Lima em conjunto com Alexandre Assis Tomporoski¹²⁵ analisam o processo de estatização da empresa norte-americana *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, a sua posterior transferência para o patrimônio do Exército culminando na construção do CIMH, em 1952 e que mais tarde, o Ministério do Exército viria a desapropriar os agricultores que residiam nas adjacências. Lima e Tomporoski demonstram que os operários da *Lumber* também tiveram que lidar com as injustiças advindas da instalação dos militares naquela região, como atrasos no pagamento dos salários e indenizações, desrespeito aos direitos trabalhistas, entre outros.

Outro trabalho que versa sobre as desapropriações em Papanduva-SC é o de Ana Cláudia Flenik¹²⁶, que trata sobre o impacto do avanço do capital estrangeiro e dos abusos do Estado no campo para o desenvolvimento regional do Planalto Norte catarinense. Flenik comenta que, diferentemente do Contestado, os desapropriados de Papanduva-SC pautaram-se não em armas, mas sim na justiça e nas instituições, ponto também bastante salientado por Schiochet. A autora trabalha com a seguinte questão-problema: “Como o processo de desapropriação das terras utilizadas para a formação do Campo de Instrução Marechal Hermes, em Três Barras-SC, impactou sobre o desenvolvimento daquele território?”¹²⁷.

Na perspectiva de Flenik, é importante entender o processo histórico de disputa fundiária na região do Contestado, chegando até a questão do Campo de Instrução Marechal Hermes e procura demonstrar que o caso dos desapropriados de Papanduva-SC

¹²³ TOMPOROSKI, 2016, p. 181, apud. THOMPSON. **The Poverty of Theory and Other Essays**. 1978, p. 31.

¹²⁴ LIMA, Soeli Regina. Do direito à memória histórica: o processo de desapropriação do CIMH - Campo de Instrução Marechal Hermes no planalto Norte catarinense. **XIII Encontro Nacional de História Oral: História oral, práticas educacionais e interdisciplinaridade**. UFRGS. 2016.

¹²⁵ LIMA, Soeli Regina; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. O fim de uma company town: do processo de estatização às manifestações dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company (1940-1956). **Revista de História Regional** 22(1): 125-147, 2017 Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>.

¹²⁶ FLENIK, Ana Claudia. **Disputas fundiárias no pós-contestado: a luta pelas terras do Campo de Instrução Marechal Hermes e seus reflexos sobre o desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado em Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade do Contestado, Canoinhas. 2017.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 9.

não se trata de caso isolado. Para tanto, a autora, de início, realiza uma discussão a respeito dos conceitos de “propriedade” e de “desapropriação” e como são mobilizados na esfera jurídica brasileira. Também, trata da ideia de função social da propriedade.

Em um segundo momento, a autora apresenta um breve histórico de como se deu a inserção do Campo de Instrução Marechal Hermes na região, comentando também sobre as desapropriações e articulações dos desapropriados e herdeiros para reivindicarem seus direitos. A autora, a partir dessa pesquisa, mostra como as desapropriações impactaram não somente na vida dos diretamente atingidos, mas também em toda a região do Planalto Norte catarinense. Ela aponta para o desrespeito aos Direitos Humanos, antes aqueles indivíduos estavam inseridos na sociedade e contribuía para a geração de emprego e renda. Porém, após terem suas terras desapropriadas em um processo permeado de irregularidades, esses indivíduos foram colocados à margem da sociedade, tiveram seus direitos desrespeitados nos mais diversos âmbitos. As ideias propostas por Ana Claudia Flenik são um avanço nas pesquisas que buscam pensar as desapropriações em Papanduva-SC, pois é a primeira que pauta a questão dos Direitos Humanos. Reside nesse aspecto a importância do trabalho que desenvolvemos aqui, pois também trabalhamos com essa questão recente – inclusive se pensarmos a temática mais ampla da questão agrária em que os sujeitos mal apareciam, como já foi abordada anteriormente.

Destacamos, também, o trabalho mais recente sobre o caso de Papanduva-SC, o de Matheus Giacomo de Luca¹²⁸. Nele, De Luca trabalhou, em especial, com a memória a partir da metodologia de História Oral para pensar o significado do processo de desapropriação para aqueles pequenos e médios agricultores, dando ênfase à memória de Ebrahim Gonçalves de Oliveira, considerado pelos seus pares como uma figura de liderança.

A partir dessa breve apresentação sobre a bibliografia construída a respeito do caso de Papanduva-SC, percebe-se que a maioria dos trabalhos advém da área da História, com ênfase na metodologia de História Oral. Isso se deve, muito provavelmente, pela novidade teórica que é pensar a fala dos subalternos, dado que, como anteriormente explicitado, trata-se de uma temática que recentemente tem ganhado a atenção dos pesquisadores. O trabalho que desenvolvemos insere-se nessa tendência, porém, com o diferencial de trazer à luz fontes que ainda não foram pesquisadas, dando ainda mais

¹²⁸ LUCA, Matheus Giacomo de. **Desapropriados pelo Exército**: Agricultores de Papanduva e suas lutas (1956-1987). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Departamento de História - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

destaque à fala e às reivindicações do desapropriados. Além disso, nosso trabalho, diferente dos demais já produzidos, objetiva a análise de todo o processo, isto é, desde a promulgação do Decreto desapropriatório até as ações promovidas pelos agricultores desapropriados para reivindicarem seus direitos. Também, buscamos repensar a afirmação, um tanto contundente, de Schiochet de que os desapropriados/herdeiros eram legalistas. É inegável, como veremos no capítulo seguinte, que no primeiro momento de luta e reivindicação, atuaram pautando-se em parâmetros legais, tendo como principal arma a própria legislação e documentos oficiais. No entanto, não podemos simplesmente entender isso como uma crença cega na justiça, é necessário pensar as resistências de grupos subalternos com mais profundidade.

Tendo em vista os trabalhos já produzidos a respeito do CIMH e dos desapropriados de Papanduva-SC, percebe-se que a questão da memória foi bastante enfatizada e que já há uma diferença metodológica e de abordagem que permite ouvir a voz daqueles que por tanto tempo foram silenciados, como ficou evidente nos trabalhos apresentados produzidos a partir da década de 1980. Dessa forma, a pesquisa aqui desenvolvida traz uma abordagem diferente sobre o tema a partir da análise de um corpus documental que ainda não foi trabalhado, buscando dar voz aos desapropriados. Além disso, apresentamos um outro diferencial que é o enfoque ao desrespeito aos Direitos Humanos desses pequenos e médios agricultores, uma abordagem que vem se consolidando e na qual o trabalho que aqui realizamos visa contribuir.

2.7. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

No presente capítulo procuramos entender como a questão e o avanço da modernização e do capitalismo/neoliberalismo se deram no campo brasileiro. Também buscamos pensar sobre as desapropriações de Papanduva-SC e sua longa história, procurando entender as violências sofridas pelos desapropriados/herdeiros, uma vez que fora o Estado a instância beneficiada pelas desapropriações. Para isso, norteamos o trabalho a partir de algumas problemáticas que retomamos agora: até que ponto a instalação do Campo de Instrução Marechal Hermes está relacionada com o avanço da modernização e do capitalismo no campo? A violência cometida é a mesma? Pode-se entender essas desapropriações como parte da modernização do campo?

A questão do campo no Brasil é marcada pelo acúmulo de terras nas mãos de poucos e a subjugação dos trabalhadores rurais. Com a inserção do capitalismo/neoliberalismo, percebe-se que a concepção sobre a terra se modifica,

enquanto que para os trabalhadores do campo e agricultores ela é instrumento de trabalho, para o grande capitalista ela é um meio de explorar o trabalho alheio e um meio de negócio. Assim como nos centros urbanos, o avanço do capitalismo trouxe graves consequências, como desapropriações, empobrecimento e deslocamentos forçados, subalternizando as populações rurais, tudo isso visando uma ideia de modernização e desenvolvimento, que ao invés de incorporar mostrou-se ser mais um meio de exploração e marginalização dos camponeses.

A modernização e o desenvolvimento foram concepções fundadoras nos governos Vargas e Kubitschek, períodos em que se desenrola o caso que estudamos aqui. O campo era entendido como local do “atraso”, mas passível de ser inserido no projeto de desenvolvimento. No entanto, o camponês era visto como um possível trabalhador no modelo fordista implementado pelo aumento da indústria, desconsiderando-se totalmente a relação específica que essas populações têm com o trabalho e com a terra.

É nesse momento que gostaríamos de retomar as perguntas que estabelecemos como base para o desenvolvimento deste capítulo. Nesse ponto, respostas concretas não devem ser esperadas, mas sim algumas propostas e reflexões sobre o que foi levantado. Evidentemente que os beneficiados pelas desapropriações no caso de Papanduva-SC não foram grandes empresas ou latifundiários, mas sim o Estado e o Exército. Além disso, as desapropriações, em tese, estavam amparadas legalmente sob a justificativa da utilidade pública, que, como foi apresentado, pode ser aplicada em diversos casos. Na situação estudada, esta se pautava na segurança nacional e defesa do Estado. No entanto, tais justificativas devem ser melhor pensadas, pois foram desapropriadas áreas férteis e ricas em madeira para extração.

Então, arriscamos uma resposta à pergunta: “Pode-se entender essas desapropriações como parte da modernização do campo?”. O processo de modernização do campo em conjunto com as expansões de fronteiras agrícolas acabou por desencadear um aumento da concentração fundiária em todo o país. Isso é perceptível inclusive no Estado de Santa Catarina, anteriormente caracterizado por uma melhor distribuição de terras em decorrência da forma como se deu a colonização da região. Por outro lado, o Estado vizinho Paraná apresentou números consideráveis de concentração de terras no período. Os desapropriados e seus herdeiros, ao terem suas terras desapropriadas, viram-se em um contexto em que o acesso à terra passou a ser ainda mais difícil, principalmente para aqueles que não tinham muitos recursos financeiros. Então, apesar das desapropriações em Papanduva-SC não estarem diretamente relacionadas a um projeto

de modernização e/ou inserção do capitalismo no campo, os agricultores da região sentiram seus efeitos ao terem suas terras tomadas sem que houvesse o pagamento das indenizações.

Vê-se, ainda, que em determinadas situações o Estado age como se fosse uma empresa capitalista, valendo-se tanto das artimanhas comuns a essas organizações, como de seu lugar de autoridade. Soma-se a isso a mobilização da lei como mecanismo de reforço da dominação de uma classe sobre a outra e o direito enquanto um privilégio de apenas alguns grupos.

A violência cometida pelo Estado é a mesma cometida pelas grandes empresas e latifundiários? Arriscaríamos afirmar que sim. Nesse caso, quando a violência e o desrespeito aos direitos partem do Estado a situação se agrava, pois é ele o responsável por assegurar que todos os cidadãos tenham seus direitos respeitados e uma vida digna. Ao limitar o direito de 68 famílias à terra e ao trabalho, os militares e o Estado acabaram limitando também o acesso desses indivíduos à vida social e econômica da região. A destinação de áreas férteis para a 5ª Região Militar realizar manobras militares impediu que os agricultores que antes cultivavam ali pudessem contribuir também para a produção do Planalto Norte catarinense. Emprestamos aqui as considerações da pesquisadora Ana Cláudia Flenik de que todas essas irregularidades representaram, também, uma privação de liberdade e direito desses agricultores: “Através do mesmo descaso e da invisibilidade dos menos favorecidos diante dos interesses prioritários do Estado, o progresso na região continua limitado, em descompasso com outras regiões do estado Catarinense”¹²⁹.

Acompanhando o caso das desapropriações em Papanduva-SC, pode-se perceber que essas 68 famílias de médios e pequenos proprietários foram colocadas em uma posição de subalternidade e às margens da sociedade. Antes, eram indivíduos que contribuíam para o desenvolvimento da região e também estavam inseridos dentro de uma dinâmica social funcional, mas ao terem suas terras desapropriadas impropriamente viram seus direitos serem desrespeitados nos mais diversos âmbitos. Após as desapropriações, muitos agricultores passaram por um processo de empobrecimento, o que os levou a viver em situação de privação alimentar e de restrição à habitação. Essa situação se agravou também por causa do rompimento dos laços comunitários, pois muitos tiveram que se mudar para regiões desconhecidas. Segundo alguns relatos colhidos pelo pesquisador

¹²⁹ FLENIK. Ibid., p. 88-91.

Valmor Schiochet, a tristeza e indignação com toda a situação foi, inclusive, a causa da morte de alguns desapropriados.

No entanto, como apontado por Porto-Gonçalves e Santiago no início do capítulo, esses casos de violências e desrespeito aos direitos das populações do campo infelizmente não são casos isolados na América Latina como um todo e, em grande parte e em graus variados, estão relacionados ao avanço do capitalismo/neoliberalismo e da ideia de modernização. Porém, não gostaríamos de terminar o capítulo em tom pessimista. Como os próprios autores supracitados apontam em suas reflexões, as contínuas violências não ocorrem sem que haja lutas e resistências em busca do respeito aos direitos e de uma vida digna. Assim, ao compreender de onde parte essa violência cometida contra os agricultores de Papanduva-SC, podemos agora pensar mais detidamente sobre as violências cometidas contra eles, mas também em como se deu a organização desses indivíduos em busca de justiça. E encerramos o capítulo com a seguinte citação:

Enquanto a sociedade “fechar os olhos” para a questão fundiária e para a desigualdade social no Brasil, não se cumprirá a função social da propriedade. E num país, cuja extensa territorialidade permite a distribuição igualitária de terras, os pequenos agricultores devem ser elevados à condição de agentes econômicos¹³⁰.

¹³⁰ Ibid., p. 126.

3. RESISTÊNCIAS DOS DESAPROPRIADOS DE PAPANDUVA-SC: A SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ (1963-1985)

Nesse capítulo, pretendemos trazer à luz um debate mais aprofundado acerca da questão da violência e, também, das formas de resistências empregadas pelos desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC. Por ora, focaremos a análise no período de 1963 a 1985, considerado um primeiro momento de organização dos agricultores desapropriados e de seus herdeiros. Em 1978, foi formada a Sociedade Núcleo Rural Papuã (SNRP), uma organização de caráter jurídico-civil composta por alguns desapropriados/herdeiros e que atuou em nome deles em busca de justiça, oficialmente, até 1985. Assim, veremos a gênese de organização desses agricultores, pautados sobretudo na experiência de terem tido seus direitos violados, mas que buscaram falar e foram, de certa forma, escutados. Aqui, propriamente daremos enfoque ao que os sujeitos falaram e como o fizeram. Para isso, buscaremos tocar em algumas questões, como: quais violências foram cometidas contra esses agricultores? Como se organizaram frente a essas violações, principalmente considerando que partiam diretamente do Estado e do Exército?

Valmor Schiochet, como mencionado no capítulo anterior, empreendeu uma pesquisa que buscava analisar a questão de Papanduva a partir do ponto de vista dos desapropriados e herdeiros. Para isso, vale-se de entrevistas, com os integrantes do acampamento próximo ao Campo de Instrução Marechal Hermes, realizadas em 1985. Seguindo essa lógica, pretendemos também pensar esse conflito a partir das experiências dos próprios desapropriados/herdeiros, contudo, buscamos suas vozes em documentos, ofícios, cartas, entre outros de autoria seja de indivíduos isolados ou do grupo, por meio da Sociedade Núcleo Rural Papuã.

Em razão das desapropriações as relações comunitárias dos agricultores de Papanduva-SC foram quebradas. Tal acontecimento não é específico somente a esse caso, à medida que a apropriação privada começou a se expandir no campo brasileiro, essas relações passaram a ser ameaçadas. Segundo José de Souza Martins, “é sério engano propor a exploração e não a expropriação como eixo principal da questão política no campo, como seria grave erro político colocar a expropriação e não a exploração como eixo da questão política da cidade”¹³¹. É importante ressaltar algumas especificidades da

¹³¹ MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 20.

organização dos grupos do campo, como por exemplo, a relação que estabelecem com a terra. Diferente dos grandes latifundiários e empresas, que concebem a terra como um negócio, um meio de exploração da força de trabalho ou enquanto objeto de especulação, os posseiros e agricultores a veem como instrumento de trabalho e não como mero objeto de posse. Para os camponeses, além do valor econômico, a terra possui também valor social e cultural, então, o Exército, ao se apropriar das áreas pertencentes aos agricultores aqui estudados, não apenas retirou o meio de trabalho dessas pessoas, mas afetou dimensões de sociabilização.

Antes de prosseguir, gostaríamos de tratar de uma questão. James Scott¹³² comenta sobre o fascínio que rebeliões e “revoluções” camponesas causam em pesquisadores, sobretudo naqueles inclinados à esquerda. No entanto, são poucos os casos em que isso realmente acontece, pois os camponeses seriam muito mais onerados do que ganhariam com esse tipo de revolta. O caso dos desapropriados de Papanduva-SC é um exemplo ilustrativo porém, eles não tinham, como veremos, como objetivo mudanças estruturais, a derrubada do Estado, entre outros. Suas razões estavam muito mais relacionadas a reivindicações mais estritas, que diziam respeito diretamente aos afetados. Queriam ou o pagamento justo das indenizações ou a devolução das terras desapropriadas irregularmente. É a violação de direitos – isto é, a experiência da desapropriação – que leva esses agricultores a se organizarem. Portanto, é mais uma questão de reivindicação de direitos do que de pautar mudanças estruturais, por isso, não podemos ser ingênuos em esperar logo de início um potencial revolucionário.

O foco na estrutura, no entanto, não deve ser ignorado, pois como Éder Sader constatou ao analisar os trabalhadores da Grande São Paulo, os grupos sociais têm necessidades em comum, como por exemplo, alimentação, vestimenta e moradia. Porém, o que não podemos generalizar é *como* determinados grupos reclamam esses direitos e qual o significado simbólico que esses elementos representam, pois isso faz parte da identidade do grupo. A identidade, por sua vez, é construída a partir das experiências por eles vividas. Sader mobiliza, então, as ideias do historiador Edward Thompson a respeito da experiência, que defende a posição de que as classes sociais só se constituem a partir da experiência e, assim, travam a luta de classes e não o contrário¹³³.

¹³² SCOTT, James. **Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance**. Westford: Yale University Press, 1985.

¹³³ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1988. p. 43-44.

Sentimos a necessidade de tocar nesse assunto, pois, dialogando com Valmor Schiochet, esse primeiro momento após as desapropriações, seria um período em que os desapropriados/herdeiros assumem uma posição de passividade, justificada pelo pesquisador pelo contexto político de uma Ditadura Militar. Schiochet comenta, também, que isso se deveu a alguns aspectos particulares do grupo, como a crença na legalidade, a concepção de que os militares eram justos e a ignorância de estratégias para pressionar as autoridades¹³⁴. Ignorância de estratégias? Parece uma visão muito idealista do que seria a luta dos camponeses, envolta por ideais de revolução. É isso que iremos rebater nesse capítulo, a organização desses indivíduos antes de 1985 é já uma organização com consciência de táticas de reivindicação, mesmo que não esteja dentro dos moldes do que se imaginava – e esperava - de uma luta camponesa. É a partir das experiências tanto das violências como da própria luta que os agricultores de Papanduva-SC vão se aperfeiçoando e desenvolvendo formas diversas de resistência. Mesmo que as táticas ainda tímidas não fossem necessariamente eficazes e estivessem circunscritas no âmbito das leis e do Direito, representam sua resistência, sua autonomia e criatividade.

Tratando-se da experiência enquanto categoria de análise, ela deve ser pensada a partir da dialética entre ser social e consciência social, isto é, os desapropriados devem ser entendidos enquanto sujeitos reais que vivem, pensam e sentem suas experiências, dando, por consequência, respostas ao contexto histórico-social em que estão inseridos¹³⁵. Esse conceito é de extrema importância para entender a realidade desse grupo, as formas como se articularam e como passaram a se organizar e a se entender enquanto um grupo com interesses e reivindicações em comum. Para Thompson¹³⁶, a categoria experiência permite-nos entender como homens e mulheres definem suas práticas e formas de agir e reagir.

Permite compreender homens e mulheres como sujeitos: ...não como sujeitos autônomos, 'indivíduos livres', mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida 'tratam' essa experiência em sua consciência e sua cultura (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada¹³⁷.

¹³⁴ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 234.

¹³⁵ MARTINS, Suely Aparecida. As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, vol. 2 nº 2 (4), p. 113-126, agosto-dezembro/2006. p. 124.

¹³⁶ THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 15.

¹³⁷ *Ibid.*, p. 182.

Não é apenas o modo de produção que designa os desapropriados/herdeiros como elementos de uma mesma classe social, é preciso entender a relação que têm com a terra, as relações uns com os outros, entre outros pontos. Da mesma forma que os camponeses no Dezoito Brumário de Marx¹³⁸, os pequenos e médios agricultores da região de Papanduva, a princípio, compartilhavam condições sociais, econômicas e culturais semelhantes, mas é somente com o processo de acentuação da subalternização a partir da retirada de suas terras que passam a gestar uma consciência mais profunda sobre essas questões e da violência que haviam sofrido, deixando de ser meras batatas em um saco de batatas. É a partir dessa experiência que passam a se organizar para reivindicarem seus direitos. É essa organização, experiência e formas de se fazer ouvir que buscaremos tratar nesse capítulo.

Por fim, entendemos aqui que os desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC pertencem aos chamados grupos subalternos. Para isso, apropriamo-nos do pensamento de Antonio Gramsci para melhor entender esse “lugar” que ocupavam na sociedade brasileira. No pensamento gramsciano, a subalternidade aparece dialeticamente interligada com as noções de Estado, sociedade civil e hegemonia. Sendo que o Estado é um dos principais âmbitos onde se dá a relação de dominação do subalterno, ele centraliza a atividade da classe dominante e coordena a hegemonia sobre as classes subalternas. Estas, por sua vez, manifestam autonomia por meio de organizações econômicas, políticas e culturais¹³⁹. Nesse sentido, no presente capítulo apresentaremos o processo percorrido pelos desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC para a construção de novos modos de pensar, agir, criticar e reivindicar direitos. Tudo isso, é evidente, a partir do local de onde falam, ou melhor, do local de subalternidade que a eles foi imposto e do qual lutam para sair.

3.1 OS SUBALTERNOS PODEM FALAR?

3.1.1 Os grupos subalternos para Antonio Gramsci

¹³⁸ MARX, Karl. **O 18º Brumário e cartas a Kugelmann**. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1969.

¹³⁹ ROIO, Marcos Del. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, nº 29, p. 63-78, nov. 2007.

Não há dúvidas quanto à complexidade do pensamento de Antonio Gramsci. Essa complexidade, em parte, explica as mais variadas leituras e mobilizações dos conceitos pensados por ele, como o de *sociedade civil* e o de *grupos subalternos*. Interessa, para o que está sendo proposto, a segunda categoria, que de acordo com Marcos Del Roio¹⁴⁰ vem sendo interpretada e utilizada por pensadores de diferentes linhas teóricas. Edward Thompson e Gayatri Spivak são exemplos de leitores de Gramsci, mas que realizam diferentes interpretações e usos das categorias pensadas pelo filósofo marxista. Dessa forma, pretendemos neste capítulo entender e explicitar alguns pontos sobre os grupos subalternos a partir de uma leitura direta de Gramsci¹⁴¹, abordaremos pontos sobre as especificidades desses grupos, de sua organização e alguns aspectos metodológicos propostos pelo autor para estudá-los.

Antonio Gramsci insere os grupos subalternos na discussão da luta de classes. Um primeiro ponto a ser destacado a respeito de quem são os subalternos, é que Gramsci emprega esse termo, também, ao estudar períodos históricos¹⁴² em que a concepção moderna de operariado não pode ser empregada, caso o fosse acarretaria em anacronismo. Por isso, pode-se dizer que esse conceito não abarca somente a classe operária.

Surge um segundo aspecto a ser considerado, os subalternos - sempre escritos no plural - compõem um grupo caracterizado pela não homogeneidade, pela desagregação, espontaneidade e falta de organização permanente¹⁴³. Também, pode-se entendê-los como aqueles que estão às margens da história - inclusive, esse é o título que o Caderno 25 leva na tradução para o português -, justamente por seu caráter de desagregação, estando então, às margens tanto da política quanto da cultura, como aponta Camila Góes¹⁴⁴.

É no período em que esteve no cárcere que Gramsci realmente entra em contato com a diversidade cultural da Itália, com o real fato da “desagregação social”, com as diversas formas de organização, entre outros. A desagregação impediria que se colocasse

¹⁴⁰ Ibid.

¹⁴¹ Para essa seção serão mobilizadas principalmente as ideias propostas por Gramsci no *Caderno 25 (1934): Às margens da história. (História dos grupos sociais subalternos)*, em que o autor transcreve o parágrafo 14 do Caderno 3. ROIO, Marcos Del. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, 29, p. 63-78, nov. 2007. p. 73.

¹⁴² GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 5. p. 141-142.

¹⁴³ Ibid., p. 135.

¹⁴⁴ GÓES, Camila. Repensando a subalternidade: de Antonio Gramsci à teoria pós-colonial. **Revista Outubro**, n. 26, julho de 2016.

toda a Itália Meridional dentro de um mesmo enquadramento¹⁴⁵. No caso do campesinato brasileiro, a desagregação social é percebida nos acessos diversos à terra e também nas violências que os atingem, partindo de diferentes naturezas. Ainda sobre a desagregação dos grupos subalternos Gramsci comenta,

As classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem **se tornar ‘Estado’**: sua história, portanto, está entrelaçada à da **sociedade civil**, é uma função ‘desagregada’ e descontínua da história da sociedade civil e, por este caminho, da história dos **Estados** ou grupos de Estados¹⁴⁶. [grifos nossos]

Tal desagregação não significa que nesses grupos não haja tendências à unificação, mesmo que estas sejam bastante frágeis. Sobre isso,

É indubitável que, na atividade histórica destes grupos, existe tendência à unificação, ainda que em termos provisórios, mas esta tendência é continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo histórico encerrado, se este se encerra com sucesso¹⁴⁷.

Dessa forma, entende-se que somente a vitória permanente poderia romper com a subordinação. Para Gramsci, a luta de classes se dá para além da superestrutura - economia e política -, abarcando também a cultura. Se houver uma mudança nesses aspectos, a classe consegue exercer a hegemonia¹⁴⁸.

Não se pode ignorar que os grupos subalternos, mesmo sendo desagregados, apresentam inclinações para a organização, como anteriormente mencionado. Gramsci cita como exemplo o caso de Davide Lazzaretti, “um líder rebelde emerso das camadas subalternas da Toscana” e que deu origem ao movimento *lazzaretista*. Os camponeses que integraram esse movimento o fizeram pois não contavam com o apoio político clerical, levando-os a buscarem um dirigente que emergisse da própria massa. Mesmo após a morte de Lazzaretti, seus seguidores continuaram agrupados. Esse exemplo nos permite entender que a possibilidade de organização dos grupos subalternos, por mais que seja frágil, é possível.

¹⁴⁵ ROIO. Ibid., p. 65-67.

¹⁴⁶ GRAMSCI. Ibid., p. 139.

¹⁴⁷ Ibid., p. 135.

¹⁴⁸ SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. *Revista Katál*. Florianópolis. v. 12. p. 41-49. jan./jun. 2009. p. 47.

Toda a crítica, bem como a subjetividade criada pelas classes subalternas estão pautadas em condições reais existentes¹⁴⁹. Ao analisar exemplos de trabalhos sobre os grupos subalternos da Idade Média, Gramsci cita o trabalho de Ettore Ciccotti e mostra-nos que as iniciativas dos subalternos estão submetidas a necessidades mais simples, mais restritivas do que aquelas das classes dominantes¹⁵⁰.

Feitas essas considerações a respeito da conceituação e organização dos grupos subalternos, cabe, por fim, apresentar alguns aspectos metodológicos propostos por Gramsci para estudá-los. No parágrafo 2, Gramsci explicita alguns critérios de teor metodológico para estudar a história dos grupos subalternos: 1. a noção de que sua história é desagregada e episódica; 2. nesses grupos há tendência à unificação, mas é ameaçada pela iniciativa dos grupos dominantes; 3. só a vitória permanente romperia com a subordinação, ou seja, só a partir do momento em que passam a disputar a hegemonia; mesmo quando parecem vitoriosos, estão apenas em estado de alerta. Qualquer iniciativa dos grupos subalternos merece ser estudada.

3.1.2 A posição do subalterno para Gayatri Spivak

Inserida no movimento epistêmico, intelectual e político denominado de *Subaltern Studies*, Gayatri Spivak faz uma leitura bastante pertinente para a discussão aqui proposta a respeito do conceito de subalternidade pensado por Gramsci. Assim como o filósofo de quem Spivak empresta o termo, a autora considera o subalterno como “classe ou grupo desagregado e episódico que tem uma tendência histórica a uma unificação sempre provisória pela obliteração das classes dominantes”¹⁵¹. Para ela, o subalterno não deve ser entendido como um conceito homogêneo e engessado, assim como defendido por Gramsci. Nessa seção, buscaremos enfocar a resposta negativa que Spivak oferece à pergunta “Pode o subalterno falar?”, bem como explicitar a própria revisão feita pela autora de sua resposta.

Em *Pode o subalterno falar?*¹⁵², Gayatri Spivak analisa a possibilidade ou não dos subalternos “falarem” ou terem certa autonomia. A pergunta que dá nome ao texto já

¹⁴⁹ ROIO. Ibid.

¹⁵⁰ GRAMSCI. Ibid., p. 138.

¹⁵¹ BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.

¹⁵² SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Editora UFMG: Belo Horizonte. 2010.

mostra que a autora se coloca criticamente em relação a algumas posições adotadas pelos próprios pós-colonialistas e integrantes dos *Subaltern Studies*, sobretudo no que se refere às concepções de resistência e ação política. Além disso, Spivak tece críticas às concepções dos filósofos pós-estruturalistas, Foucault e Deleuze, de soberania do Sujeito¹⁵³.

O cerne da crítica feita por Spivak se encaminha às concepções de um sujeito coletivo homogêneo e monolítico. A proposta da autora a partir dessa crítica é que se deve trabalhar com categorias que reflitam esses sujeitos marcados pela heterogeneidade. Por isso a autora se delonga no aspecto do papel do intelectual, que não pode pretender falar pelos subalternos. Dado isso pressupõe uma certa generalização dessas camadas, por exemplo, o entendimento da categoria “trabalhador” como algo abrangente para todas as realidades, sem considerar a nova divisão internacional do trabalho do capitalismo global¹⁵⁴.

O Dezoito Brumário de Marx é mobilizado por Spivak¹⁵⁵ justamente para tratar da heterogeneidade dos sujeitos e de sua capacidade de agenciamento, o exemplo empregado por Marx dos camponeses franceses, em que a ausência da consciência coletiva - por um lado formavam uma classe pois compartilhavam condições econômicas similares, por outro não tinham uma consciência de classe, um sentimento de comunidade - desencadeava na necessidade de serem representados por alguém. Sobre isso, Spivak comenta a partir das ideias de Gramsci,

O trabalho de Antonio Gramsci sobre as ‘classes subalternas’ amplia o argumento da ‘posição de classe’/‘consciência de classe’ encontrado em *O 18 Brumário*. Talvez pelo fato de Gramsci criticar a posição vanguardista do intelectual leninista, ele se preocupe com o papel do intelectual no movimento cultural e político do subalterno no âmbito da hegemonia. Esse passo deve ser dado para determinar a produção da história como uma narrativa (da verdade). Em textos, tais como *A Questão Meridional*, Gramsci considera o movimento da economia histórico-política na Itália no contexto do que pode ser visto como uma alegoria de leitura baseada ou prefigurada em uma divisão internacional do trabalho. No entanto, um relato das etapas de desenvolvimento do subalterno é desarticulado da conjuntura quando se opera sua macrologia cultural, ainda que remotamente, pela interferência epistêmica nas definições legais e disciplinares que acompanhem o projeto imperialista¹⁵⁶.

¹⁵³ SPIVAK, 2010. *Ibid.*, p. 25-29.

¹⁵⁴ CARVALHO, Bruno Sciberras. Subalternidade e possibilidades de agência: uma crítica pós-Colonialista. *Revista Estudos Políticos*. n. 3. v. 2. 2011. p. 65.

¹⁵⁵ SPIVAK, 2010. *Ibid.*, p. 36.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 55.

Na parte final de *Pode o subalterno falar?*, Spivak é contundente ao afirmar que não, o subalterno não pode falar. Tal resposta decorre de um caso que a autora analisa. Porém, para melhor entender o que está sendo negado e de onde parte a resposta da autora, passamos ao texto em que Spivak revisita essa questão¹⁵⁷. No capítulo *History*, da obra *A Critique of Postcolonial Reason*, a autora revisita algumas ideias e colocações feitas em *Can the subaltern speak?*. Atentar-nos-emos sobretudo à parte final do capítulo. Nele, Spivak retoma o caso de Bhubaneswari Bhaduri, uma jovem de cerca de 17 anos de idade, que havia cometido suicídio no apartamento do pai, em Calcutá, em 1926. O suicídio da jovem gerou um mistério, de pronto, sua morte foi entendida como um ato decorrente de uma paixão não correspondida e assim ficou explicado. Spivak, ao conversar com alguns parentes de Bhubaneswari, acabou descobrindo que na realidade, a jovem moça estava envolvida em um grupo armado que lutava pela independência da Índia. E o suicídio foi a solução encontrada, pois Bhubaneswari havia ficado incumbida de realizar um assassinato político, mas vendo que não conseguiria realizar tal tarefa optou pela morte¹⁵⁸.

A partir do exemplo supracitado, Spivak nega a capacidade de fala por parte do subalterno, pois essa tentativa de Bhubaneswari de se expressar não foi bem compreendida. A autora ao retomar esse caso pontua, “I was so unnerved by this failure of communication that, in the first version of this text, I wrote, in the accents of passionate lament: the subaltern cannot speak! It was an inadvisable remark”¹⁵⁹. Porém, mantém sua posição, só que dessa vez menos contundente, Spivak ao negar a possibilidade de fala do subalterno, de certa forma, poderia ser entendida como uma homogeneização dos grupos subalternos, intenção que não faz parte do pensamento da autora, como abordado anteriormente.

Como forma de tensionar a afirmação de Spivak, mobilizaremos a concepção de experiência pensada por Thompson para ponderar a respeito da organização desses grupos à margem da sociedade, entendendo-a como uma possibilidade de fala dos subalternos.

¹⁵⁷ SPIVAK, Gayatri. *History*. In.: **A Critique of Postcolonial Reason**. Harvard University Press: London. 1999.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 306-308.

¹⁵⁹ “Eu fiquei tão desencorajada por essa falha de comunicação que, na primeira versão deste texto, escrevi, em uma lamentação passional: o subalterno não pode falar! Foi uma observação desaconselhável.” [tradução nossa]. *Ibid.*, p. 308.

3.1.3 A noção de experiência para Edward Thompson

Outro leitor de Gramsci e que inserimos na discussão é o historiador inglês Edward Thompson. Inspirado pelas ideias de Gramsci, Thompson abandona os rígidos modelos esquemáticos propostos pelos marxistas ortodoxos, como Althusser. O historiador também difere no próprio entendimento sobre “classe” e sua relação com a luta de classes. De acordo com suas ideias, “classe” é uma categoria histórica, portanto, não se pode entendê-la como conceito estático. Do contrário, tal categoria surgiria primeiro dentro do próprio pensamento e não da realidade do processo histórico. Se se entende classe como uma categoria histórica, é possível para os historiadores empregar o conceito de duas formas diferentes: 1. em referência a um conteúdo histórico empiricamente observável; 2. como categoria heurística ou analítica para organizar a evidência histórica. Thompson entende que as classes se formam a partir da luta de classes, nesse sentido, é a luta que forma as classes, e não o contrário, isto é, de que as classes lutam porque existem¹⁶⁰.

Junto à concepção acima apresentada, Thompson insere a noção de experiência, em que as classes surgem a partir da vivência de homens e mulheres, a partir de suas relações de produção e ao experimentar essas situações determinantes, dentro de um conjunto de relações sociais, modelam essas experiências em formas culturais¹⁶¹. Dessa forma, entende a experiência como sendo um termo médio entre ser social e consciência social e destaca:

A "experiência" (descobrimos) foi, em última instância, gerada na 'vida material', foi estruturada em termos de classe, e, conseqüentemente [sic] o "ser social" determinou a "consciência social". A estrutura ainda domina a experiência, mas dessa perspectiva sua influência determinada é pequena. As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer "agora", "manipula" a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita da determinação¹⁶².

¹⁶⁰ THOMPSON, Edward. **Formação da classe operária inglesa: a força dos trabalhadores**. 3º vol. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 33-39.

¹⁶¹ Ibid., p. 38.

¹⁶² THOMPSON, 1987. Ibid., p. 189.

Isto posto, entende-se que é a partir dessas experiências que homens e mulheres fornecem respostas mentais e emocionais a acontecimentos¹⁶³, isto é, a experiência define práticas e pensamentos de homens, mulheres e grupos.

Agora, trazendo a discussão um pouco mais próxima do nosso objeto de estudo, a experiência enquanto categoria de análise, pensada a partir da dialética entre ser social e consciência social, ajuda-nos a entender os desapropriados/herdeiros enquanto sujeitos reais que vivem, pensam e sentem suas experiências, dando, por consequência, suas respostas ao contexto histórico-social em que estão inseridos. São essas respostas, como por exemplo a organização por meio da Sociedade Núcleo Rural Papuã e as demais estratégias de luta que entendemos como uma tentativa de os subalternos falarem.

Assim, afirmamos que os desapropriados/herdeiros foram colocados nessa posição de subalternidade, ou seja, foram subalternizados, pois antes das desapropriações e da chegada do Exército eram donos de pequenas e médias propriedades com suas relações sociais bastante estabelecidas. Foi a partir das violências contra seus direitos, da desapropriação e da quebra dessas relações sociais que esses proprietários foram vulnerabilizados e subalternizados pelo Exército e pelo Estado. Dessa forma, Gramsci - e em partes, Spivak - nos auxiliam a entender onde esses agricultores foram inseridos na sociedade brasileira. Então, entendendo-os como grupo pertencente aos chamados grupos subalternos, poderemos pensar sobre as violências cometidas contra seus direitos, o que trataremos melhor no próximo subtópico.

De maneira a complementar o entendimento sobre a organização e atuação dos desapropriados em busca de seus direitos, a noção de experiência de Thompson é aprofundada, visto que é a partir de experiências reais que indivíduos e grupos entendem sua realidade e dão respostas ao contexto histórico-social em que estão inseridos. Foi a partir da experiência da desapropriação e das posteriores violências cometidas contra esse grupo de pequenos e médios agricultores que eles passam a se entender como um coletivo e buscaram reivindicar seus direitos.

Partimos da hipótese de que a organização dos desapropriados/herdeiros através da Sociedade Núcleo Rural Papuã e dos acampamentos realizados foi exitosa, mesmo que o caso ainda não tenha tido um desfecho, mas se considerar o lugar de subalternidade onde os agricultores foram colocados e face às violências cometidas contra eles, o próprio ato de organização já se mostra um êxito. Partindo disso, afastamo-nos um pouco da

¹⁶³ THOMPSON, 1981. *Ibid.*, p. 182.

resposta negativa que Spivak dá à pergunta “Pode o subalterno falar?”, entendemos que a teórica trabalhe com a temática da colonialidade e das mulheres, diferenciando-se bastante do que aqui analisamos. Contudo, ao afirmar que o subalterno não tem a possibilidade de fala, Spivak, de certa forma, desconsidera a heterogeneidade dos grupos subalternos e que esses devem ser entendidos considerando esse caráter de suma importância. No nosso entendimento, a resposta que os desapropriados/herdeiros dão, a partir de suas experiências, é a sua organização e atuação buscando falar.

No entanto, Octávio Ianni aponta que os camponeses têm perdido muitas batalhas¹⁶⁴, pois subsistem e lutam como classe subalterna, mas sem buscar a hegemonia. Lutam para defender seu modo de vida e também para reformularem a pirâmide social, mas sem extingui-la. Lutam para defender questões mais imediatas, como o modo de vida, contra opressões e violências diretamente experienciadas, pela terra e o direito de trabalho. Os movimentos de camponeses se caracterizam por serem, geralmente, locais e/ou regionais cuja unidade é momentânea e frágil.

Hobsbawm defende que a ideia de um movimento camponês geral não é viável, mas isso não significa subestimar a força de tais aglutinações de movimentos¹⁶⁵. Isso não significa, de modo algum, que não são capazes de julgar a situação política local e a própria situação de subalternizados.

Em suma, os desapropriados de Papanduva-SC podem ser considerados como integrantes das classes/grupos subalternos. Contudo, essa posição de subalternidade não é eterna, tal condição pode ser superada a partir do momento em que os grupos subalternos passam a organizar-se e questionar a hegemonia burguesa, disputando-a. Apesar de ocuparem um lugar às margens da sociedade, os desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC, como integrantes das classes subalternas, não buscaram disputar a hegemonia, como veremos no decorrer do capítulo. As reivindicações por eles propostas estão relacionadas a necessidades mais imediatas, como a retomada das terras para que pudessem trabalhar e viver dignamente. É preciso que se abandone velhas expectativas de que toda movimentação ou organização camponesa esteja imbuída de um caráter revolucionário, por mais que se queira acreditar nisso. Ao se organizarem, a partir do momento de percepção de que direitos foram violados, os agricultores estudados passam a ter consciência do lugar que ocupam na sociedade e perante o Estado. Essa tomada de

¹⁶⁴ IANNI. *Ibid.*, p. 138.

¹⁶⁵ HOBBSAWM, Eric. *Los campesinos y la política. Cuadernos Anagrama*, nº 128. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976. p. 8.

consciência a partir da experiência da desapropriação, bem como a capacidade de se organizarem, buscarem alternativas de contra-violência, de resistência, transitarem por âmbitos até então desconhecidos, como o do Direito, evidencia a importância da atuação dessas pessoas.

3.2 VIOLÊNCIA E CONTRA-VIOLÊNCIA

A violência é uma categoria que perpassa todos os pontos que buscamos analisar. Primeiramente, pensando de forma mais ampla, há que se considerar o próprio lugar ocupado pelos desapropriados, lugar esse alheio aos centros urbanos e, portanto, de marginalização e invisibilização. Segundo Daniel Lvovich, quando se trata de violência contra grupos nessas condições, ela própria assume um caráter de invisibilidade. No caso brasileiro, a violência contra camponeses e indígenas é datada anteriormente ao século XX, sendo nesse período somente intensificada e naturalizada¹⁶⁶. Percebe-se que o que é considerado, por aqueles que estão inseridos na sociedade civil, como violência oriunda exclusivamente de um Estado de exceção, é a realidade para aqueles que estão à sua margem. Dessa forma, pensar as violências cometidas contra os grupos subalternos como invisíveis implica em pensar a própria subalternidade desses indivíduos, que, por vezes, não conseguem agir autonomamente para reclamar por justiça¹⁶⁷.

Mais especificamente, no caso estudado, a violência esteve presente desde o momento das desapropriações, realizadas de forma irregular, passando por posteriores casos de violência partindo do Exército e do Estado. Chegando até casos mais isolados como o do Pastor Werner Fuchs, que ao denunciar as ações do Exército contra o movimento dos desapropriados, foi condenado em Tribunal Militar, assunto do próximo capítulo. Outro caso é o de Hamilton Gonçalves de Oliveira e de Edilson José de Oliveira, filhos de desapropriados, que também foram condenados em Tribunal Militar, sendo que Hamilton denunciou torturas sofridas quando detido no Campo de Instrução Marechal Hermes, que também serão abordados no capítulo seguinte.

Quando pensamos nas violências sofridas pelos desapropriados/herdeiros, não podemos entendê-la como sendo uma violência extrema, que aniquila as possibilidades de resistências, dado que parte da nossa hipótese é a de que a Sociedade Núcleo Rural Papuã foi um meio pelo qual os agricultores puderam resistir. Étienne Balibar reconhece

¹⁶⁶ LVOVICH. *Ibid.*, p. 95.

¹⁶⁷ LVOVICH. *Ibid.*, p. 104.

que é possível que haja resistência frente a alguns tipos de violências, mas devemos nos atentar para a assimetria de forças entre aqueles que perpetram a violência e aqueles que resistem, sobretudo se as violações partem do Estado. O fato das desapropriações e irregularidades advindas não serem uma violência quase incapacitante para aqueles que a sofreram, não faz com que esse caso seja menos sério e digno de atenção. De acordo com a documentação o que se passou em Papanduva trata-se de violação dos Direitos Humanos, os próprios envolvidos na luta já entendiam esse caso por esse viés conforme apresentado no trecho de um panfleto distribuído pelo Comitê de Solidariedade:

O CASO PAPANDUVA – É uma longa história de sofrimento e luta, debaixo do autoritarismo e da arbitrariedade, que levou até a ações contra civis na Audiência Militar em Curitiba e que clama pela solidariedade de todos, em nome dos Direitos Humanos¹⁶⁸.

Dessa forma, a violência sofrida pelos agricultores de Papanduva-SC pode ser melhor explicada pelo termo de violência estrutural, apresentado por Karl Kohut¹⁶⁹. Violência estrutural é aquela praticada principalmente pelo Estado e pode ser dividida em instrumental e expressiva. A violência instrumental é, como o próprio nome sugere, um instrumento para se atingir algum objetivo, enquanto que a violência expressiva é o objetivo em si mesma. Ameaças também podem ser consideradas como violência, dado que geram reações negativas, da mesma forma que uma violência “tradicional”, naqueles que a sofrem. Os atos violentos podem ser direcionados à pessoa ou à propriedade e é devido às ameaças que alguns grupos sociais se obrigam ao desenvolvimento de uma certa obediência cívica, por exemplo.

Se quisermos ser ainda mais específicos, essa violência pode ser entendida como “vertical”, podendo partir de “cima”, isto é, daqueles que exercem o poder, ou de “baixo”, muito relacionada à resistência¹⁷⁰. A violência dos “de baixo”, ou subalternos, é, em grande maioria, entendida como legítima, enquanto que a dos “de cima” é vista como injustificável. Para discorrer melhor sobre isso, ater-nos-emos à questão da violência vertical praticada por aqueles que detêm o poder, no caso de Papanduva-SC, a violência parte de instituições – o Estado e o Exército - que têm por obrigação assegurar o direito

¹⁶⁸ COMITÊ DE SOLIDARIEDADE. *Civis em tribunais militares? Exército em terras de agricultores?* Curitiba: Comitê de Solidariedade. 1987. 1 fl.

¹⁶⁹ KOHUT, Karl. *Política, violência y literatura*. Anuario de Estudios Americanos. Tomo LIX, 1, 2002. p. 200.

¹⁷⁰ *Ibid.*, p. 200.

dos cidadãos, mas que agem totalmente em direção contrária a isso, sendo eles os próprios responsáveis por desrespeitar os direitos dos agricultores. Assim, fica evidente como a violência que parte daqueles que estão acima, sobretudo no caso que estudamos, é injustificável e até mesmo dotada de uma revoltosa ironia.

A violência vertical proveniente de cima para baixo - do Estado/Exército para os agricultores - não foi apenas física, como a expulsão dos agricultores de suas terras, em 1963¹⁷¹. Outra forma evidente de violência praticada pelo Exército foi a de intimidação por meio de constantes treinamentos com materiais bélicos pesados, tanto antes quanto depois das desapropriações, que são demonstrações e representações do poder do Exército frente aos agricultores desapropriados. Assim como os desapropriados/herdeiros precisaram encontrar táticas criativas para operarem a contra-violência e reivindicarem seus direitos, os militares do Campo de Instrução Marechal Hermes também empregaram diferentes formas de mostrar seu poder. Sobre essa questão James Scott salienta,

As relações de dominação são, simultaneamente, relações de resistência. Uma vez estabelecida, a dominação não se autoperpetua naturalmente. Na medida em que implica o uso do poder para extrair trabalho, bens, serviços e impostos contra a vontade dos dominados, a dominação gera uma considerável fricção. Mantê-la exige, pois, um trabalho constante de consolidação, ajustamento e perpetuação. Boa parte deste trabalho de sustentação consiste na representação simbólica da dominação através de demonstrações e representações do poder¹⁷².

A violência vertical também se apresentou sob outras formas, como no não pagamento das indenizações, nos atos de violência durante o processo desapropriatório, na tentativa de criar rusgas entre os desapropriados, na não passagem das escrituras das terras para a União, nos arrendamentos arbitrários, na exploração predatória da erva-mate e de madeiras, entre outros.

Algumas dessas situações foram relatadas no ofício expedido pelo Procurador da República, Carlos Antônio Fernandes de Oliveira e endereçado ao Subprocurador-geral da República, Arthur Pereira de Castilho Neto, em 1992. Neste ofício, Oliveira expõe que “os desapropriados tiveram que arrendar da União Federal parte de suas terras para manter a criação de gado. Este arrendamento vigorou de 1964 até 1980, tendo sido pago de

¹⁷¹ SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ. **Ofício endereçado ao Ministro do Exército, General Walter Pires**. Papanduva: SNRP, 10 ago. 1982.

¹⁷² SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa: Letra Livre. 2013. p. 83.

arrendamento valor bem superior ao recebido de indenização”¹⁷³. Em 1986, já era de conhecimento das autoridades que essas práticas haviam acontecido, inclusive em ofício¹⁷⁴ enviado pelo Promotor de Justiça, Luiz Adalberto Villa Real, onde é narrado que tal prática de arrendamentos não era somente para os desapropriados, terceiros também se beneficiavam desses contratos.

A prática de arrendamentos configura um desvio de uso das áreas desapropriadas que deveriam ser, em tese, destinadas à segurança nacional por meio de treinamentos das tropas da 5ª Região Militar. Em 1984, foi lançado um edital de tomada de preços para arrendamento de imóveis situados na região de Três Barras-SC. Dentre as áreas a serem arrendadas estavam duas pertencentes à sede do Campo de Instrução Marechal Hermes, uma com aproximadamente 130.000 m² e a outra com aproximadamente 194.000 m²¹⁷⁵.

Outra irregularidade concerne à imprecisão das descrições das áreas a serem desapropriadas¹⁷⁶, isso acabou por impossibilitar a transcrição dos imóveis em nome da União, ou seja, alguns agricultores eram ainda, legalmente, donos de suas terras. Isso sem contar que, de fato, os imóveis não estavam jurisdicionados ao Ministério do Exército, dado que não haviam sido concluídos todos os processos de desapropriação. Um caso é o da herdeira Maria da Glória Wojciechowski, que por ocasião do falecimento de Honorato Branco Pacheco, em 1980, herdou cerca de 195,95 ha das terras a ele pertencentes¹⁷⁷. Terras essas que de acordo com o Decreto nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956, tinham sido desapropriadas conforme consta:

36. Propriedade de Honorato Branco Pacheco, com uma área de 506,166 ha, tendo como benfeitorias, duas casas, um barbaquá, mangueiras e cercas, etc., e no valor de Cr\$545.436,70 (quinhentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e trinta e seis cruzeiros e setenta centavos)¹⁷⁸.

¹⁷³ PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Of. nº PR/692/SC/GAB. Florianópolis: Procuradoria da República do Estado de Santa Catarina, 21 out. 1992. p. 2.

¹⁷⁴ SERVIÇO ESPECIAL DE DEFESA COMUNITÁRIA. Ref. Desapropriação de terras em Papanduva e Três Barras para instalação do Campo de Instrução Marechal Hermes. Florianópolis: DECOM, 11 jun. 1986.

¹⁷⁵ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Edital de tomada de preços nº 9 CRL/5-84, de 30 de abril de 1984 para arrendamento de imóveis. Curitiba: Comando da 5ª Região Militar, 30 abr. 1984.

¹⁷⁶ PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Of. nº PR/692/SC/GAB. 1992.

¹⁷⁷ CARTÓRIO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS – COMARCA DE CANOINHAS. Certidão de Inteiro Teor da Matrícula nº 5.905, datada de 02 de junho de 1980. Canoinhas: Comarca de Canoinhas, 02 jun. 1980.

¹⁷⁸ BRASIL. Decreto nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956. Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários ao serviço do Exército Nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 18 dez. 1956.

No entanto, cerca de 24 anos depois da promulgação do Decreto, não houve problemas em passar as terras à herdeira. Isso porque nas escrituras aquelas terras nunca deixaram de pertencer à família. Sendo assim, o que o Estado e o Exército fizeram, ao expulsá-los das terras, configura uma violação dos direitos daquelas pessoas.

O caso de Maria da Glória Wojciechovski não foi um caso isolado, em relatório técnico do INCRA, é relatado o seguinte:

Conforme informações dos Senhores João Florindo Schardeck [sic], Nataniel Rezende Ribas, Gerson José Wojciechovski e outros, a maioria dos donos daquela área estão pagando o ITR – Imposto Territorial Rural (INCRA), fizeram inventário (avariado) em Cartório e disseram ainda que podem até dar em garantia no Banco, pois os registros da terra estão em seus poderes. O movimento é grande no sentido de terem suas terras de volta¹⁷⁹.

Além da imprecisão da demarcação das áreas a serem desapropriadas, outro problema concerne ao critério técnico para estabelecimento dos preços do hectare, ou melhor, a falta de critério. Alguns lotes foram avaliados por Cr\$ 0,50 hectare enquanto outros por Cr\$ 1,54; Cr\$ 1,00; Cr\$ 1,37; Cr\$ 0.67 o hectare¹⁸⁰.

Valmor Schiochet defende a tese de que a sociedade brasileira é historicamente autoritária e para corroborar sua ideia apresenta alguns elementos que comprovem isso: os direitos são tratados como privilégio de classe, a lei é usada para reforçar o domínio de uma classe sobre a outra, as instituições políticas são fracas, desigualdade socioeconômica, hierarquia social, entre outros¹⁸¹. Em vista dessa afirmação, é interessante a tese de Balibar de que no processo de transformação da violência em direito, ou da “conversão” da violência em instituição, que passa às vezes pelo monopólio do Estado, privando a seus adversários internos o poder de fazer justiça com as próprias mãos, não pode estar sem um movimento inverso que o dobra e o contradiz, um movimento de transformação do direito em violência¹⁸². O Estado ao não conseguir controlar totalmente seus cidadãos busca utilizar-se de uma violência propriamente estatal cuja forma mais comum é a vingança sobre aqueles que o desafiam ou o ignoram. Aqui reside a artimanha perversa da violência estatal, por meio do Direito, o Estado consegue

¹⁷⁹ WINCKLER, Mauro. **Relatório técnico**. Florianópolis: INCRA. 1980. 5 fls.

¹⁸⁰ SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ. **Carta endereçada ao Ministro Chefe do Gabinete Civil**. Papanduva. 1979. 19 fls.

¹⁸¹ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 22.

¹⁸² BALIBAR. *Ibid.*, p. 59.

legitimar as violações praticadas e, ao mesmo tempo, impedir que os cidadãos se oponham. Contrariando totalmente sua função, que é a de proteger as pessoas.

La de nuestra época en todo caso, es la extensión y la banalización de esta excepción, de suerte que el Estado, en sus micro-poderes como en sus macro-poderes, no para de transgredir su propio derecho, y de servirse de esto para legitimar lo que, de hecho, lo contradisse¹⁸³.

Essa questão pode, inclusive, ser posta em análise no próprio Decreto nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956, retificado pelo Decreto nº 44.458, de 03 de setembro de 1958, que previam as desapropriações em Papanduva-SC. Esses decretos basearam-se no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que previa a função social da terra e a desapropriação por utilidade pública. Segundo a legislação, teoricamente, as desapropriações em Papanduva-SC estavam dentro da legalidade, porém muitas irregularidades foram cometidas durante e após o processo desapropriatório.

A lei é, portanto, uma parcela da superestrutura que se adapta à medida que necessidades da infraestrutura se apresentam. Sendo assim, é um instrumento da classe dominante, definindo e defendendo suas pretensões, consolidando o poder dessa classe. Em outras palavras, o domínio da lei pode ser considerado como o domínio da classe dominante¹⁸⁴. A escolha para desapropriar justamente aquelas áreas de terras para ampliação do CIMH deve ser questionada, principalmente quando temos acesso à informação de que se tratavam de terras férteis. Como visto anteriormente, os militares responsáveis pelo Campo arrendaram terras e, inclusive, faziam editais de licitação para que empresas madeireiras pudessem extrair madeira. Assim, ao usar um argumento jurídico válido, como o da segurança nacional e da utilidade pública, o Exército conseguiu exercer seus reais interesses para aqueles 7 mil hectares de terras.

Todavia, a mobilização do Direito não é apenas uma prerrogativa do Estado, aqueles que lutam contra as violências e opressões se valem dos conhecimentos jurídicos para resistirem. Balibar comenta,

Pero se observa también que, de cierta manera, es siempre demasiado pronto para decidir que no intervendrá algún auxilio o que no se producirá alguna sinergia entre fuerzas que “resisten” aisladamente a la misma violencia. Lo que

¹⁸³ “A de nossa época em todo caso, é a extensão e a banalização dessa exceção, de sorte que o Estado, em seus micropoderes e em seus macro poderes, não para de transgredir seu próprio direito, e de servir-se disso para legitimar o que, de fato o contradisse” (Tradução nossa). BALIBAR. *Ibid.*, p. 60.

¹⁸⁴ THOMPSON, Edward. **Senhores e caçadores**. A origem da Lei Negra. Tradução de Denise Bottmann. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997. p. 349-351.

Spinoza describía como el mínimo incomprensible de la vida humana, y que relacionaba explícitamente al hecho de que ningún individuo vive absolutamente aislado de los otros, parece siempre contener poderes invisibles, y son estos los que una política anti-violencia busca descubrir y movilizar¹⁸⁵

Os “poderes invisíveis” que uma política de contra-violência busca mobilizar representam justamente as táticas que os indivíduos possuem para resistir. No caso dos desapropriados de Papanduva-SC, o conhecimento das leis e da linguagem jurídica foi o meio, a princípio, encontrado para que pudessem se fazer ouvir e reclamarem seus direitos. Em carta escrita pela Sociedade Núcleo Rural Papuã endereçada ao então Ministro Chefe do Gabinete Civil, em 1979, assinada pelos desapropriados João Florindo Schadeck, Evaldo Grabovski, Sezinando Jungles Gonçalves e pelo assessor jurídico Hugo Manhães Bethlem, há uma seção denominada “Das questões de Direito e de Justiça”¹⁸⁶. Nessa seção, consta a seguinte passagem “A idéia [sic] básica neste instrumento defendida, é sustentada pelo Direito Administrativo” e, em seguida, ao apresentar como proposta para encerrar o conflito a realização da Reforma Agrária na região, amparam-se no Estatuto da Terra – Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964.

Nesse mesmo documento, evocam o Decreto-Lei nº 178 de 16 de fevereiro de 1967, mais especificamente o Art. 1º, estabelecendo que a União pode ceder seus imóveis aos Estados, Municípios, entidades educacionais, pessoas físicas e jurídicas. Da mesma forma que o Estado, em 1956, amparou-se em uma legislação para realizar as desapropriações, os agricultores sem-terra fazem o mesmo. Nesse ponto, amparadas pelo conceito de contra-violência proposto por Balibar, rebatemos a afirmação de Valmor Schiochet de que os desapropriados eram legalistas¹⁸⁷. Ao recorrerem ao Direito para darem os primeiros passos na luta pelas terras desapropriadas, podemos deduzir que a Sociedade Núcleo Rural Papuã não concebe a lei como um valor absoluto, mas sim como um meio de resistir.

Também, procurar se aperfeiçoar no letramento, nesse caso um letramento especializado, é menos uma dificuldade para reclamar os direitos. Segundo Jaime

¹⁸⁵ “Mas se observa também que, de certa maneira, é sempre muito cedo para dizer que não intervirá algum auxílio o que não se produzirá alguma sinergia entre forças que ‘resistem’ isoladamente à mesma violência. O que Spinoza descrevia como o mínimo incomprensível da vida humana, e que relacionava explicitamente ao fato de que nenhum indivíduo vive absolutamente isolado dos outros, parece sempre conter poderes invisíveis, e são estes os que uma política antiviolência busca descobrir e mobilizar.” (Tradução nossa) BALIBAR. *Ibid.*, p. 50.

¹⁸⁶ SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ. **Carta endereçada ao Ministro Chefe do Gabinete Civil**. Papanduva. 1979. 19 fls.

¹⁸⁷ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 174.

Ginzburg¹⁸⁸, aqueles que são excluídos do letramento têm pouca consciência sobre a situação de excluídos na qual se encontram, além de terem menos condições de expressar a própria dor. Quando os desapropriados de Papanduva-SC buscam por isso não é de forma ingênua, mas sim, novamente, um meio de resistir.

Por fim, Karl Kohut¹⁸⁹ nos propõe uma reflexão a respeito da violência, ele nega a tese de que o indivíduo latino-americano é violento por natureza, mas sugere que a violência na América Latina está atrelada a circunstâncias históricas específicas. Portanto, quando trabalhamos com a categoria violência devemos tomar o cuidado de conhecer os processos históricos dela, quais são as implicações futuras, em suma, estabelecer uma narrativa histórica pautando-nos na continuidade de um processo histórico. A violência contra trabalhadores rurais continuou – e até mesmo cresceu – após o período de redemocratização, ou seja, não é específica de um determinado período histórico. Grzybowski¹⁹⁰ entende isso como “violência de classe”. Na década de 1980, esses conflitos eram suscitados por questões trabalhistas, de terra e barragens.

Grzybowski¹⁹¹ nos lembra de que por mais que a violência contra trabalhadores rurais seja uma constante na história, isso não acontece sem que haja resistência ou, para usar o conceito de Balibar, ações de contra-violência. As lutas e conflitos do campo têm motivações variadas, destacando-se as lutas contra desapropriações, as que se opõem a formas de exploração e de assalariamento, contra a subordinação do trabalho ao capital e formas recentes, envolvendo conceitos de raça e gênero. Cada uma dessas lutas é realizada por meio de táticas diferentes e específicas, como por exemplo, se o caso é de um conflito por causa de exploração do trabalho pelo capital, greves e a atuação dos sindicatos são mais comuns, enquanto que movimentos contra a construção de barragens, por sua vez, empreendem táticas voltadas a acampamentos e tentativas de mobilização da opinião pública. Aqui, especificamente, estamos tratando de uma luta contra expropriações que, por sua vez, não abarca casos homogêneos. Nela, há atuação de diferentes agentes e diferentes frações de classe.

¹⁸⁸ GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência**. São Paulo: Edusp. 2012. p. 194.

¹⁸⁹ KOHUT. *Ibid.*

¹⁹⁰ GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes/Fase, 1987. p. 15.

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 16-17.

3.3 QUANDO OS SUJEITOS GANHAM VOZ: A ORGANIZAÇÃO DOS DESAPROPRIADOS/HERDEIROS DE PAPANDUVA-SC E A SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ (SNRP)

Os camponeses podem atuar objetivando questões mais globais, porém é mais comum atuarem no chamado “pequeno mundo”, isto é, a comunidade, onde as pessoas conhecem umas às outras. A divisão do trabalho é visível, surgindo assim certa “consciência de classe”. Esse pequeno mundo pode entrar em conflito com o Estado e com outros “pequenos mundos”. É preciso atentar, portanto, que os “pequenos mundos” camponeses podem se mesclar também¹⁹². O conhecimento das instituições e dos Direitos faz parte da luta camponesa e eles não estão alheios ao que acontece nos centros.

Mas não é perdoável em alguém que se propõe a refletir sobre a história, já que experiência e prática são manifestas; nem é perdoável num "marxista", já que a experiência é um termo médio necessário entre o ser social e a consciência social: é a experiência (muitas vezes a experiência de classe) que dá cor à cultura, aos valores e ao pensamento: é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida. A razão dessas omissões se tornará clara quando examinarmos a outra expulsão, a expulsão da agência humana¹⁹³.

As experiências, portanto, são originadas na vida material que, por sua vez, é apreendida de forma distinta pelos grupos humanos. Assim, não é possível entendê-la a partir de ideias determinantes. As pessoas experimentam sua experiência também como sentimento e lidam com isso de formas distintas, desenvolvendo uma consciência – para além da apreensão material – afetiva e moral. Veremos a seguir que há intenção de mudanças efetivas para além da denúncia, assim, buscaremos tratar das resistências por meio da contra-violência, primeiro, dos primeiros casos e de um caso individual e, segundo, da ação coletiva por meio da Sociedade Núcleo Rural Papuã.

3.3.1 Primeiros passos de luta e o caso de Maria da Glória Wojciechowski

Em um primeiro momento após as desapropriações em 1963, os processos judiciais foram movidos pelos desapropriados/herdeiros de forma um tanto desordenada, cada qual tinha seu advogado que atuava de maneira distinta dos demais. É importante

¹⁹² HOBBSAWM. Ibid., p. 6.

¹⁹³ THOMPSON, 1981. Ibid., p. 112.

ressaltar que os militares não viam os desapropriados enquanto inimigos, como ocorreu com os camponeses do Araguaia, por exemplo, tanto que tentaram estabelecer relações, com fins de que os agricultores não percebessem as injustiças que haviam sido cometidas naquele processo desapropriatório¹⁹⁴. Em se tratando do “interesse” do Exército em resolver a situação, esse tentou negociar direto com os desapropriados, mas não deu certo. A aparente passividade dos agricultores nesses primeiros anos após as desapropriações se deve pois ainda esperavam que os processos fossem julgados na justiça¹⁹⁵.

Após a conclusão do processo de reavaliação e com parecer desfavorável aos agricultores, estes começaram a constatar as injustiças resultantes das desapropriações. É interessante notar que os grupos do campo, em geral aqueles pequenos e médios produtores, encontram-se com a lei quando têm seus direitos desrespeitados. Daí em diante, passaram a enviar para autoridades documentos com suas reivindicações e denunciando as irregularidades que estavam sendo cometidas. O primeiro desses documentos, e segundo Schiochet¹⁹⁶ o mais importante, foi o Relatório Discriminativo das Ocorrências com a Desapropriação de Imóveis para o Campo de Instrução Marechal Hermes¹⁹⁷, que contou com a assinatura de vários desapropriados/herdeiros. O objetivo com esse relatório era o de informar os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário sobre as injustiças que haviam sido cometidas. Também, apresentam reivindicações,

16º) Os desapropriados em geral, ou herdeiros dos diversos que estão falecidos, estão de pleno acordo e levantam as mãos em agradecimento ao Governo Federal se revisasse o Decreto nº 40.570 de 18 de dezembro de 1956 e restituísse a posse das terras aos legítimos proprietários, ou então não negando ao mérito de que o glorioso Exército da pátria, no sentido de precisar ocupar esta área permanentemente, que seja alterado e emendado o referido decreto, para uma nova reavaliação atualizando os valores da época, fazendo com que seja concluído e pagos com a mesma brevidade que estão sendo feito as indenizações dos decretos de desapropriações, após a revolução de 1964; caso não for resolvido desta forma ou por outras cabíveis de acordo com estudos do próprio Governo, os processos não serão encerrados, talvez, nem daqui a mais de 10 anos, tornando assim cada vez maior o prejuízo dos proprietários¹⁹⁸.

Passados 12 anos das desapropriações e tendo em vista que o pagamento das indenizações – já atrasadas – não correspondia ao valor justo pelas terras, cerca de 34

¹⁹⁴ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 110.

¹⁹⁵ *Ibid.*

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 115.

¹⁹⁷ SCHADEK et. al. **Relatório discriminativo das ocorrências com a desapropriação de imóveis para o Campo de Instrução Marechal Hermes, localizado nos municípios de Três Barras e Papanduva, Estado de Santa Catarina**. Papanduva, 01 mai. 1975. 4 fls.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 3.

desapropriados e herdeiros apresentaram propostas para contornar a situação: a devolução das áreas tomadas pelo Exército ou a reavaliação do preço das mesmas.

No trecho supracitado, nota-se que a linguagem usada é bastante formal e pautada na norma padrão. A este propósito, Jaime Ginzburg¹⁹⁹ aponta para a importância nesses casos de dominar e de conhecer a linguagem, pois, somente assim um grupo subordinado poderia reconhecer sua posição de subalternidade e, conseqüentemente, reclamar seus direitos, como foi feito no Relatório de 1975 organizado por um grupo de desapropriados.

Gostaríamos de comentar, agora, um caso particular encontrado na documentação arrolada. Para isso retornamos ao caso de Maria da Glória Wojciechovski apresentado anteriormente. Em 1983, a herdeira alienou cerca de 1.000 m³ de madeira *araucária augustifolia* à Madeireira Indústria Madeiras Planalto Ltda. A área de onde seria extraída a quantia estabelecida de madeira estava situada dentro dos 195,95 hectares que havia herdado de Honorato Branco Pacheco, em 1980. Importante lembrar que essa área estava, pelo Decreto nº 40.570/56, no conjunto das terras que seriam desapropriadas, mas que nunca havia sido passada formalmente à União. É devido ao litígio sobre a área que os militares basearam o argumento para tentar revogar a autorização concedida por Wojciechovski à empresa madeireira²⁰⁰. No entanto, o autor do mandado de segurança – de nome ilegível no documento - expõe que “[...] o litígio não bastaria ao pretendido resultado revogatório”²⁰¹. E continua, “[...] pertencendo as árvores à requerente cabe-lhe o direito de abatê-las ressalvados apenas as restrições legais ou administrativas em respeito ao meio ambiente, ecologia e em geral [ilegível] bem estar social que o uso da propriedade também cumpre preservar”. O autor do documento, então, dá parecer favorável à Maria da Glória.

A concessão do direito ao uso e disposição da propriedade à herdeira é justificada, sobretudo, por duas questões. A primeira é que a alienação foi realizada dentro dos limites legais e regulamentares, não caracterizando, portanto, “ato discricionário”. Sendo assim, não havia motivos para revogação. Um segundo ponto diz respeito às desapropriações em 1963, mais especificamente, o não pagamento das indenizações por parte da União.

Ora, a prova máxima da oposição à ocupação (quem busca expropriação e posse judicial não pode alegar ausência de oposição) é a existência de sentença que o próprio impetrado data de 8.12.69 (há menos de 20 anos, pois). Além disso, a Portaria 475/83 pretende de golpe incorporar ao patrimônio da União

¹⁹⁹ GINZBURG. Ibid.

²⁰⁰ MANDADO DE SEGURANÇA. Florianópolis, 14 jun. 1984. 5fls.

²⁰¹ Ibid., p. 3.

o que não logrou obter perante o Poder Judiciário ao longo de mais de duas décadas, em notável atentado ao mais reconhecido dos princípios constitucionais: o do dever de indenizar justa e previamente, qualquer apropriação imobiliária de bem de terceiro²⁰².

Edward Thompson, ao analisar a criação e aplicação da Lei Negra, durante o século XVI, na Inglaterra, comenta como as leis muitas vezes são mobilizadas pelos grupos dominantes para perpetuar a dominação. A esfera jurídica é, muitas vezes, usada como ferramenta de fortalecimento dos interesses dos dominadores. Mas o que chama a atenção é que a mesma lei que fortalece o poder desse grupo é, ela mesma, instrumento de restrição dos mesmos. Assim como para a elite dirigente da Inglaterra as regras jurídicas eram um incômodo²⁰³, para a União brasileira, em 1983, o art. 29 do Decreto-lei nº 3.365/41 - “Efetuado o pagamento ou a consignação, expedir-se-á, em favor do expropriante, mandado de imissão de posse, valendo a sentença como título hábil para a transcrição no registro de imóveis”²⁰⁴ – representou o mesmo.

Os requerentes da revogação da autorização concedida por Maria da Glória à Madeireira usaram da legislação que previa a desapropriação da área para embasar a argumentação. No entanto, o mesmo ocorreu em favor de Wojciechowski, concluindo-se que a impetrante estava amparada no Direito de vender partes de sua propriedade. Esse é então um exemplo de caso em que a mesma legislação que, muitas vezes e por muitos anos, oprimiu os desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC, foi usada em favor deles.

A identidade é um elemento que confere mais legitimidade e instiga uma melhor organização, abre possibilidades de melhor entendimento de seus direitos²⁰⁵. Ademais, é no cotidiano da luta que as ações coletivas são construídas, isso que buscaremos observar a seguir. É quando os desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC começam a entender que seus direitos coletivos foram violados, é que passam a se organizar na Sociedade Núcleo Rural Papuã.

3.3.2 A Sociedade Núcleo Rural Papuã (1978-1985)

²⁰² Ibid.

²⁰³ THOMPSON. *Senhores e caçadores*, 1997. p. 257.

²⁰⁴ BRASIL. Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. *Diário Oficial da União*: seção 1, Rio de Janeiro, RJ, ano 80, n. 165, p. 1, 18 jul. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm>. Acesso em: 28 set. 2022.

²⁰⁵ GRZYBOWSKI. Ibid., p. 55-56.

Em 1978, alguns desapropriados e herdeiros se organizaram na entidade jurídico-civil denominada Sociedade Núcleo Rural Papuã (SNRP). Em Assembleia Geral de Constituição da organização, ocorrida no dia 09 do mês de setembro do corrente ano, foram realizadas eleições, com validade de dois anos, para os cargos de direção da organização. Nesse primeiro momento, o presidente eleito foi João Schadeck; como diretor secretário - Evaldo Grabovski; diretor tesoureiro - Sezinando Jungles Gonçalves; vice-presidente - Nataniel Rezende Ribas; 2º secretário - Edilson Schadeck e 2º tesoureiro - Walfrido da Silva Lima²⁰⁶. É interessante notar a conservação de modos democráticos no funcionamento da SNRP, mesmo em um contexto político ditatorial.

A criação da SNRP representou uma mudança nas táticas dos desapropriados/herdeiros, bem como nas próprias reivindicações que por eles eram pautadas. Se antes, reclamava-se o pagamento das indenizações e a retomada das terras, a partir de 1978, com formação da SNRP passou-se a reivindicar a desativação e a mudança do Campo de Instrução Marechal Hermes para outro local e a devolução das terras para criação de uma cooperativa rural, o Núcleo Rural Papuã. Esse objetivo fica explícito em carta enviada pela Sociedade ao então Ministro Chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, em 1979.

Não há exagero em afirmar-se que o CIMH tornou-se uma ilha de improdutividade, num mar de propriedades altamente produtivas, que utilizam a mecanização da agricultura, além de dificultar o desenvolvimento da região. De fato, as condições topográficas e da qualidade das terras nessa área ocupada pelo CIMH, são absolutamente semelhantes às das propriedades que com ela limitam, intensamente cultivadas o ano todo, com colheitas de verão e de inverno. De modo que a sua transformação em NÚCLEO RURAL PAPUÃ, será de resultados imediatos. Em um ano, pode-se afirmar, essa gleba improdutiva estará nas mesmas condições das lindeiras, com resultados econômicos excelentes, além de resolver o problema social criado com a desapropriação.

De outro lado, o CIMH é pouco utilizado. Duas ou três vezes por ano, por pequenas Unidades, e passam-se anos, sem que haja manobras mais importantes. Entretanto, quando é usado traz desassossego e prejuízo para todos que aí trabalham, como antes foi exposto²⁰⁷.

Percebe-se que a questão do desenvolvimento da região é a principal justificativa para que o CIMH seja realocado, dado que as terras desapropriadas eram férteis, bastava

²⁰⁶ WINCKLER, Mauro. **Relatório técnico**. Florianópolis: INCRA. 1980. 5 fls.

²⁰⁷ SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ. **Carta endereçada ao Ministro Chefe do Gabinete Civil**. Papanduva. 1979. 19 fls.

olhar ao redor toda a produtividade das áreas vizinhas. A questão da modernização, por vezes tão violenta para os grupos do campo - como visto no capítulo anterior -, é usada na argumentação da SNRP de forma a corroborar a reivindicação feita. Dessa forma, por meio desse documento, os desapropriados expõem suas contestações, são elas: a revogação do Decreto nº 40.570/56, a extinção do Campo de Instrução Marechal Hermes e a devolução das terras para ser implementado o Núcleo Rural Papuã.

Outra mudança advinda da formação da SNRP foi a unificação dos processos jurídicos sob os cuidados de um único advogado, que atuava nos interesses dos desapropriados e herdeiros associados. Para fazer parte da SNRP, os desapropriados pagavam 20% do valor da propriedade, que eram divididos em 10% para os honorários do advogado e 10% para as despesas gerais da Sociedade. No entanto, os desapropriados/herdeiros não tinham conhecimento sobre o que o advogado fazia, levando-os a ficarem desconfiados. Esse tal advogado acabou falecendo sem nada conseguir. Após isso, a direção da SNRP assumiu uma forma personalista através da figura de João Schadeck²⁰⁸.

A falta de solução concreta e posta em prática fez com que alguns associados da SNRP ficassem descontentes com a direção²⁰⁹, então, em assembleia, realizada em 1980, os desapropriados/herdeiros decidiram ampliar seus métodos de reivindicação e ocupar o CIMH. Tal decisão foi tomada pois houve uma mudança na concepção política dos desapropriados/herdeiros, não acreditavam mais que as decisões vindas de cima seriam favoráveis a eles. Também, constataram usos para além dos treinamentos militares nas terras desapropriadas, sobretudo a cumplicidade do Exército com as companhias ervateiras, que faziam exploração predatória de erva mate.

Os desapropriados e herdeiros ainda perceberam que legalmente as terras lhes pertenciam, como o exemplo de Maria da Glória Wojciechowski, pois a posse das terras não haviam sido passadas à União. No entanto, a decisão de ocupar o CIMH, em 1980, foi feita de forma reativa e, portanto, desorganizada, sendo contrariada inclusive pela direção da SNRP. Diante da ocupação do CIMH por parte dos integrantes da SNRP, a diretoria formou uma comissão externa que atuou na busca por audiências com autoridades com o objetivo de pedir para que o Exército não usasse de violência para conter o movimento. A ocupação começou com alguns poucos agricultores, mas já no terceiro dia estima-se que estavam ali cerca de 150 pessoas. Os ocupantes não levaram

²⁰⁸ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 120.

²⁰⁹ *Ibid.*

armas, pautavam-se sobretudo nas escrituras das terras – ou seja, na lei -, além de terem levado seus instrumentos de trabalho como forma de mostrar que queriam as terras para que pudessem nelas trabalhar²¹⁰.

A ação dos desapropriados/herdeiros que decidiram ocupar o Campo de Instrução Marechal Hermes representa uma virada nas táticas que até então empreendiam. Ao perceber que as reuniões e audiências não estavam surtindo efeito, tiveram que se reinventar para se fazerem ouvir. A opção pelo acampamento é interessante, pois partem para uma ação direta, no entanto, o que realmente chama a atenção é o uso das escrituras das terras, portanto de um material baseado em argumento jurídico, para legitimar o que estavam pedindo. As leis, muitas vezes usadas pelo Estado para dominar, tornam-se, por outro lado, a arma que os dominados têm para lutar e operar uma política de contra-violência.

Contrariando os apelos da direção da SNRP, a reação dos militares foi de coerção física, o que representou uma quebra na forma como os desapropriados enxergavam as Forças Armadas. Entre aqueles que lá estavam foi localizado o suposto líder do movimento, que foi preso e encaminhado ao quartel de Três Barras-SC, onde foi interrogado. Deste interrogatório ficou visível a diferença de entendimento do processo de luta que havia acontecido naquele breve período. No acampamento, o Exército munido de armas conseguiu encurralar os protestantes em uma casa e estes tiveram que se render. Nos relatos colhidos por Schiochet²¹¹, os participantes da ocupação lembram que o Exército estava fortemente armado com fuzis e metralhadoras, contra os agricultores que tinham apenas as escrituras das terras para se defender. Após constatarem o que haviam feito, o Exército, no dia seguinte, soltou uma nota à imprensa dizendo que o movimento dos desapropriados estava agindo de forma ilegal, mas como forma conciliatória, afirmou reconhecer que as terras eram férteis e poderiam ser usadas para a agricultura e que seria interessante que o CIMH fosse passado à outra localidade.

Com a desmobilização do acampamento, as táticas da direção da SNRP voltaram a ser legitimadas e as audiências retornaram. Geralmente, as táticas empregadas pelos dominados não são, em um primeiro momento, de caráter violento, enquanto que os dominadores empregam ações de cunho violento com mais facilidade. No caso dos desapropriados de Papanduva-SC, a opção pela reivindicação pacífica pode ser entendida, também, como uma autopreservação, dado que estavam indo contra o Estado e o Exército.

²¹⁰ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 127.

²¹¹ *Ibid.*, p. 129.

Autopreservação esta não apenas ideológica e política, mas propriamente física, como pequenos e médios agricultores engajariam numa luta com armas contra o Exército, especialista nesse tipo de combate?

José de Souza Martins²¹² comenta que o poder é uma realidade muito abstrata para aqueles que se encontram afastados e subordinados, por isso algumas figuras políticas e instituições são encobertas por um certo misticismo. De certa forma, foi isso que ocorreu, em um primeiro momento, em relação ao Exército. Os agricultores tinham aquela instituição como algo nobre e que os protegeria. No entanto, à medida que tomam consciência de que seus direitos foram violados por essa instituição que eles tinham como justa, passam a vê-la de maneira diferente.

Por outro lado, nos ofícios e cartas enviados a autoridades, a Sociedade Núcleo Rural Papuã é muito respeitosa a quem se destinam. Como por exemplo, em ofício enviado ao então Ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel, em 10 de agosto de 1982, “Vimos à vossa ilustre presença, com o devido acatamento e respeito, relatar e solicitar o que se segue, dando antes ciência de que formamos uma sociedade que representa todos os expropriados das terras que hoje formam o Campo de Instrução Marechal Hermes”²¹³. O mesmo grau de formalidade se repete quando se dirigem ao então presidente do INCRA, Paulo Yokota, “Na certeza de que mereceremos as atenções de vossa ilustre pessoa, antecipamos os nossos agradecimentos”²¹⁴, ou, então, para com o então Governador do Estado de Santa Catarina, Henrique Cordova, “Solicitamos encarecidamente vosso total apoio, confiando no espírito de luta e poder, para resolver a nossa justa causa, pelo que desde já profundamente agradecemos”²¹⁵. Não há como saber se isso é mais uma formalidade ou uma forma de proteção na tentativa de construir uma relação amistosa ou resquícios dessa crença na soberania e potência das autoridades políticas.

Percebe-se, nos trechos acima, o tom elogioso e formal com que se dirigem às autoridades, reconhecendo a importância que a elas é atribuída. Não cabe entrar no mérito se o que dizem era o que realmente pensavam ou não, isso não podemos saber, mas fica evidente que procuraram uma solução de forma pacífica. James Scott interpreta essa

²¹² MARTINS, 1991. Ibid., p. 29.

²¹³ SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ. **Ofício endereçado ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel.** Papanduva: SNRP, 10 ago. 1982. 2 fls.

²¹⁴ SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ. **Ofício endereçado ao Presidente do INCRA, Paulo Yokota.** Papanduva: SNRP, 10 ago. 1982. 1 fl.

²¹⁵ SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ. **Ofício endereçado ao Governador do Estado de Santa Catarina, Henrique Cordova.** Papanduva: SNRP, 01 set. 1982, 2 fls.

aparente aceitação da condição de “inferioridade” como estratégia de sobrevivência. A aparente forma de aceitação da condição de subalternidade pode ser comparada a um teatro e por diversas vezes tenta-se obter vantagens através da invocação das normas que permeiam o discurso oficial, como por exemplo, a incorporação do paternalismo proposto pelos grupos dominantes. Para o autor, todos os grupos subordinados, pautados na experiência, criam discursos ocultos de crítica ao poder²¹⁶. Entendemos os ofícios expedidos pela Sociedade Núcleo Rural Papuã enquanto discurso público, dado que se destinava à leitura das autoridades, o que nos leva à discussão acerca da construção desse tipo de discurso em conformidade com os desejos dos grupos dominantes. É por isso que ao analisar somente o discurso público pode-se incorrer na conclusão de que os dominados eram passivos, por exemplo. Os imperativos presentes nos discursos nunca poderão ser claramente categorizados como falsos ou verdadeiros.

Assim como as cartas endereçadas a Getúlio Vargas analisadas por Vanderlei Ribeiro, que eram permeadas por ideias de justiça e evocavam a imagem do “presidente caridoso”, por meio das quais muitos camponeses apelavam para o relato de sua penúria, esperando que o “generoso” presidente os ajudasse²¹⁷, algo semelhante ocorre nas cartas e ofícios expedidos pela SNRP. De modo geral, a maneira pela qual tratavam as autoridades era permeada de termos respeitosos, mas como já comentado, não se pode afirmar com certeza de que era desta forma que os remetentes realmente concebiam essas instituições. Porém, nos meios que se faziam disponíveis para operarem a contra-violência ou resistência foi a maneira que encontraram para exigir justiça e expor suas reivindicações.

Infelizmente as fontes aqui analisadas, assim como qualquer outra tipologia, apresentam limites, um deles é que não temos acesso aos chamados discursos ocultos²¹⁸. Seria interessante, se possível, ter acesso ao que era conversado durante as reuniões da Sociedade Núcleo Rural Papuã, não nos referimos às discussões relatadas em atas, mas sim àquelas que aconteciam de forma orgânica e casual. As reuniões são lugares e ocasiões onde os indivíduos podem livremente expor seus discursos ocultos. São, então,

²¹⁶ SCOTT, 2013. *Ibid.*, p. 8.

²¹⁷ RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Cartas ao presidente Vargas: outra forma de luta pela terra. In.: (orgs.) MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da História**, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. p. 70.

²¹⁸ Conceito desenvolvido por James Scott para tratar de falas e ações que os subalternos tecem fora do alcance dos olhos dos dominadores. SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa: Letra Livre. 2013.

estímulos à ousadia dos subordinados, justificando o medo e o receio que causam nos dominadores. A ameaça aos dominadores provém do poder que as reuniões têm de oferecer novas ideias de liberdade, de organização, do impacto visual que causam e da sensação de anonimato que a multidão proporciona²¹⁹.

Uma pergunta surge: por que os dominados aceitam participar desse “teatro” de dominação/subordinação? Segundo Scott²²⁰, a aparente aceitação se justifica pela combinação do medo, do pragmatismo e da necessidade de “ganhar a vida”. No caso dos desapropriados/herdeiros pode se justificar também pela ânsia de ter suas reivindicações atendidas, dado que reivindicavam direitos essenciais para a sobrevivência. Cabe ressaltar que toda a atuação da Sociedade Núcleo Rural Papuã ocorreu em um período de Ditadura Militar, mesmo que esta já apresentasse sinais de instabilidade e desse indícios de uma distensão, ainda era um momento de pouco contato com ideias democráticas.

A candidatura do general Figueiredo, no fim da década de 1970, surge em um momento conturbado para a política e economia do Regime Militar, em que vinha perdendo apoio das bases civis justamente pela grave crise econômica em que o país se encontrava. É nesse momento, também, que ocorre uma tentativa de aproximação entre o INCRA - ou seja, o Governo - e a Igreja, que vinha fazendo um forte trabalho de apoio à luta no campo, tanto dos lavradores quanto dos indígenas²²¹. É justamente nesse ínterim que o INCRA se propõe a ajudar os desapropriados.

No entanto, é importante ressaltar a atuação do INCRA durante a Ditadura Militar:

Esse instituto desenvolveu um papel tremendamente cruel aos posseiros, minifundiários e trabalhadores rurais durante o processo de modernização, especialmente no contexto da ditadura, tanto no que concerne ao mapeamento das áreas pelo recadastramento rural das propriedades, para um maior controle da produção e da garantia da propriedade adquiridas via companhias colonizadoras. Por outro lado, era uma tentativa de contenção das disputas em torno do acesso e posse da terra, envolvendo posseiros e proprietários e a emergência e ampliação dos movimentos de luta armada no meio rural²²².

A partir da citação acima fica evidente a posição do INCRA naquele contexto de modernização e ditadura. O projeto do INCRA excluía todos aqueles que se opusessem e, no menos pior dos casos, realocava os camponeses em regiões de menor interesse das

²¹⁹ SCOTT, 2013. *Ibid.*, p. 106-108.

²²⁰ *Ibid.*, p. 108-110.

²²¹ MARTINS, 1991. *Ibid.*, p. 109.

²²² WOLFART. *Ibid.*, p. 120.

empresas multinacionais. Assim, o instituto atuava no sentido de conter movimentos de ocupação e reocupação de terras. A seguir, veremos que o INCRA se propôs a ajudar os desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC, inclusive propondo uma área de permuta para transferência do CIMH. Porém, muito provavelmente, essa posição não se deve porque o INCRA havia se comovido com a luta daqueles pequenos e médios agricultores, mas sim como forma de evitar um conflito maior que atrapalharia o projeto mais amplo para o qual o instituto atuava.

Em documento enviado pelo Procurador Regional Substituto, Inácio Locks ao Coordenador do INCRA é destacado:

Veio-nos às mãos o presente processo então por solicitação do Ministro Chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, que sugere ao INCRA um estudo sobre a possibilidade de se encontrar outra área de sua jurisdição em condições de comportar as atividades do CIMH para após isso poder o exército considerar a possibilidade de reinstalar aquele Centro²²³.

O Procurador, em nome do Ministro Chefe do Gabinete Civil, pede para que seja disponibilizado um técnico do INCRA para realizar estudo das áreas ocupadas pelo CIMH, com fins de avaliar se é possível atender o pedido feito pela SNRP de revogação do Decreto nº 40.570/56 e de devolução dos 7.670 hectares desapropriados para constituição de Núcleo Rural Papuã. Por mais que saibamos que nada resultou desse esforço, é relevante reparar que a pressão exercida pelos desapropriados/herdeiros foi atendida, mesmo que parcialmente. Eles conseguiram, por meio de ofícios enviados a autoridades, que o caso fosse de conhecimento de figuras da política nacional, como Couto e Silva. Conseguiram se fazer ouvir por vias consideradas “legalistas”, mas foi o método que dispunham para agir e, de certa forma, foram exitosos.

Retornando ao caso do apoio do INCRA, em março de 1980, um técnico realizou visita durante 4 dias à área do CIMH. Lá, conversou com alguns desapropriados, como João Florindo Schadeck, então presidente da Sociedade Núcleo Rural Papuã, Nataniel Rezende Ribas, vice-presidente e Gerson José Wojciechowski, membro do conselho deliberativo e fiscal da SNRP, que relataram as irregularidades ligadas às desapropriações, como o não pagamento das indenizações, o fato das escrituras das terras não terem sido passadas à União, fazendo com que os próprios desapropriados e herdeiros tivessem que pagar o Imposto Territorial Rural (ITR), mesmo que não estivessem mais

²²³ LOCKS, Inácio. **Informação INCRA/CR(10)J-Nº 04/80**. Florianópolis, 25 fev. 1980. 2fls.

morando nas áreas, entre outras. O técnico do INCRA também levantou aspectos técnicos da área, como o tipo de vegetação, do solo e as principais culturas que poderiam ser cultivadas nas terras²²⁴. Devido ao potencial agrícola das terras ocupadas pelo Campo de Instrução Marechal Hermes e os problemas sociais e econômicos advindos das desapropriações, o parecer do técnico Mauro Winckler foi pela desativação do CIMH: “Concluimos que deverá ser desativado e extinto o CAMPO DE INSTRUÇÃO MARECHAL HERMES – CIMH, daquela área e que dela se faça o assentamento de agricultores, promovendo o aumento de produção e o bem-estar coletivo”²²⁵.

No dia 06 de maio de 1980, considerando as conclusões de Mauro Winckler, o INCRA encaminha ofício ao Ministro General Golbery do Couto e Silva, informando que,

Existe, entretanto, uma área inclusa no Projeto Integrado de Colonização Marquês de Abrantes, situada nos Municípios de Adrianópolis e Bocaiuva do Sul, Estado do Paraná, que poderia atender aos objetivos propostos. Referida área, compreendendo cerca de 5.892 (cinco mil, oitocentos e noventa e dois hectares), constitui parte da denominada Gleba “C”, que embora encravada em terras do aludido Projeto, encontra-se registrada em nome de particulares.

No caso de o Ministério do Exército manifestar a sua concordância, o INCRA se propõe, desde logo, a providenciar o levantamento cadastral das propriedades e posses, assim como a avaliação de benfeitorias, elementos indispensáveis para que aquela Secretaria de Estado possa promover a desapropriação por utilidade pública da referida área²²⁶.

Por meio desse ofício, percebe-se que o INCRA já havia encontrado outra área para onde o CIMH pudesse ser transferido, bastava apenas que o Ministério da Guerra concordasse para que chegasse ao fim o longo sofrimento dos desapropriados/herdeiros. Através desse caso vemos como alguns órgãos se fizeram disponíveis e escutaram as reivindicações da SNRP, buscando encontrar uma solução que fosse adequada para as duas partes. No entanto, a permuta nunca chegou a ser colocada em prática, em 1982 e até 1986, temos registros de ofícios enviados pela Sociedade Núcleo Rural Papuã a autoridades buscando que o caso fosse – ainda - resolvido.

Em 1983, ocorreu um fato significativo. A União, por meio da Portaria da Secretaria Geral do Ministério da Fazenda nº 475 de 17 de novembro de 1983, tentou

²²⁴ WINCKLER, Mauro. **Relatório técnico**. Florianópolis: INCRA. 1980. 5 fls.

²²⁵ Ibid.

²²⁶ INCRA. **Of. INCRA/P/Nº 134**. Brasília: INCRA, 06 mai. 1980, 2 fls.

transferir legalmente as escrituras das terras desapropriadas 20 anos antes. A SNRP conseguiu que tal tentativa não se concretizasse, mantendo as escrituras nos nomes dos desapropriados, o que lhes dava sustentação em seus argumentos. Como resposta, os militares convocaram três sócios da SNRP a prestar explicações à justiça militar, instaurando inquéritos policiais militares (IPM), como forma de impedir novas investidas dos agricultores. Veremos no próximo capítulo que a instauração de inquéritos policiais militares foi uma prática recorrente por parte dos administradores do CIMH para tentar frear a luta dos desapropriados/herdeiros. Ao fim, foi o que conseguiram, a partir de 1984, a SNRP parou de atuar em nome dos desapropriados/herdeiros, apesar de não ter deixado de existir formalmente.

Em 1985, o presidente João Florindo Schadeck deixa o cargo na Sociedade Núcleo Rural Papuã, conforme carta endereçada à organização e a ata da reunião de diretoria da SNRP, em 02 de outubro de 1985. Schadeck afirma para os demais integrantes da SNRP que o afastamento do cargo de presidência foi motivado por afazeres particulares e questões de saúde.

Considerando a assoberbamento de meus afazeres particulares e também sentindo a necessidade de tratamento de saúde, venho mui respeitosamente a presença dessa conceituada Sociedade, solicitar o meu afastamento em caráter irrevogável da presidência da mesma, pelos motivos expostos²²⁷.

Um fato nesse episódio chama a atenção, Schadeck encaminha ao então Comandante da 5ª Região Militar, General Eduardo César Lucena Barbosa, carta informando de sua renúncia da presidência da SNRP. Nessa carta, relata aspectos da gestão por ele levada a cabo,

A nossa gestão frente à entidade sempre foi embasada pelo pacifismo e diálogo, através de uma política de gestão administrativa junto aos órgãos do Governo Estadual do Poder Judiciário, da União e do próprio Ministério do Exército.

Nossas ações sempre foram dirigidas e orientadas mediante requerimentos e recursos, todos interpostos pelas vias legais e constitucionais, dando sempre prioridade ao respeito às instituições responsáveis pela condução da solução dos problemas que motivaram a criação da Sociedade Núcleo Rural Papuã e é conteúdo de seus objetivos²²⁸.

²²⁷ SCHADECK, João. **À Sociedade Núcleo Rural Papuã**. Papanduva, 17 set. 1985. 1fl.

²²⁸ SCHADECK, João. **Carta endereçada ao Comandante da 5ª Região Militar, General Eduardo César Lucena Barbosa**. Papanduva, 13 jan. 1986. 3 fls.

Nos trechos acima expostos fica evidente que a forma de atuação da SNRP se baseou, sobretudo, em requerimentos e recursos, buscando auxílio de vários órgãos, muito disso partindo da influência do então presidente da organização. Mas o que realmente chama atenção é o motivo pelo qual Schadeck justifica sua saída,

Ainda recentemente, pessoas que pertencem ao quadro de associados da entidade mencionada, contrariando frontalmente a linha de trabalho até então por nós desenvolvida resolveram realizar acampamento em área limdeira ao Campo de Instrução Marechal Hermes, orientados por pessoas ou grupos por nós desconhecidos.

Em razão desta posição contrária à nossa política, procuramos enfaticamente dissuadi-los daquele propósito, posto entendermos que as ações relativas à Sociedade Papuã estavam sendo tomadas pelas vias administrativas e judiciais cabíveis e amigáveis.

Não obstante as ponderações por nós lançadas, houveram posições contrárias à nossa linha de trabalho, levando o assunto a uma decisão unilateral. Deste modo, resolvemos nos afastar da presidência da sociedade. E assim o fizemos, conforme demonstram documentos inclusos²²⁹.

Se o que Schadeck expõe é verdade ou não, não cabe a nós julgar, mas o que nos cabe fazer é analisar o discurso apresentado ao Comandante da 5ª Região Militar. A partir do que o agricultor apresenta, é evidente a heterogeneidade no pensamento dos associados da SNRP naquele momento. Alguns queriam continuar atuando pelas vias legais, enquanto outros já não viam nelas o caminho a ser percorrido. Como Thompson²³⁰ afirma, é pela experiência que homens e mulheres definem e redefinem suas práticas e pensamentos. Ao perceberem que a busca por justiça por “vias legais e constitucionais” não estava dando certo, passaram a buscar outras alternativas.

Schiochet considerou a atuação da Sociedade Núcleo Rural Papuã como extremamente pautada em vias legais, como se isso fosse um defeito de ordem maior. Tal tática não pode ser questionada como um defeito, mas como uma alternativa. O que pode ter acontecido é que essa era a única alternativa que se apresentava para aqueles desapropriados/herdeiros naquele momento, ou até mesmo a única forma de lutar que até então conheciam. E muito mais do que apenas nos atentar aos meios empregados, é preciso compreender o que isso significou, a SNRP foi o primeiro ímpeto de organização

²²⁹ Ibid.

²³⁰ THOMPSON, 1981. Ibid., p. 15.

para reivindicação de direitos desses agricultores, isso, por si só, já é de uma importância expressiva, pois é a partir dessa organização que passam a ter mais consciência do lugar onde foram colocados e de que direitos haviam sido violados.

É notável a capacidade de organização e participação dos desapropriados e herdeiros de Papanduva-SC em face de novas necessidades e lutas, sempre tendo em vista seus direitos. Quando os agricultores passam a se organizar e a entender que todos compartilham da mesma experiência de injustiça, é que começam a compreender que houve violação de seus direitos e, sobretudo, que eles possuem direitos, seja o de moradia, mas também o de trabalho. Muitas vezes é preciso, como própria tática de luta, que os reivindicantes se aproximem do herói das histórias picarescas, enfrentando os perpetradores da violência menos pela força do que pela astúcia e engenhosidade. Mesmo que não tenham atingido o objetivo de retomada das terras e implantação do centro de produção agrária Núcleo Rural Papuã, foram exitosos no quesito de conseguirem falar, serem escutados e denunciarem as injustiças e violências sofridas.

Novamente recorremos ao caso estudado por Edward Thompson²³¹, a Lei Negra era uma expressão da oligarquia *Whig*, usada principalmente para legitimar a propriedade e status desse grupo. No entanto, os dominantes não tinham necessidade da lei para oprimir os dominados, nem os dominados tinham necessidade dela. O que estava em questão eram os direitos de propriedade de cada um. Enquanto foi possível, os dominados lutaram por seus direitos e interesses dentro da esfera jurídica, quando essa luta se mostrou basicamente infrutífera, tiveram que lutar por meios ilegítimos. O agricultor e o florestano tinham estruturas legais visíveis e invisíveis em que se pautavam para as práticas cotidianas, como marcos com pedras para sinalizar os limites de uma determinada propriedade, entre outros. De certa forma, o mesmo ocorreu com os desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC, optaram – talvez tenha sido mais uma questão de único meio disponível do que propriamente de uma opção – por lutar no meio jurídico e buscar ajuda de autoridades, mas tendo visto suas investidas frustradas, a partir de 1985 começam a se reinventar e reinventar suas táticas de resistência e contra-violência, é sobre isso que trataremos no capítulo seguinte.

²³¹ THOMPSON, *Senhores e Caçadores*. 1987, p. 352.

3.4 OS SUBALTERNOS FALAM

A partir do que foi exposto, entendemos os desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC como integrantes das chamadas classes subalternas. Porém, essa condição não é inata, esses indivíduos sofreram um processo de acentuação da subalternização devido às desapropriações realizadas irregularmente. O processo desapropriatório pode ser entendido, ele mesmo, como uma violência e violação dos direitos daqueles agricultores. Além dos aspectos sociais e culturais, como as práticas de cultivo comunitário e as relações entre eles, que foram destruídos, ressalta-se a questão econômica, pois ficaram sem moradia e sem instrumento de trabalho, ou seja, a violência sofrida tem um caráter explícito de uma prática de dominação material.

Ao analisar os empreendimentos, em um primeiro momento, isolados de alguns agricultores desapropriados e, posteriormente, a organização deles por meio da Sociedade Núcleo Rural Papuã, é evidente a capacidade de proporem reivindicações próprias e se fazerem ouvir. Vê-se, ainda, o surgimento de formações de grupos dirigentes para atuarem pelos próprios interesses, é também percebida uma certa especialização e estudo de áreas que antes não se faziam necessárias, como das leis e legislações, instrumentos muito poderosos daqueles que dominam, mas também daqueles que são dominados. Não podemos ignorar o fato de que as atividades e empreendimento do Estado e do Exército sejam mais eficazes justamente pela posição de autoridade que assumem, mas os desapropriados/herdeiros conseguiram, da forma possível, operar a resistência.

Ao focar a luta empreendida pelos desapropriados, no período de 1963 até meados de 1985, vamos na contramão da tendência já identificada por James Scott quanto aos estudos que têm como objeto as lutas travadas por camponeses.

A great deal of the recent work on the peasantry - my own as well as that of others - concerns rebellions and revolutions. Excepting always the standard ethnographic accounts of kinship, ritual, cultivation, and language-it is fair to say that much attention has been devoted to organized, large-scale, protest movements that appear, if only momentarily, to pose a threat to the state. [...] For still others, it had the merit of examining precisely those movements that seemed to promise large scale, structural change at the level of the state²³².

²³² “Uma grande quantidade dos trabalhos recentes sobre o campesinato – o meu próprio bem como o de outros – concerne rebeliões e revoluções. Exceto sempre os relatos etnográficos sobre parentesco, rituais, cultura, e linguagem – é justo dizer que muita atenção tem sido dedicada aos movimentos organizados, de larga-escala e de protesto que aparecem, mesmo se apenas momentaneamente, para representar uma ameaça ao Estado. [...] Para outros [pesquisadores] ainda, teve mérito de examinar precisamente aqueles movimentos que pareciam prometer mudanças em larga-escala, estruturais no nível do Estado.” [Tradução livre]. SCOTT, 2013. Ibid., p. XV.

Aqui, não buscamos indícios na atuação da SNRP de uma revolta que visasse mudanças em larga-escala ou de caráter estrutural. Tampouco, impomos ao nosso objeto de estudo expectativas que partissem diretamente de nós, pois é isso que parece que acontece quando Valmor Schiochet²³³ conclui sua dissertação afirmando que, nesse período que examinamos aqui, fica evidente a posição de passividade, crença na legalidade e ignorância de estratégias para pressionar as autoridades. Posição de passividade? A própria existência da Sociedade Núcleo Rural Papuã nos mostra o contrário. É evidente que de início não tinham as habilidades para pressionar as autoridades, mas, aos poucos e com a experiência adquirida, foram se aperfeiçoando. E quanto à “crença na legalidade”, não cabe a nós, pesquisadores, julgar essa posição, mas sim entendê-la dentro de um contexto mais amplo. Como já mencionado diversas vezes, a legislação por vezes é uma arma também dos dominados, é uma tática de contra-violência. O contexto político e contra quem atuaram têm um peso na escolha das táticas empregadas, como se colocar contra o Exército de forma violenta? Ou melhor, como se colocar contra o Exército de forma violenta, sendo que esse é quem exercia o poder político do país por meio de uma ditadura? E dentro do possível, os desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC conseguiram falar, o INCRA, por exemplo, os escutou, mesmo que a proposta de permuta e mudança do Campo de Instrução Marechal Hermes nunca tenha sido de fato concretizada.

Apesar de os desapropriados/herdeiros não terem disputado a hegemonia, essa organização por meio da SNRP pode ser entendida como o gérmen da politização ali na região de Papanduva. Isso se torna evidente quando, posteriormente, é ali que se estabelece o núcleo do Partido dos Trabalhadores na região e também a criação de um sindicalismo mais combativo, que segundo Valmor Schiochet, foram possibilitados graças à luta dos desapropriados de Papanduva-SC²³⁴. A experiência da luta e organização acabou impulsionando alguns indivíduos para a disputa na arena política, aí sim, lutando pela hegemonia, mas esse assunto é um tema para outra pesquisa.

²³³ SCHIOCHET. *Ibid.*

²³⁴ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 217.

Gramsci, em meados dos anos 1920, defendia a necessidade de se conhecer a história e os processos históricos que forjaram o capitalismo italiano, para que pudessem organizar, então, a luta em frente única – aliança operária-camponesa - contra o capitalismo e o fascismo. Porém, a classe operária estava subordinada à uma concepção histórica positivista imposta pela burguesia, enquanto que os camponeses meridionais estavam subjugados pela Igreja Católica²³⁵. Tal aliança era travancada por conjuntos ideológicos estabelecidos por intelectuais que compactuavam com a burguesia. Evidencia-se, assim, a importância e a força dos intelectuais e da cultura, Gramsci também buscou lutar por esses vieses. Preocupava-o o fato de que entre os camponeses era difícil que surgissem intelectuais orgânicos – intelectuais que surgem de dentro da própria classe e lutam tendo em vista os interesses da própria classe da qual surgiram.

É nessa questão que entra a Comissão Pastoral da Terra (CPT), embasada pelas ideias e concepções da Teologia da Libertação, ela mesma se coloca como intelectual orgânico que, em tese, prestaria apoio aos camponeses ajudando-os a se organizarem, mas não se propunham tomar o lugar central da luta. Se nesse capítulo vimos como os subalternos falam e resistem, no capítulo que segue, centrar-nos-emos na figura da Comissão Pastoral da Terra em apoio a essa luta. Até que ponto agiram como intelectuais orgânicos? Continuaram possibilitando a fala dos desapropriados/herdeiros ou tomaram o protagonismo? De que forma as táticas de resistência e contra-violência foram empregadas? E as violências contra os reivindicantes?

²³⁵ ROIO. *Ibid.*, p. 65.

4. A ATUAÇÃO DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) EM APOIO AOS DESAPROPRIADOS DE PAPANDUVA-SC (1985-1988)

Nesse capítulo, centraremos nossa análise no que entendemos como a terceira fase de luta dos desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC, compreendendo o período entre 1985 a 1988. É nesse ínterim que ocorre uma aproximação com a Comissão Pastoral da Terra-SC (CPT-SC), a convite dos próprios agricultores desapropriados. Dessa forma, pretendemos pensar a atuação da Comissão Pastoral da Terra em ajuda aos desapropriados e herdeiros de Papanduva-SC e o lugar ocupado pela entidade. A CPT tem como objetivo ajudar nos primeiros momentos de organização de grupos do campo, bem como o de promover a articulação coletiva e a iniciativa de autopromoção desses sujeitos. Sendo assim, a metodologia de trabalho da Comissão Pastoral da Terra é a de “fazer com” e não “fazer para”, isto é, ela atua em conjunto ao grupo ao qual está prestando apoio, mas sem tomar protagonismo das lutas. A CPT atua em algumas linhas principais, são elas: a luta pela reforma agrária, justiça e igualdade para os trabalhadores do campo, formação de assessoria jurídica, o conhecimento dos problemas das comunidades e formação de sujeitos que alcancem a autopromoção, como anteriormente abordado.

Silvana Maria Ferreira²³⁶ identifica duas orientações diferentes quanto ao projeto de desenvolvimento pautado pela Comissão Pastoral da Terra. A primeira delas é referente ao período de 1975 até o final da década de 1980, marcado pelas ideias debatidas no Concílio Vaticano II (1962), nas Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979) e pela Teologia da Libertação. Em relação ao contexto político da América Latina, esse foi um período marcado por governos ditatoriais, em que a Igreja tradicional, muitas vezes, apoiou esses regimes, enquanto que a Igreja inspirada pela Teologia da Libertação se opunha a eles e voltava-se à população mais vulnerável. No Brasil, a situação não era diferente, mas é interessante observar dinâmica da Igreja brasileira, passou de apoiadora do Golpe de 1964 para, nos anos 1980, se colocar como opositora, inclusive na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) os progressistas eram a maioria.

Já a segunda orientação foi formulada a partir da década de 1990, período em que a CPT passou a defender um projeto agrário baseado na agroecologia. Também, é nesse período que a Pastoral passou a enfocar mais as bases. Além disso, tomando como

²³⁶ FERREIRA, Silvana Maria. Peregrinos da Terra Prometida: Comissão Pastoral da Terra e trajetória político-religiosa (1975-2003). *Sacrilegens*, Juiz de Fora, v.1, n.1, p.137-152, 2004. p. 139.

referência as ações do MST, a Pastoral da Terra passou a empregar ações diretas como metodologia de ação, principalmente por meio das ocupações²³⁷. Interessa-nos, aqui, o primeiro momento destacado por Ferreira e que será melhor abordado no decorrer do capítulo.

Para compreender melhor o projeto defendido pela Comissão Pastoral da Terra nesse primeiro momento, faz-se necessário entender os movimentos que estavam ocorrendo no seio da Igreja Católica. Na América Latina como um todo, mas mais especificamente no Brasil, a Igreja estava dividida em três frentes, a Igreja Conservadora, a Progressista – colocava-se contra o modelo capitalista, mas também contra o comunista – e a Igreja Libertadora, que tinha, por sua vez, uma atuação de caráter político-religioso muito influenciado pelas ideias da Teologia da Libertação – ou Cristianismo da Libertação. É dessa terceira frente que surgirá a CPT.

Outro ponto que pretendemos desenvolver diz respeito às novas táticas de reivindicação e de luta empregadas pelos desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC. Nesse sentido, é interessante a noção de “avanço qualitativo” das estratégias de luta. Emprestamos esse termo de Paulo José Koling²³⁸ que o emprega ao dissertar sobre a análise empreendida por Guiomar Germani sobre a luta dos camponeses contra Itaipu – “Por estar no ‘olho do furacão’, Germani teve a percepção de que em cada um dos momentos da construção do movimento houve um avanço qualitativo em relação às formas de luta anteriores e de enfrentamento ao faraó e à taipa da injustiça”²³⁹. No caso que aqui analisamos, percebemos esse avanço qualitativo a partir da aproximação da Comissão Pastoral da Terra. Se, em um primeiro momento, os desapropriados buscavam recorrer legalmente e de certa forma mais pacificamente, agora, passam a empregar táticas mais diretas, como a realização de acampamentos, tentativas de ocupações e passeatas.

Além disso, é possível aproximar os casos de Papanduva-SC e Itaipu no sentido de que decorreram os mesmos processos com atores bastante semelhantes, sobretudo a ação da Comissão Pastoral da Terra em apoio aos desapropriados e o Estado como

²³⁷ MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma Igreja radical**: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. p. 235.

²³⁸ KOLING, Paulo José. Levantando Poeiras no/do chão: estudo das lutas e resistências dos atingidos da Itaipu. In.: (org.) SILVA, Marcio Antônio Both da; KOLING, Paulo José. **Terra e poder**: vivências e lutas sociais no campo. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022. p. 256.

²³⁹ Idem.

beneficiário da desapropriação. Semelhante ao que ocorreu em outros conflitos no campo, a Comissão Pastoral da Terra ajudou na organização e luta dos desapropriados de Itaipu.

A CPT fez da luta em Itaipu uma de suas campanhas centrais, ao estabelecer uma sede estadual no Paraná em 1976. [...] Nos cinco anos seguintes, a CPT serviu como aliada mais franca e fiel dos agricultores deslocados da região. Embora a insistência da liderança religiosa em táticas pacíficas às vezes entrasse em conflito com as demandas das comunidades locais, a luta inicial contra Itaipu resultou quase inteiramente dos esforços de organização da CPT²⁴⁰

É interessante notar esse ímpeto por parte dos desapropriados de Itaipu de agirem por meio de ação mais direta, opondo-se, em alguns momentos, às táticas pacíficas propostas pela CPT. Enquanto que para os desapropriados de Papanduva-SC a chegada da CPT para auxiliá-los na organização representou também uma mudança quanto às táticas de luta. Deixaram de apenas enviar cartas e ofícios a autoridades para realizarem acampamentos próximos ao Campo de Instrução Marechal Hermes e à sede do INCRA, em Florianópolis.

No período abordado nesse capítulo, entendemos que a organização dos desapropriados de Papanduva-SC ganha o caráter de Movimento Social e passaremos a denominá-lo, assim como fez Schiochet, de Movimento dos Desapropriados de Papanduva-SC. A experiência de organização, a formação de identidade e a apreensão crítica do mundo, ou seja, de socialização política permite que agricultores e trabalhadores rurais constituam-se enquanto classe e enquanto cidadãos. É nesse ponto que também reside a importância dos movimentos sociais, é por isso que concordamos com a categorização proposta por Valmor Schiochet²⁴¹ de que a organização dos desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC pode ser entendida como um movimento social. Esse entendimento ocorre tendo em vista a concepção de que movimentos sociais são redes de interação construídas ao longo de um conflito, alinhando uma pluralidade de indivíduos, associações e eventos²⁴². Nesse sentido, o alinhamento de diversos indivíduos e associações ocorreu, sobretudo, a partir da aproximação da Comissão Pastoral da Terra-

²⁴⁰ BLANC, Jacob. **Antes do Dilúvio**: Itaipu e a história da ditadura no campo. São Paulo: Garamond. 2011. p. 96.

²⁴¹ SCHIOCHET. *Ibid.*

²⁴² Diani, Mario. Networks and social movements: a research program- me. In: Diani, Mario e McAdam, Doug (eds.). **Social movements and networks**. Relational approaches to collective action. Oxford Univ. Press, 2003 apud. ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. Novos estudos CEBRAP, n. 100, p. 115–127, nov. 2014. p. 120.

SC, assim, podemos considerar que foi o trabalho da CPT em conjunto com o grupo de desapropriados/herdeiros que conferiu ao movimento o caráter de movimento social.

Por fim, é nesse período, também, que ocorrem casos de violência por parte do Exército voltada a indivíduos específicos. O primeiro deles é contra o pastor luterano Werner Fuchs, então coordenador da CPT-PR, que foi acusado de difamar o Exército brasileiro em uma passeata, realizada em Curitiba-PR, e, por isso, foi indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM) e julgado culpado em tribunal militar. Outro caso de civis que também foram indiciados em IPMs é dos desapropriados Hamilton Gonçalves de Oliveira e Edilson Gonçalves de Oliveira, acusados de terem invadido a área do Campo de Instrução Marechal Hermes. Nesse caso, um dos acusados foi detido no CIMH e relata ter sofrido agressões por parte dos militares. Dessa forma, pretendemos abordar a questão da violação de direitos humanos dos três civis acusados e julgados em tribunais militares.

4.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

4.1.1 Teologia da Libertação

Recordando o que foi tratado nos capítulos anteriores, a década de 1950 foi, sobretudo para o subcontinente latino-americano, marcada pela crescente industrialização tendo por base o capital multinacional. Conseqüentemente, os países da América Latina passaram a sofrer com o aumento da desigualdade social, com o êxodo rural, a urbanização sem planejamento, péssima condição de vida para os trabalhadores e uma dependência cada vez maior do capital estrangeiro. Além disso, em 1959, ocorreu a Revolução Cubana, gerando a intensificação de lutas sociais e abalando os sistemas políticos vigentes. É nesse contexto, que alguns teólogos passaram a dispender mais atenção para questões sociais e para a realidade, culminando na formulação da Teologia da Libertação ou, como preferem alguns autores, Cristianismo da Libertação.

A Teologia da Libertação, segundo Michel Löwy, foi um corpo de textos produzidos a partir da década de 1970 por figuras de alguns países da América Latina, como Peru, Brasil, El Salvador, Chile, Costa Rica, Argentina, México, Uruguai, Porto Rico²⁴³. É em 1974, com a publicação de *Teologia da libertação – Perspectivas*, do peruano Gustavo Gutiérrez que a Teologia da Libertação surge “oficialmente”. Essa obra foi a síntese de mais de dez anos de práxis por parte dos cristãos ligados ao compromisso

²⁴³ LÖWY, Michael. **A Guerra dos Deuses**. Religião e política na América latina (trad. Vera Lúcia Mello Joscelyne). Petrópolis: Vozes/CLACSO/LPP, 2000. p. 56.

social e de vários anos de discussões das alas mais progressistas dos teólogos latino-americanos²⁴⁴. No entanto, a formulação dessa nova teologia ocorreu de maneira espontânea, dado que diversos teólogos passaram a perceber os problemas sociais enfrentados por grande parte da população.

Na década de 1960, muitos padres latino-americanos passaram a frequentar universidades europeias, mais especificamente, as francesas. Foi nesse período de estudos, que esses clérigos entraram em contato com obras marxistas, possibilitando que, quando retornavam à América, tivessem um olhar mais crítico para as contradições do capitalismo, as misérias da população e percebessem a importância e necessidade de uma prática que combatesse esses problemas. Essas novas ideias possibilitaram, também, um olhar diferenciado voltado ao Evangelho. Então, os anos 1960 representaram mudanças consideráveis no seio da Igreja Católica, uma dessas mudanças foi a “abertura da Igreja para o mundo”.

Em 1968, o Papa João Paulo VI convocou a Conferência de Medellín que foi um marco, pois a Igreja passou a atuar para o homem e não apenas ao espírito. Se o homem é a representação de Deus na Terra e se o homem vive em condições adversas, então a imagem de Deus está sendo insultada. Além disso, é o próprio homem o responsável pelos problemas sociais existentes e cabe a ele transformar essa realidade²⁴⁵. Assim, a crítica ao sistema capitalista pelos teólogos da Teologia da Libertação se dá no sentido de que caso contrário, isto é, a aceitação de tal sistema representaria a santificação da opressão da classe trabalhadora²⁴⁶. Soma-se a isso, a concepção de que os ideias individualistas advindos da ideologia liberal seriam opostos aos ideais transindividuais pregados pela religião.

A Conferência de Medellín trouxe diversas contribuições para as mudanças que vinham ocorrendo na Igreja:

Uma das deliberações que mais estremeceram os dogmas historicamente defendidos pela Igreja Católica foi a necessidade de estudar, aceitar e, até, valorizar a religiosidade popular (catolicismo rústico, romarias, peregrinações e outras devoções) e o contato com outras religiões (ecumenismo). Esse fato alimentou um sentimento de liberdade para agir dos clérigos da Latinoamérica²⁴⁷.

²⁴⁴ LÖWY. *Ibid.*, p. 78.

²⁴⁵ MITIDIERO JUNIOR. *Ibid.*, p. 89.

²⁴⁶ LÖWY. *Ibid.*, p. 94.

²⁴⁷ MITIDIERO JUNIOR. *Ibid.*, p. 91.

As conclusões de Medellín representaram um marco na virada de pensamento da Igreja, porém, ideias mais progressistas e inclinadas até mesmo ao marxismo já estavam sendo apresentadas momentos antes. Um exemplo é o documento “Igreja e Desenvolvimento”, oriundo do encontro de Pastoral Social (1968), que apresentava a necessidade de mudanças estruturais e trabalhando com a Teoria da Dependência, em que o subdesenvolvimento estava ligado à lógica centro/periferia – semelhante ao que estava sendo pensado pelos economistas da Cepal, conforme discutimos no Capítulo 2. Como diretrizes, nesse encontro, ficou estabelecida a necessidade de uma teologia mais comprometida com a América Latina, a pregação de uma ética voltada ao coletivo e não ao individual e a descentralização das estruturas da Igreja.

Uma outra reunião importante foi a Conferência de Puebla, em 1979, mas foi marcada por limitação de participação destinada somente à hierarquia da Igreja²⁴⁸. Essas discussões foram importantes no sentido de propiciarem novas leituras do Evangelho e mesmo a escolha por textos bíblicos diferentes do que era anteriormente comum. Além disso, houve uma mudança de foco da Igreja, deixou de ser apenas o aspecto simbólico das palavras sagradas para se tornar a partilha e a solidariedade no mundo real.

A partir da realização das Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979) o conceito de Libertação ganhou destaque nas análises empreendidas pela Igreja latino-americana. A Libertação assume diversos significados, nesse caso específico, esteve pautada pelas ideias da Doutrina Social da Igreja e pelo Marxismo. O conceito de Libertação, no entanto, precisa ser entendido de forma crítica, pois não é unívoco e nem linear. Porém, é um termo muito importante para a História das Ideias da América Latina na década de 1970, dado que contribuiu bastante para a apreensão da realidade latino-americana. Foi também na América Latina que se desenvolveu a Filosofia da Libertação. A Filosofia da Libertação nasceu na Argentina, na década de 1970, e apresenta uma conceituação de Libertação muito embasada por um ideal revolucionário. Era considerada, por seus autores, como a única filosofia latino-americana²⁴⁹.

Deve-se considerar, também, o contexto em que as ideias da Teologia da Libertação estavam sendo formuladas. Outros movimentos que também pautavam a questão da Liberdade e da Libertação estavam em ebulição, como o Movimento Negro,

²⁴⁸ MITIDIÉRO JUNIOR. *Ibid.*, p. 93.

²⁴⁹ QUEIROZ, Alexandre. **Revolução e Paraíso: Conflito de Ideias na Igreja Latino-Americana (1968-1979)**. Editora Unila: Foz do Iguaçu. 2021. p. 155-158.

a segunda onda feminista, a formação da New Left, entre outros. Alexandre Queiroz²⁵⁰ argumenta que a Igreja é um corpo social e, por isso, deve ser compreendida em sua construção social e como uma instituição que projeta uma imagem de si e que pretende a coesão de seus membros. Além disso, não está alheia às outras instituições, estabelecendo com elas diálogos em que seus agentes estão ideologicamente limitados.

A religião e o marxismo podem ser entendidos como antagônicos, pois o marxismo chega mesmo a negar a religião na criação de uma nova sociedade. Contudo, quando se lê textos religiosos e marxistas, percebe-se que ambos têm objetivos em comum, como a criação de uma sociedade mais justa e sem opressões. Alguns teólogos da libertação, como Dussel, defende que não é possível comparar e nem antagonizar cristianismo e marxismo, pois a primeira trata-se de uma religião e o segundo não. Já Frei Betto afirma que a Igreja é excluída do socialismo dado o seu caráter histórico de ter se alinhado às classes dominantes, como a burguesia. Luiz Maranhão compartilha dessa concepção, pois para ele Igreja e marxismo só se chocam quando a primeira se alinha aos interesses dominantes, chegando a afirmar, inclusive, que cristianismo e marxismo não têm sequer problemas ideológicos²⁵¹.

Devido a aproximação de alguns teólogos da libertação com ideias marxistas, surgiram rumores de que alguns deles haviam aderido ao marxismo. No entanto, o que ocorreu foi mais a incorporação de conceitos – como os de utopia, política, pobres, história e práxis – para pensar questões relacionadas à atuação da Igreja do que uma radicalização revolucionária desses teólogos.

As semelhanças entre o cristianismo e o marxismo são ainda mais aparentes quando se trata do conceito de “libertação” dos oprimidos, ambos buscam alcançá-lo. Marx e os marxistas ortodoxos, no entanto, possuem diferenças com os teólogos da libertação principalmente no que se refere à classe ou grupos que conduziriam a transformação da sociedade. Para os marxistas, tal tarefa cabe ao proletariado, enquanto que na Teologia da Libertação isso seria prerrogativa de todas classes e grupos sociais oprimidos, isto é, os chamados “pobres”.

A ideia da práxis histórica, no entanto, é bem parecida na Teologia da Libertação com aquela concebida pelos marxistas. Para os teólogos da libertação, a práxis seria justamente a teologia, unindo então a teoria e a prática, isto é, para ser um bom cristão não basta apenas entender os simbolismos, dever-se-ia colocar em prática os

²⁵⁰ QUEIROZ. *Ibid.*, p. 27.

²⁵¹ MITIDIERO JUNIOR. *Ibid.*, p. 103.

ensinamentos. Isso fica evidente na tentativa da Igreja de conscientizar o povo oprimido para que se tornasse o agente condutor de sua própria história.

Antonio Gramsci, um dos teóricos marxistas mais aberto às questões subjetivas, parece ter sido a maior fonte de influência para os teólogos da libertação. Gramsci se opôs, de certa forma, aos marxistas economicistas, considerando que a cultura e a educação seriam propulsoras de uma transformação na sociedade, dessa forma, combatendo o individualismo, mas por vias subjetivas e não pautadas no positivismo-científico comum aos marxistas da época. Além disso, o marxista sardo pode ser considerado como o mais aberto na questão da aceitação religiosa²⁵². Para Gramsci, a religião exerce influência na sociedade da mesma maneira que as ideologias, sendo capaz de “organizar” as pessoas e podendo, inclusive, ter a mesma energia das forças materiais. Afirma Gramsci que a religião possui papel fundamental no senso comum, quando objetiva manipular as massas consegue assumir um caráter mitológico e coloca-se num local de fetichização. Porém, quando assume seu caráter revolucionário, é capaz de pregar o senso de coletividade, igualdade e de abolição dos limites das classes sociais²⁵³.

Mesmo que não se aprofunde na questão, o próprio Marx, em uma nota de rodapé n’O Capital, reconhece o papel decisivo que a religião pode exercer em uma sociedade. É evidente que a religião pode assumir outras dimensões, por exemplo, dimensão opressiva, através das ideologias, ídolos e idolatrias e; a dimensão potencial para a religião, através de uma análise que buscou elementos de força crítica e emancipatória²⁵⁴. Foi nessa segunda dimensão que a Teologia da Libertação tentou atuar.

Gramsci considerava que era necessário realizar uma transformação na cultura, sendo para isso necessário compreender a cultura das classes dominadas, envolvendo a compreensão da religião, aspecto primordial para as classes subalternas italianas - objetos de estudo de Gramsci. É a partir dessa ideia que a Teologia da Libertação se aproxima desse teórico marxista. Outros elementos de aproximação estão na utilização de conceitos gramscianos, como o de “classes subalternas” e de “intelectual orgânico”, que seria os agentes pastorais²⁵⁵.

No que tange ao uso da violência para libertação das classes subalternas, os teólogos da libertação, em especial Boff e Gutierrez, entendem a necessidade em casos

²⁵² MITIDIÉRO JUNIOR. *Ibid.*, p. 120.

²⁵³ SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina. **O Social em Questão**, ano XX, nº 39 - set.-dez. 2017. p. 99.

²⁵⁴ LÖWY. *Ibid.*, p. 30.

²⁵⁵ MITIDIÉRO JUNIOR. *Ibid.*, p. 123.

de revolução, porém, o que predominou nas formulações deles foram as concepções mais brandas de Gramsci, como o emprego de estratégias de conscientização, de convencimento e de consenso. Apesar de não ser inteiramente descartada – sendo preconizada inclusive nas Conclusões de Medellín – a violência é preterida pelos ideais de justiça e paz.

É apontado por Löwy²⁵⁶ que alguns teólogos latino-americanos compreendem o Marxismo como uma ciência social que deveria ser mobilizada para aumentar o conhecimento acerca da realidade da América Latina. Porém, o próprio autor comenta que essa interpretação incorre em dois erros, por assim dizer, o primeiro deles seria que o marxismo não é voltado somente para o conhecimento científico, nele está prevista também a prática e o segundo é que o marxismo não é a única ciência social existente. No entanto, é importante salientar que os acontecimentos no seio da Igreja foram fatores que influenciaram bem mais o surgimento da Teologia da Libertação do que o próprio marxismo-leninismo²⁵⁷. Assim, pode-se inferir que a aproximação dos teólogos da libertação com a teoria marxista tenha sido mais no sentido de retirar de Marx o que poderia ser aproveitado para a atuação dos clérigos – e leigos também – do que formar revolucionários.

Por fim, é interessante ressaltar que a Libertação Dialética ou Teologia da Libertação não foi um fracasso. As ideias que partiram dessas concepções promoveram mudanças em variados graus no subcontinente latino-americano, possibilitou a ampliação da atuação da Igreja com outros setores da sociedade, a reivindicação de uma identidade latino-americana e diversas interpretações do conceito de Libertação²⁵⁸.

4.1.2 Teologia da Libertação no Brasil e a Comissão Pastoral da Terra (CPT)

A Teologia da Libertação, no Brasil, deu bases para um rompimento mais contundente com a postura dogmática da Igreja Católica do que no restante dos países latino-americanos. Em conjunto com a ala mais progressista da Igreja, os teólogos da libertação exigiam mudanças nas práticas religiosas. O Cristianismo da Libertação exerceu enorme influência na Igreja brasileira, principalmente a partir da década de 1960 com o surgimento da corrente denominada de “esquerda católica”. Essa “esquerda católica”, por sua vez, foi impulsionada por influência da teologia francesa, gerando,

²⁵⁶ LÖWY. *Ibid.*, p. 121.

²⁵⁷ LÖWY. *Ibid.*, p. 112.

²⁵⁸ QUEIROZ. *Ibid.*, p. 247.

assim, práticas e ideias político-religiosas²⁵⁹. Alguns teólogos considerados fundadores da Teologia da Libertação, como Boff e Dussel, estudaram na Europa e a partir dessa experiência voltaram ao Brasil enxergando mais nitidamente as desigualdades e opressões sofridas pelos mais pobres²⁶⁰. No entanto,

A título de observação, vale pontuar que o segmento da Igreja que fez a opção preferencial pelos pobres era tido pela própria Igreja, pelo Estado, pela mídia conservadora e por parte da sociedade civil igualmente conservadora como uma facção subversiva. Na verdade, os setores dominantes (elites, Estado e Igreja) produziram um discurso descaracterizante e difamatório da Igreja Progressista e Libertadora. Assim, em qualquer manifestação em defesa dos pobres e contra os opressores, os clérigos envolvidos eram rapidamente taxados de “padres vermelhos”, subversivos e comunistas. Com isso, parte expressiva da sociedade civil, levando em conta todos os seus estratos, assumia esse discurso, e os clérigos progressistas e libertadores passaram a ser vistos como deturpadores da Bíblia e dos projetos de Deus²⁶¹.

Nem todas as organizações ligadas à Igreja Progressista concordavam com a ideia de instauração do socialismo, inclusive, algumas objetivavam fazer frente ao avanço das esquerdas no campo. Isso fica evidente com a criação de diversos sindicatos rurais ligados a essas organizações. Por outro lado, havia os clérigos mais radicais que realmente defendiam o comunismo. Foram todas essas vertentes um tanto complexas que deram a base para a organização das massas populares no campo²⁶².

Os segmentos inspirados pela Teologia da Libertação atuaram por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das Comissões Pastorais da Terra, que visavam a libertação do povo da exploração econômica e política²⁶³.

A experiência das CEBs, graças a seu forte componente democrático, contribuiu muitas vezes para dar uma qualidade nova aos movimentos sociais e políticos que alimentou: com raízes no cotidiano do povo e em suas preocupações humildes e concretas, ela encorajou a auto-organização das bases e uma desconfiança da manipulação política, da retórica eleitoral e do paternalismo estatal²⁶⁴.

²⁵⁹ BASTOS, Fernanda Conceição de Souza. **Cultura, política e os afazeres da Comissão Pastoral da Terra (CPT)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2012. p. 102.

²⁶⁰ MITIDIERO JUNIOR. *Ibid.*, p. 86.

²⁶¹ MITIDIERO JUNIOR. *Ibid.*, p. 142.

²⁶² MITIDIERO JUNIOR. *Ibid.*, p. 144.

²⁶³ MITIDIERO JUNIOR. *Ibid.*, p. 21.

²⁶⁴ LÖWY. *Ibid.*, p. 85.

Mais especificamente no Brasil, os camponeses ganharam atenção especial da CPT, criada em 1975, não como objetos de caridade, mas sim como grupo social capaz de tal libertação. A Pastoral não é uma organização composta unicamente de religiosos católicos, mas conta com a participação de agentes de outras denominações, como luteranos, adotando o ecumenismo como prática, e há, também, a participação dos chamados leigos. A criação da CPT ocorreu para que conseguisse atender as demandas das populações do campo. Dessa forma, a violência no campo pode ser entendida, de acordo com Mitidiero Junior²⁶⁵, como uma das principais motivações para a criação da Comissão Pastoral da Terra.

Para que essa aproximação pudesse acontecer, uma das influências da Teologia da Libertação foi que a Pastoral, ao contrário da Igreja tradicional, considerava como importantes outras manifestações religiosas, como, por exemplo, o chamado “catolicismo rústico” muito presente no campo. Esse tipo de catolicismo, no entanto, estava muito ancorado em ideias utópicas diferentemente do que era pregado pela Pastoral, somente a prática na materialidade e a práxis seriam o caminho para a libertação.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) reconheceu a CPT como um organismo oficioso, isto é, que estava ligada à linha missionária da CNBB. Esse reconhecimento possibilitou que a Pastoral tivesse certa autonomia em suas atividades, além de não ser perseguida pela ditadura militar brasileira. Sendo assim, a organização não se dedicou somente a questões religiosas, como a evangelização, mas também buscou atuar politicamente, como na reivindicação por reforma agrária e a transformação da sociedade, inclusive, é de seus quadros que anos mais tarde saíram aqueles que fundariam o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A criação da CPT e a sua ligação com a CNBB representou, para as dinâmicas internas da Igreja, uma vitória rumo à mudança na missão dos clérigos católicos. E, socialmente tratando, sua criação e atuação foram como fermento para a luta e surgimento de outros movimentos que atuam até os dias de hoje, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Quanto ao momento de surgimento da Comissão Pastoral da Terra, Mitidiero Junior²⁶⁶ destaca que ela nasce em meio a três temporalidades diferentes: (1) o tempo social, marcado pela submissão e exploração das populações do campo; (2) o tempo eclesial, marcado por mudanças e aberturas na própria Igreja a partir do Concílio Vaticano

²⁶⁵ MITIDIERO JUNIOR. *Ibid.*, p. 225.

²⁶⁶ MITIDIERO JUNIOR. *Ibid.*, p. 154.

II, das Conferências de Medellín e de Puebla e da formulação da Teologia da Libertação; e, (3) a temporalidade atemporal dos textos bíblicos.

De forma mais prática, a Comissão Pastoral da Terra está organizada da seguinte forma: Assembleia Nacional, Conselho Nacional, Coordenação Nacional, Regionais, Equipes da CPT e Congresso. Outra instância da CPT são as regionais que possuem autonomia para suas organizações e planejamento de trabalho, bem como as Equipes Locais. A Comissão Pastoral da Terra se organiza a partir de experiências, dessa forma, as regionais possuem metodologias de trabalho diferentes que atendem as necessidades da população de cada região²⁶⁷.

Devemos recordar que a Comissão Pastoral da Terra tem como objetivo auxiliar nos primeiros passos de organização de comunidades e grupos, bem como fomentar a autopromoção dessas pessoas. Dessa forma, os agentes pastorais acreditavam que o papel que precisavam desenvolver era o de conscientizar para transformar, objetivando o desenvolvimento de sujeitos críticos e comprometidos com a ação em busca da libertação. A metodologia adotada pela CPT é própria, no entanto, foi fortemente inspirada na educação popular. A educação popular tem em si como objetivo tentar diminuir o impacto da crise social da pobreza, dar voz aos pobres, indígenas, camponeses, negros, mulheres e trabalhadores vítimas da opressão do capitalismo, ou seja, busca a emancipação humana²⁶⁸. Soma-se à educação popular, o método ver-julgar-agir, também adotado pelas CEBs e pela Teologia da Libertação. Esse método consiste em, (1) ver, isto é, tomar conhecimento da realidade, muitas vezes por meio de instrumentos advindos das ciências sociais; (2) julgar, esse momento é quando há a junção do conhecimento das dinâmicas sociais com aspectos religiosos, sobretudo a fé; e, por fim, (3) agir, momento de encontro entre teoria e ação, é quando ocorre a mediação prática²⁶⁹.

A atuação da CPT está, em tese, pautada na metodologia de “fazer com” e não “fazer para”, ou seja, pressupõe que os interessados participem ativamente da luta, das atividades e dos debates. No entanto, na prática, é possível que em alguns casos os agentes da CPT tenham tentado falar pelos camponeses e não com eles. Mas o discurso da CPT prevê uma atuação em conjunto, em que o papel principal dos agentes pastorais é o de auxiliar na percepção de que caminhos adotar para luta e buscar que os próprios grupos

²⁶⁷ MITIDIERO JUNIOR. *Ibid.*, p. 233.

²⁶⁸ BASTOS. *Ibid.*, p. 88.

²⁶⁹ BASTOS. *Ibid.*, p. 101-102.

comunitários sejam protagonistas e participem até chegar ao ponto de serem autônomos²⁷⁰.

4.2 APOIO À LUTA DOS DESAPROPRIADOS DE PAPANDUVA-SC

A partir de 1985, os desapropriados/herdeiros começam a adotar novas táticas de reivindicação e luta. Se antes pautavam-se somente no envio de ofícios e reuniões, buscando sempre o diálogo, visto que tais táticas não surtiram o efeito desejado, passam a partir para ações mais diretas, como a realização de acampamentos e mesmo a ocupação do próprio CIMH. Importante atentar para um detalhe – nada pequeno – da participação de agentes pastorais da CPT nessa nova fase de lutas, prestando apoio de organização e nas ações realizadas pelo grupo. No entanto, a retórica da “forma pacífica e ordeira” permanece, mesmo que as ações tenham se tornado mais diretas.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) adotou algumas ideias do filósofo Antonio Gramsci, sendo uma delas a da importância da cultura para entender e mobilizar as classes subalternas. Em 1968, o Papa João Paulo VI convocou a Conferência de Medellín que foi um marco, como vimos anteriormente, pois a Igreja passou a atuar para o homem e não apenas para o espírito. Se o homem é a representação de Deus na Terra e se o homem vive em condições adversas, então a própria imagem de Deus está sendo insultada. Além disso, é o próprio homem o responsável pelos problemas sociais existentes e cabe a ele transformar essa realidade²⁷¹. Então, se homens e mulheres são responsáveis pelos problemas sociais existentes, cabe a eles próprios transformar essa realidade. É por isso que a metodologia seguida pela CPT é a de “fazer com” e não “fazer para”, determinando, assim, que os grupos sociais ajam na luta. A seguir veremos como se deu essa mobilização na prática em apoio da Pastoral à luta dos desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC.

A luta travada pelos movimentos sociais e organizações, como a Comissão Pastoral da Terra, ultrapassa o âmbito meramente político, atingindo áreas do cultural e social e chegando mesmo ao campo do privado. Dessa forma, é a partir da atuação dessas organizações que ocorreu uma expansão do que é considerado político.

²⁷⁰ BASTOS. *Ibid.*, p. 136.

²⁷¹ MITIDIERO JUNIOR. *Ibid.*, p. 89.

4.2.1 Acampamentos

Valmor Schiochet elenca três acontecimentos que marcaram o período em que o movimento dos desapropriados de Papanduva estava se articulando em conjunto com a CPT, o primeiro é a chamada redemocratização, que avançou no sentido das liberdades individuais, mas seu caráter foi antes de tudo simbólico, representando a esperança de um novo momento político, do que de efetivas mudanças. O segundo tange à discussão da reforma agrária, que após 1985, estava favorecendo os latifundiários. A partir do final dos anos 1980, mais especificamente do Governo de José Sarney, há um recuo em relação à reforma agrária²⁷². Esse momento de “retrocesso” nas discussões fundiárias é importante para pensar a luta dos desapropriados nesse período. Ao mesmo tempo que se “radicaliza”, o contexto é oposto, talvez seja justamente por isso – e também pelo período de tempo extenso decorrido desde as desapropriações irregulares – que os desapropriados e herdeiros buscam outras alternativas de reivindicação. E, por fim, um terceiro ponto foi a consolidação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), atuando tanto nos meios rurais quanto urbanos²⁷³.

Dentro do Movimento dos Desapropriados de Papanduva²⁷⁴ não estavam somente os desapropriados diretos, mas também indivíduos que foram atingidos pelas desapropriações de forma indireta, sejam herdeiros ou cônjuges. É preciso lembrar que entre o início do processo de desapropriação e a constituição do Movimento haviam se passado vinte e nove anos, justificando a expansão no número de envolvidos. Schiochet estima que das 68 famílias desapropriadas, em 1985, havia cerca de 266 herdeiros diretos que formavam um conjunto de 1756 pessoas que foram atingidas de forma indireta.

Em 1985, a Comissão Pastoral da Terra foi convidada a participar de algumas reuniões dos desapropriados e como encaminhamento surgiu a proposta de organização de um acampamento, com objetivo de pressionar para que fossem abertas negociações entre Exército/Estado e os agricultores. Foram marcadas reuniões com o Governador de Santa Catarina, mas esse não recebeu a comissão de desapropriados.

²⁷² GRYNSZPAN, Mario. A questão agrária no Brasil pós 1964 e o MST. In.: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (volume 4) p. 339.

²⁷³ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 143.

²⁷⁴ Emprestamos esse termo de Valmor Schiochet, sobretudo para entender a articulação a partir de 1985, quando os desapropriados/herdeiros passam a contar com o apoio da CPT.

Esse primeiro acampamento sofreu com a pressão dos militares e também com a falta de infraestrutura, como falta de lona para todos, água contaminada com agrotóxicos, falta de comida e de meios de prepará-la. Além disso, o Governo recusou a ajudá-los pois achava que grandes proprietários de terra faziam parte do movimento, o que não era verdade. No dia 29 de setembro de 1985, foi realizada a primeira assembleia geral dos acampados, as assembleias ocorriam sempre aos finais de semana para que todos pudessem participar. No dia 1º de outubro, três deputados que compunham a CPE (Comissão Parlamentar Externa) fizeram uma visita ao acampamento, Francisco Kuster (PMDB), Cláudio Ávila da Silva (PFL) e Dionísio Badim (PDS). Os acampados reivindicaram audiência entre eles e o ministro do Exército e também com o Presidente da República, José Sarney, reivindicaram também melhores infraestruturas para o acampamento²⁷⁵.

Após a visita da CPE, o Governador do Estado de Santa Catarina enviou alimentos e dinheiro para a compra de lonas. Duas semanas após a visita, os acampados foram até Florianópolis pressionar os deputados para que a discussão fosse levada a âmbito federal e que o Governo devolvesse as terras. No dia 20 de outubro começaram as concentrações, que reuniam não somente os desapropriados, mas também outras organizações, sobretudo as religiosas. Essas concentrações tinham caráter religioso-político e na primeira delas foi anunciado que famílias sem-terra poderiam se juntar a eles, uma proposta da CPT com objetivo de aumentar o caráter político do movimento.

Assim, retomamos o que foi exposto anteriormente acerca da religião para Gramsci. O filósofo defendia que a religião tem a mesma influência das ideologias em uma sociedade, podendo ser empregada tanto para oprimir, como para libertar. O trabalho realizado pela CPT, aliando religião e política, visou unir os chamados “pobres” – isto é, aqueles explorados pelo sistema capitalista -, criando uma consciência de que somente juntos poderiam se libertar das opressões. Justifica, assim, a aproximação do MST, mas isso não significava que os desapropriados e seus herdeiros fossem ter novamente suas terras retiradas.

A luta dos desapropriados/herdeiros e a atuação da CPE fizeram com que uma reunião com o então Presidente da República fosse marcada, no entanto, ele apenas ouviu os reivindicantes e prometeu pensar em uma solução. A demora do processo, a pressão

²⁷⁵ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 147.

exercida pelos militares, as condições precárias e a necessidade de voltarem ao trabalho acabaram enfraquecendo o acampamento.

No início de 1986, o INCRA/SC entra em cena. O Presidente da República encaminhou documentação recebida ao MIRAD, que por sua vez, encaminhou para o INCRA/SC, ficando este responsável por encontrar outras terras para permuta com o CIMH. Ainda nesse período, houve um processo de distanciamento entre acampados e CPT, pois assim que os militares aceitaram a permuta, alguns acampados não vieram mais sentido em ocupar o Campo de Instruções Marechal Hermes. Tais discordâncias fizeram com que a Pastoral se afastasse do movimento dos desapropriados, mas acabou voltando e um grupo de acampados decidiu ocupar a sede do INCRA/SC para pressionar sobre a questão da permuta. No entanto, o INCRA/SC disse que não poderia fazer mais nada, dado que já havia apresentado a proposta de permuta e com isso, os ocupantes criaram um novo acampamento, desta vez em frente ao prédio do INCRA²⁷⁶.

Em maio desse mesmo ano, o Movimento redigiu um termo de compromisso em que o Exército/5ª RM se comprometeria oficialmente a encontrar uma solução concreta para o caso. Porém, no dia da reunião destinada à assinatura de tal documento, os militares não aceitaram a presença do representante do Movimento e ele não foi assinado. Isso mostra os entraves que os militares colocavam nas tentativas de conciliação. Schiochet aponta,

Apesar de alguns avanços e obtenção de apoios significativos, os acampados perceberam que estavam três meses acampados em Florianópolis sem obterem uma posição mais definitiva para a solução. Por detrás da aparente movimentação dos órgãos não governamentais e do Exército, o processo de solução continuava emperrado²⁷⁷.

Em um relatório organizado pela Coordenadoria de Conflitos Agrários, sobre os acampamentos realizados, há uma tabela sobre todos os acampamentos no Brasil²⁷⁸. No Estado de Santa Catarina, são elencados 7 acampamentos, sendo um deles o de Papanduva-SC, com aproximadamente 100 famílias. Mais adiante no mesmo relatório, há uma seção onde é explicitada a situação atual destes acampamentos, sobre o de Papanduva, é dito que houve dois, um em 1985 e outro em 1986, nas proximidades do

²⁷⁶ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 154.

²⁷⁷ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 156.

²⁷⁸ COORDENADORIA DE CONFLITOS AGRÁRIOS. Sem data. **Acampamentos**: Conflitos de terra, [S. l.], v. III, sem data.

CIMH e próximo à sede do INCRA em Florianópolis respectivamente. Está também relatado que em 27 de julho de 1986, o Bispo da Diocese de Caçador celebrou uma missa diante do portão principal do CIMH, seguida de uma caminhada de protesto que contou com cerca de 300 trabalhadores. Os soldados do CIMH tentaram intimidar os reivindicantes mostrando material bélico pesado que possuíam.

É interessante atentar para o terceiro ponto destacado no relatório da Coordenadoria de Conflitos Agrários, o da missa realizada pelo Bispo da Diocese de Caçador. Nota-se a aproximação da religião, não apenas pelo apoio da CPT, ao Movimento dos Desapropriados. Lucien Goldmann, no livro *O Deus escondido*, trabalha com a noção de “fé” para compreender as matrizes comuns de crenças e políticas religiosas que basearam a afinidade eletiva - termo de Weber - entre o espírito messiânico e o espírito revolucionário presentes no cristianismo da libertação. A fé, então, é um ponto comum tanto das religiões quanto das utopias sociais, segundo Goldmann²⁷⁹. Esse conceito é interessante para pensar a atuação da CPT, que trabalha tanto com a fé cristã quanto com a “fé utópica” social. Assim, essa aproximação religiosa não é, de forma alguma, contraditória.

O acampamento em frente à sede do Incra/SC, em Florianópolis contou com, além do apoio da Comissão Pastoral da Terra, o apoio da CUT, que ajudou fornecendo barracas para que os acampados pudessem ficar. Além disso, o próprio prefeito de Florianópolis, Edison Adrião Andrino de Oliveira ajudou os reivindicantes doando almoço para aqueles que permaneciam no acampamento²⁸⁰. A aproximação tanto da CUT quanto do prefeito municipal de Florianópolis evidencia que houve conhecimento e comoção por parte de outras organizações e mesmo autoridades, ou seja, a luta dos desapropriados de Papanduva-SC não estava invisibilizada. Mas, essas aproximações e apoios nos mostram a influência do Exército nas negociações, mesmo com ajuda de figuras importantes, os desapropriados/herdeiros não conseguiam ter suas demandas atendidas e toda a negociação era barrada pelos militares.

A falta de decisão do governo em relação ao pagamento das indenizações ou à devolução das terras inspirou nos reivindicantes a ameaça de adotarem táticas mais violentas de luta. Ebrahim Gonçalves de Oliveira, uma das lideranças do Movimento,

²⁷⁹ LÖWY. *Ibid.*, p. 63.

²⁸⁰ BRASIL. 20 de julho de 1986. **Situação atual e provável evolução das invasões e acampamentos de trabalhadores rurais sem terra nos Estados do Paraná e Santa Catarina**, [S. l.], p. 1-49, 1986. p. 42-43.

afirmou que durante os 29 anos de luta, todas as táticas adotadas foram pacíficas, mas que, naquele momento, as famílias estavam perdendo a paciência²⁸¹. No entanto, continuaram empregando táticas não violentas de reivindicação. Em carta aberta assinada pela Comissão dos desapropriados endereçada à imprensa, às Entidades que os apoiavam e à comunidade em geral, os desapropriados fazem mais um apelo: “O que queremos é trabalhar e produzir alimentos. Não queremos a guerra. Somos filhos da terra e é da terra que brota a Vida”²⁸². A questão do emprego ou não da violência ressurge, é importante lembrar que a violência que os dominados fazem uso não é a mesma que os dominadores empregam. O uso de mesmas táticas, caminhos, meios, entre outros tanto por dominados quanto por dominadores não tem o mesmo valor e a mesma intenção, portanto, não podem ser equiparadas. Além disso, a própria situação de dominados, por vezes, impede que a violência seja uma alternativa, sobretudo porque sabem que a resposta pode ser bem mais intensa e desproporcional.

Os acampados, observando as intransigências por parte do Exército e já sem muitas esperanças de que pudessem sair vitoriosos, acabaram por abandonar o acampamento nas proximidades do CIMH e alguns desistiram, também, do acampamento em Florianópolis. Ainda em outubro de 1986, o Ministério do Exército comunicou ao MIRAD a escolha por uma região para a permuta, mas que nunca chegou a ser realizada. Com isso, os desapropriados e herdeiros, em reunião realizada no final deste mesmo ano, optaram pela ocupação das terras do CIMH, desta vez não como forma de pressionar, mas sim para ocupar definitivamente as áreas.

Em fevereiro de 1987, cerca de 80 proprietários tentaram ocupar o CIMH, mas os soldados haviam reforçado a segurança e então optaram por armar acampamento fora do campo, mas perto da entrada principal. Nesse mesmo dia, o Exército conseguiu dispersar o acampamento por meio de ação violenta, inclusive pessoas da imprensa que cobriam a ação foram machucadas. Tal ação do Exército foi divulgada em periódicos catarinenses e nacionais, em todos a narrativa é similar, evidenciam a ação truculenta e desproporcional por parte dos militares contra os civis desarmados.

O Diário Catarinense publicou que o Exército dispunha de veículos de grande porte, como blindado cascavel, dois caminhões e dois jipes, bem como de cem soldados.

²⁸¹ JORNAL DE SANTA CATARINA. **Exército não vistoria áreas e o impasse continua em Papanduva**, Blumenau, 2 jul. 1986.

²⁸² COMISSÃO DOS DESAPROPRIADOS. **Acampamento dos desapropriados de Papanduva**. Florianópolis. 15 jul. 1986.

Toda essa estrutura foi usada para desmontar o acampamento que era composto por cerca de 50 agricultores – entre eles mulheres e crianças – que não estavam armados, fazendo com que a ação militar tenha sido rápida²⁸³. No entanto, o Exército justificou a presença de toda essa estrutura pois estavam realizando uma inspeção de rotina e não tinham conhecimento de que os desapropriados/herdeiros iriam tentar ocupar o Campo de Instrução Marechal Hermes²⁸⁴. Ainda,

Lembrando que a entrada dos reforços militares no Campo não resultou em nenhum ferido, o coronel Casali disse, ainda, que os comandantes militares não podem admitir que um grupo de soldados fique sem se alimentar porque os agricultores decidiram que ninguém passava na estrada. ‘A entrada deles no Campo não seria permitida, pois temos que zelar pelas terras. Agora, se os agricultores quisessem, poderiam ficar acampados nas imediações. O que não está certo é colocar trator como obstáculo à nossa passagem’, comentou o coronel²⁸⁵.

Ainda buscando sustentar a narrativa de que o Exército não havia agido de forma truculenta, foi publicado um texto no noticiário do Exército desmentindo uma publicação do Jornal do Brasil, edição de 5 de fevereiro do corrente ano, sob o título “Exército destrói acampamento de lavradores no Sul” e, que segundo o Exército, trazia fatos distorcidos, pois os reivindicantes tentaram “invadir” o CIMH, tendo como resposta uma atitude “serena” por parte dos militares. Além disso, comentam que os próprios desapropriados/herdeiros não concordaram com os valores das indenizações, jogando a culpa pelo não pagamento nesse argumento. Adicionam ainda a “falta de interesse e omissão de vários desapropriados ou sucessores” e a falta de documentação comprobatória da propriedade, sendo assim, expõem que dos 89 processos, 78 foram completamente julgados, 07 sem julgamento definitivo e 04 não foram localizados²⁸⁶.

Os desapropriados/herdeiros, por outro lado, apresentam outra narrativa, também veiculada em jornais. Segundo balanço feito pelos próprios desapropriados que tentaram ocupar o CIMH, apesar do Exército afirmar que tudo ocorreu de forma pacífica e sem violência, três pessoas ficaram feridas, uma com ferimento da baioneta, outra com

²⁸³ DIÁRIO CATARINENSE. **E tudo termina quando soldados entram em ação**, Florianópolis, 4 fev. 1987.

²⁸⁴ O ESTADO. **Tentativa de invasão quase acaba em confronto**, Florianópolis, 4 fev. 1987.

²⁸⁵ DIÁRIO CATARINENSE. **Exército não utilizará violência, afirma coronel**, Florianópolis, 5 fev. 1987.

²⁸⁶ NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO. Campo de Instrução Marechal Hermes – Exército cumpre dever. **Noticiário do Exército**, [s. l.], ano XXX, n. 7197, 11 fev. 1987.

ferimento no pescoço e uma criança caiu do caminhão. Dessa forma, a expulsão ocorreu de forma violenta, segundo os desapropriados²⁸⁷.

Schiochet²⁸⁸ aponta que no dia 5 de fevereiro do mesmo ano, os desapropriados/herdeiros conseguiram uma reunião com um procurador, que os informou que o Exército havia aceitado a permuta, isso inclusive foi veiculado em periódicos de notícias, mas que ainda não haviam escolhido o local, evidenciando uma contradição no processo.

O chefe do gabinete da Procuradoria Geral da República, em Brasília, Cláudio Fontenelle, informou ontem que o Exército optou pela permuta do Campo de Instrução Marechal Hermes. Em outras palavras, isso quer dizer que os militares deixarão a área atual e ocuparão outra. Fontenelle manteve contato telefônico no final da tarde de ontem com a coordenadora do movimento dos desapropriados de Papanduva, Marlene da Rocha, quando esclareceu a situação. O ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves definirá dentro de um mês uma das cinco áreas, do Estado, indicadas pelo Inbra e Mirad para o funcionamento do campo de treinos militares. Ao final da conversa, Fontenelle comprometeu-se com Marlene a enviar um telex oficializando a conversa entre os dois²⁸⁹.

Além dessas contradições, Schiochet aponta para o uso, por parte do Exército, de leis advindas do período ditatorial para conter o Movimento dos desapropriados. Em uma última reunião dos desapropriados/herdeiros com a Procuradoria Geral da República, foi-lhes informado que apesar do Exército ter escolhido uma nova área para a realização da permuta, esta demoraria, pois, a instituição não tinha verba para o pagamento das indenizações. Por fim, o Exército se manifestou sobre a questão,

Afiançando que, por enquanto, o Exército tem obrigação de preservar o imóvel “em cuja posse foi legalmente imitado”, o noticiário continua, em sua primeira página: “Não se cogita, é claro, de simplesmente abrir mão da área, pois não há outra, no Paraná ou em Santa Catarina, que possa ser utilizada para os exercícios de adestramento das grandes unidades sediadas naqueles Estados. Há, pois, além da responsabilidade jurídica uma necessidade de serviço imperiosa²⁹⁰”.

A partir do que foi apresentado, pode-se concluir que a participação da CPT se deu em dois sentidos: prático (organização) e político (estabelecimento de um projeto de

²⁸⁷ JORNAL DE SANTA CATARINA. **Colonos exigem solução imediata**, Florianópolis, 5 fev. 1987.

²⁸⁸ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 164.

²⁸⁹ DIÁRIO CATARINENSE. **Exército vai deixar campo de instrução**, Florianópolis, 6 fev. 1987.

²⁹⁰ O ESTADO DE SÃO PAULO. **Exército se manifesta sobre expulsão em SC**, São Paulo, 14 fev. 1987. p. 2.

reivindicação). Schiochet ressalta que no que se refere à atuação da CPT junto ao Movimento dos Desapropriados, por meio dos relatos colhidos, deixavam os agricultores tomar suas decisões nas assembleias, sem forçarem seu projeto. Contudo, ao se envolver na luta dos desapropriados/herdeiros, a CPT não poderia deixar seu próprio projeto político de lado, por isso, propunha que uma vez que as terras fossem restituídas teria que haver uma nova partilha, pautada na “justiça social”²⁹¹. Algumas entrevistas realizadas com integrantes da CPT revelam que eles se preocupavam com aqueles que estavam ali lutando por um pedaço ínfimo de terra e que mesmo que conseguissem reaver ainda estariam em situação de vulnerabilidade. Essa proposta da CPT não foi bem aceita por todos, principalmente aqueles que eram proprietários de áreas maiores, os conflitos em torno dessa questão foram tão acirrados que a CPT se afastou por um tempo do Movimento.

Quando retornou, sugeriu que para dar um caráter mais político às reivindicações, famílias sem-terra pudessem se integrar ao acampamento.

Quanto à abertura do acampamento para a entrada de sem-terra, o Movimento acatou a proposta da CPT/SC, porém, lhe deu um caráter próprio. A família de sem-terra seria admitida no acampamento desde que determinado desapropriado/herdeiro se responsabilizasse por ela. Ou seja, respondesse perante o Movimento pelos antecedentes “idôneos” da família e se comprometesse em conceder parte da sua área, caso fosse devolvida, para essa família sem-terra.

A aproximação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao Movimento dos Desapropriados de Papanduva-SC não foi bem recebida por todos. Havia o medo, por parte dos desapropriados/herdeiros, de que perdessem novamente as terras que estavam tentando reconquistar, pois acreditavam que o MST as tomaria deles. Esse receio por parte dos agricultores de Papanduva-SC pode ser explicado pela ideia difundida de que os sem-terra tomariam as propriedades alheias. No entanto, essa concepção não passa de uma certa ideologia imposta pela classe dominante para que as massas não consigam se organizar e cooperarem juntas, mantendo-as, assim, em situação de dominação. A Comissão Pastoral da Terra, por outro lado, atuou em sentido contrário, buscando desmobilizar essa ideologia imposta por aqueles que dominam e organizar a classe explorada.

²⁹¹ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 195.

4.2.2 Mobilização da memória como possibilidade de construção de identidade e luta

Entendemos, aqui, a mobilização da memória sobre o Movimento do Contestado (1912-1916) como uma estratégia empregada pela Comissão Pastoral da Terra para conferir sentido, identidade e caráter político à luta do Movimento dos Desapropriados de Papanduva-SC, na segunda metade da década de 1980. Dessa forma, pensaremos essa mobilização a partir de alguns elementos, são eles: relação entre memória e identidade, o conceito de *composure*, como memórias de lutas são mobilizadas em momentos de organização e, por fim, o mito do Contestado.

Valmor Schiochet em sua dissertação de mestrado propõe, entre tantas outras, uma discussão pertinente para nossos objetivos, que é sobre a construção da identidade do Movimento de Desapropriados de Papanduva. No Movimento dos Desapropriados de Papanduva não estavam somente os desapropriados diretos, mas também indivíduos que foram atingidos pelas desapropriações de forma indireta, sejam herdeiros ou cônjuges e filhos. É preciso lembrar que entre o início do processo desapropriatório e a constituição do Movimento haviam se passado vinte e nove anos, por isso essa expansão no número de envolvidos. Schiochet comenta,

Para melhor caracterizar este grupo social de desapropriados/herdeiros, realizei um levantamento das principais atividades econômicas por eles desenvolvidas. Não é uma caracterização classista (no sentido marxista), mas relevante para diferenciar as posições sociais assumidas pelo grupo: atividades rurais (26,4%), atividades urbanas (58%), atividades integradas (7,1%), não informaram (8,3%)²⁹².

Para compreender o Movimento dos Desapropriados, não podemos nos restringir somente à sua base social, mas essa mostra-nos dados importantes, pois a maioria daqueles que aderiram à luta eram pequenos proprietários, agregados, isto é, os pobres que não conseguiram reconstruir suas vidas após a desapropriação. Dessa forma, pode-se dizer que a base social do Movimento era composta pela classe popular. Mas quais elementos permitiram a identificação desse grupo?

É importante destacar a atuação de agentes externos, como por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra para a construção da identidade do Movimento. A concepção

²⁹² SCHIOCHET. Ibid., p. 167.

classista da CPT restringiu a participação no Movimento somente daqueles que eram pequenos proprietários de terras. Dessa forma, ficaram excluídos os desapropriados/herdeiros que não se caracterizavam como classe popular. Isso fez com que os menos favorecidos percebessem que tinham carências em comum, no entanto esse processo não foi simples, pois, para a maioria dos desapropriados/herdeiros a lei era o que definiria seus direitos, mesmo que esta por vezes buscasse tolhi-los²⁹³.

A CPT precisou gestar a semente da identidade coletiva no grupo para que esse pudesse partir para a luta por seu direito à terra. Mas, para explicar a eclosão do Movimento dos Desapropriados de Papanduva apenas a identificação coletiva não basta, Schiochet ressalta também o processo da construção da percepção de que o projeto de luta elaborado pudesse surtir efeitos, outro elemento foi o das discussões acerca da realidade daqueles desapropriados/herdeiros²⁹⁴. O Movimento dos Desapropriados não se constituiu logo que começaram as reuniões com a CPT, segundo Schiochet isso só foi possível com os acampamentos de fato. Outro ponto que deve ser considerado é o contexto favorável para manifestações, principalmente porque vários movimentos no campo estavam se fortalecendo, por exemplo, os vários assentamentos do MTRST em Santa Catarina.

No entanto, Schiochet, apesar de comentar sobre, ignora um ponto que nos parece interessante na constituição da identidade do Movimento dos Desapropriados de Papanduva-SC, o elemento simbólico religioso. O nome escolhido para o acampamento foi o de São João Maria, um monge andarilho da região, que esteve ligado ao conflito do Contestado, e acreditava-se que fazia curas, milagres e profecias. Tal figura estava presente na memória dos desapropriados/herdeiros, bem como as profecias feitas por ele, um dos entrevistados por Schiochet, inclusive comenta sobre uma das profecias, que de acordo com ele fazia referências às desapropriações, “Ele contou uma passagem que ia acontecer aqui. Ele disse prá não brigarem por terra, porque os botinha vinham e voltavam e a terra eles não levam. Que aqui ia ter muito pasto e pouco rasto. Eu creio que é nessa agora. (acampado)”²⁹⁵.

Essa presença de elementos simbólico-religiosos pode ser explicada tanto pela cultura religiosa dos próprios desapropriados, como também pela atuação de entidades religiosas, vide a própria CPT. A Igreja e a Comissão Pastoral da Terra atuaram no sentido

²⁹³ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 174.

²⁹⁴ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 178.

²⁹⁵ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 206.

de tentativa de politização do Movimento a partir da religião. A CPT usou desses elementos simbólico-religiosos já presentes na memória dos desapropriados/herdeiros, sobretudo do conflito do Contestado, para introduzir um conteúdo crítico-político, de conscientização e politização do Movimento, dando um significado à luta em torno da terra.

Portanto, considero que a presença da ‘questão do Contestado’ no Movimento dos Desapropriados se fez presente nessa dimensão mais simbólica-religiosa por parte de seus sujeitos, a qual foi utilizada pelos mediadores como substrato para elaboração de uma visão crítico-política da realidade²⁹⁶.

Mesmo que Schiochet não considere explicitamente esses elementos simbólico-religiosos como constituintes da identidade dos desapropriados/herdeiros, acredito que podemos pensá-los dessa forma. Segundo Joel Candau, memória e identidade são noções ligadas entre si. É impossível a existência de identidade sem a memória, o contrário também não pode existir, não há memória sem identidade, pois é a nossa identidade que nos fornece os aparatos para conferirmos significação às nossas lembranças.

Além disso, quando se pensa no coletivo, a identidade de determinado grupo se dá quando se pressupõe a existência de uma memória partilhada²⁹⁷, como é o caso dos agricultores que compunham o Movimento dos Desapropriados e o acampamento São João Maria. O antropólogo francês salienta que são elementos em comum que estimulam a cooperação entre indivíduos, "Podemos, assim, subordinar as estratégias identitárias e memoriais às estratégias cooperativas interpretando as primeiras como produtos derivados das segundas. Os laços de identificação e de partilha memorial seriam a consequência dos laços de cooperação"²⁹⁸. O próprio Schiochet ressalta em seu texto que o monge fazia parte da “memória histórica” dos desapropriados e herdeiros, visto, como já mencionado, nas profecias e também nas “suas [dos acampados] idas ao Campo da Cruz, para levarem flores e rezarem”²⁹⁹.

Podemos, também, entender a utilização do nome de São João Maria para nominar o acampamento a partir do conceito de *composure* pensado por Alistair Thomson e usado para definir o processo de elaboração da memória. Thomson aborda,

²⁹⁶ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 207.

²⁹⁷ CANDAU, Joel. Memórias e Amnésias Coletivas; Áreas da Antropologia da Memória. In.: **Antropologia da Memória**. Instituto Piaget: Lisboa. 2013. p. 143.

²⁹⁸ CANDAU. *Ibid.*, p. 205.

²⁹⁹ SCHIOCHET. *Ibid.*, p. 205.

Por um lado, “compomos” (compose) ou construímos memórias usando a linguagem e significados públicos da nossa cultura. Por outro, compomos memórias que ajudem a nos sentirmos relativamente confortáveis com nossas vidas e que nos dêem um sentimento de serenidade (composure)³⁰⁰.

Se considerarmos o sentimento de serenidade proveniente da noção de *composure*, como apontado por Alistair, em relação à memória dos desapropriados/herdeiros, entendemos que estes compreendem o conflito ocorrido no início do século XX como algo importante para a região, algo que vale a pena ser lembrado, principalmente naquele contexto de lutas e reivindicações. Importante lembrar que a memória do Contestado é uma memória herdada e pode inclusive ser uma memória de um acontecimento “vivido por tabela”, tal como o exemplo citado por Michael Pollak sobre os capacetes pontudos³⁰¹, pois seria impossível que mesmo os desapropriados mais velhos se lembrassem do conflito de fato e alguns nem eram nascidos.

Valendo-se desse elemento simbólico-religioso já presente na memória histórica dos desapropriados/herdeiros, no que diz respeito à atuação da Comissão Pastoral da Terra no sentido de mobilizar essa memória histórica sobre o Contestado para conferir conteúdo crítico-político, de conscientização e politização do Movimento, devemos lembrar que tanto a memória quanto a identidade são valores disputados³⁰². Nesse caso, a CPT, enquanto entidade que estava habituada a lidar com organização de movimentos de luta no campo, entendeu como oportuno usar de uma memória presente em toda a região para dar sentido à luta que estava sendo travada ali. Soma-se a isso o fato de que a CPT havia sido convidada pelos desapropriados/herdeiros a participar das reuniões para ajudá-los na organização e em novas táticas de reivindicação, o trabalho com a memória do Contestado pode ser entendido como uma maneira de tentar organizar e unificar o grupo, pois como aponta Pollak, essas são algumas funções da memória³⁰³.

Dessa forma, percebe-se que a memória herdada sobre o conflito do Contestado é elemento presente entre os desapropriados/herdeiros de Papanduva e, ao nomearem o acampamento, método de reivindicação mais direto e de maior pressão, com o nome de

³⁰⁰ THOMSON, Alistair. **Memórias de Anzac** - colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. 2001. p. 86.

³⁰¹ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. p. 202.

³⁰² POLLAK. *Ibid.*

³⁰³ POLLAK. *Ibid.*, p. 207.

um dos monges do Contestado, podemos entender isso como sendo parte da composição (*composure*) da memória por parte dos agricultores a partir de seu presente. Retomando elementos que pudessem conferir serenidade em meio ao ambiente de luta e reivindicações que estava estabelecido ali. Por outro lado, na memória do Contestado, a Comissão Pastoral da Terra viu uma oportunidade de construção de identidade para o Movimento, além de poder atribuir caráter mais político de luta pela terra e contra as violências por parte do Estado/Exército contra camponeses, sofridas tanto por aqueles do Contestado quanto pelos de Papanduva. Então, é por meio da memória de uma luta com aspectos, de certo modo, bastante parecidos com a dos desapropriados/herdeiros que a CPT buscou conferir sentido a suas reivindicações.

O folheto produzido pela Comissão Pastoral da Terra - SC, para a 2ª Romaria da Terra - SC, ocorrida em Papanduva, em 13 de setembro de 1987, ajuda-nos a entender como a CPT-SC tentou mobilizar a memória sobre o Contestado com fins de conferir sentido à luta dos desapropriados/herdeiros. Intitulado *Terra de Deus, direito dos trabalhadores*, o folheto, na capa, apresenta um desenho de uma manifestação, em que em meio às pessoas vê-se uma cruz, elemento simbólico que faz referência à religião, concatenando assim dois elementos importantes da atuação da CPT.

O documento é composto por 7 páginas, na primeira, isto é, a capa, além do que foi descrito anteriormente, também consta a prece da romaria, que combina elementos religiosos e críticas à situação dos trabalhadores rurais e urbanos, denunciam explorações vindas do Estado, das multinacionais e do latifúndio.

No folheto, é contada a história do rei Davi como forma de mostrar como Deus não abandona seu povo. Há, também, uma explicação sobre o que são as romarias e seus objetivos, um deles é o de celebrar a luta pela terra. Não há locais fixos para que essas romarias ocorram, geralmente têm lugar em regiões onde se estão travando lutas pela terra, nesse caso, Papanduva-SC. É exposto no texto, que no ano anterior a romaria havia ocorrido em Taquaruçu, “cidade santa do Contestado”³⁰⁴.

Logo em seguida, é feito um breve histórico sobre a situação em Papanduva-SC, desde a venda das empresas de Farquhar para implementação do Campo de Instrução Marechal Hermes, passando pelas desapropriações para a expansão da área do CIMH. Também expõe as ilegalidades cometidas, como o não pagamento das indenizações e o caso da prisão do Pastor Werner Fuchs. Termina comentando sobre a organização dos

³⁰⁴ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - SC. *Terra de Deus, direito dos trabalhadores*. Florianópolis: CPT-SC, 1987. 7 fls. p. 2.

desapropriados/herdeiros, por meio dos acampamentos, para pressionar as autoridades reivindicando a posse das terras.

Destacamos o item 4, intitulado *A resistência ao poder do capital*, que tem um subtópico cujo nome é *Ontem a Brazil Railway Company - O Contestado*, fazendo uma retomada sobre o Conflito do Contestado (1912-1916), que, entre outras motivações, ocorreu devido à instalação da empresa norte-americana Brazil Railway Company, responsável pela criação da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. A chegada da empresa e da estrada de ferro só foi possível devido a desapropriações que ocorreram no Planalto Norte Catarinense. Terminam essa parte com o seguinte trecho:

Com a instalação do capital estrangeiro, a Lumber, explorou exaustivamente as grandes reservas florestais, expulsou antigos posseiros da região com a aprovação do governo e de inúmeros coronéis e por meio de seu Corpo de Segurança. Assim, o capitalismo internacional criou aqui uma multidão de miseráveis famintos, mascarando cerca de 20.000 vidas. **Porém, nunca conseguiu matar o ideal de liberdade e fraternidade do povo caboclo de nossas terras. O capital criou mártires. Os mártires criaram o mito. E o mito jamais se poderá matar!**³⁰⁵ [grifos nossos].

Aqui, vê-se como a memória do Conflito do Contestado é mobilizada pela Comissão Pastoral da Terra. Nas romarias não participavam somente os desapropriados/herdeiros, mas também outras pessoas que se solidarizavam com a luta. Dessa forma, percebe-se como a memória sobre o Contestado e uma tentativa de relacioná-la à luta de Papanduva não acontecia somente no âmbito dos acampamentos, como exposto por Valmor Schiochet.

Este acontecimento nos faz pensar sobre o exemplo da greve dos trabalhadores de Terni, em 2004, estudada por Alessandro Portelli³⁰⁶. O autor realizou diversas entrevistas com os grevistas empregando a metodologia de História Oral e, segundo um dos entrevistados, Claudio Ruco, a memória sobre outro acontecimento envolvendo a “aciaria” estava ainda muito presente. Foi quando, em 1953, a Terni demitiu mais de 2 mil funcionários, o que desencadeou conflitos durante três dias.

³⁰⁵ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-SC. Ibid., p. 6.

³⁰⁶ PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In.: FERREIRA, Marieta; ARMADO, Janaina. (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV. 2000.

A luta dos trabalhadores de Terni, desde o começo teve um caráter radical e desesperado, os trabalhadores bloquearam as rodovias que davam acesso à cidade e ameaçaram fisicamente os integrantes do grupo alemão Thyssen-Krupp. Apesar do caráter extremo da reação dos operários, a população geral ficou do lado deles. As demissões não foram compreendidas somente enquanto ataques aos trabalhadores, mas sim contra toda a cidade. A memória histórica do fatídico ano 1953 teve um papel fundamental na luta dos trabalhadores, pois lhes deu - e à cidade como um todo - um sentido e uma identidade, criando uma sensação de unidade. Claudio Ruco comenta, em entrevista a Portelli, que acredita que toda a união ocorreu porque a fábrica fazia parte da cidade, tanto simbólica quanto fisicamente³⁰⁷.

Partindo desse exemplo, podemos considerar que ao abordar sobre o Contestado no folheto distribuído durante a Romaria pela Terra, a Comissão Pastoral da Terra tentou reavivar a memória histórica de toda a população engajada com a luta dos desapropriados. A memória histórica do Contestado mobilizada no folheto pode ser compreendida como forma de conferir um sentido de identidade e unidade para a luta, a partir daquilo que os agricultores já conheciam, assim como os grevistas de 2004, estudados por Portelli, fizeram com a memória da greve de 1953. Porém, diferente dos operários de Terni, no caso dos desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC, tal mobilização da memória não partiu da base, mas sim de uma entidade externa àquela população.

Por fim, é interessante notar as seguintes frases presentes no trecho destacado anteriormente: "O capital criou mártires. Os Mártires criaram o mito. E o mito jamais se poderá matar!", a concepção do Contestado enquanto mito, apesar de não ser recorrente, é representada no discurso da CPT como símbolo da resistência. Portelli aponta que "um mito não é uma narrativa unívoca, mas uma matriz de significados, uma trama de oposições: depende, em última análise, de o individual ser ou não percebido como representativo do todo, ou como uma alternativa para o todo"³⁰⁸. Dessa forma, a retomada do ocorrido na região do Contestado no início do século XX, pode ser entendida, também, como uma tentativa de estabelecer certa continuidade das violências cometidas contra a população rural de Santa Catarina, mas também a resistência daqueles que por elas são afetados.

Dessa forma, podemos concluir que a memória do Contestado se fez presente no momento em que os desapropriados/herdeiros estavam adotando práticas de

³⁰⁷ PORTELLI. *Ibid.*, p. 17.

³⁰⁸ PORTELLI. *Ibid.*, p. 12.

reivindicação mais diretas, isto é, a partir dos acampamentos. É perceptível sua importância simbólico-religiosa para aqueles indivíduos, dado que escolheram o nome do monge São João Maria para representar o acampamento. Ao analisar o que Valmor Schiochet conseguiu levantar durante seu período de trabalho de campo acompanhando o Movimento, podemos perceber que a retomada de tal memória naquele momento pode significar uma tentativa de construção de identidade da luta e da própria organização dos agricultores, pois como afirma Joel Candau, memória e identidade são noções profundamente ligadas entre si.

Cabe ressaltar que a memória sobre o Contestado não é uma memória direta, mas sim uma “memória herdada”, para usarmos um conceito de Michael Pollak. Tal concepção em conjunto com a noção de *composure*, pensada por Alistair Thomson, permite-nos entender como os desapropriados/herdeiros se relacionam com uma memória sobre um acontecimento no qual não estiveram presentes, mas que é muito forte na região por ele afetada e onde se localizava a cidade de Papanduva-SC. A própria cidade onde estavam localizados tem relação direta com o conflito do Contestado, pois esta só passou a fazer parte do Estado de Santa Catarina após o término das disputas. Assim, ao escolherem denominar o acampamento a partir de uma personagem bastante quista na região, entende-se essa memória herdada como sendo apreendida de forma reconfortante pelos agricultores e fazendo sentido para o que estavam vivenciando.

No entanto, a mobilização de tal memória de forma mais prática não se deu necessariamente por meio dos desapropriados/herdeiros, mas sim por meio de uma organização externa a eles, a Comissão Pastoral da Terra - SC. A CPT-SC havia sido convidada pelos desapropriados/herdeiros a participar das reuniões e auxiliá-los em uma melhor organização, dado que a entidade político-religiosa já vinha atuando nesse quesito em outros casos. Dentre as diversas formas destacadas por Schiochet, ressaltamos o ponto da mobilização da memória do Contestado, realizando o trabalho da memória, que de acordo com Pollak é o de conferir identidade e unidade a um determinado grupo. Além de promover um caráter mais político à luta que estava sendo empreendida.

Através de uma breve análise do folheto da 2ª Romaria da Terra de Santa Catarina, pudemos perceber melhor como a memória do Contestado está apresentada pela CPT e que esse trabalho de ligar o conflito à luta do Movimento dos Desapropriados de Papanduva-SC ultrapassou os limites físicos do acampamento. Pode-se entender que a Comissão Pastoral da Terra tentou, por meio da evocação de uma memória bastante

presente na região, chamar mais pessoas para comporem o Movimento e atentarem-se às injustiças que estavam sendo cometidas ali.

Colocar o Contestado enquanto um mito de resistência fornece, a partir de uma matriz de significados já estabelecidos pelos indivíduos, uma representação do todo que se está tentando construir, isto é, de todos aqueles que habitavam a região e/ou se revoltavam com a sucessão de violências e injustiças cometidas contra os agricultores do planalto norte catarinense. Ao retomar o Contestado, pode parecer também que há uma tentativa de mostrar as permanências de desrespeito aos direitos dos grupos do campo, pois mesmo cerca de 70 anos após, no mesmo local, outro grupo de agricultores foi desapropriado e sofreu com a violência do Exército/Estado.

Retomamos, aqui, o estudo realizado por Portelli. Tanto a partir do caso dos operários de Terni quanto dos desapropriados de Papanduva, percebe-se que em momentos de luta e reivindicação de direitos são retomadas memórias de acontecimentos análogos, com fins de conferir identidade e sentido ao grupo. No entanto, no caso dos agricultores há um elemento de diferente, que é a atuação de uma organização externa como mobilizadora mais ativa dessas memórias, mas o que não significa que o Contestado não fosse lembrado como acontecimento importante para os próprios desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC.

No entanto, a memória do Conflito do Contestado também foi mobilizada pelos próprios militares do Campo de Instrução Marechal Hermes. Em uma placa em exibição no CIMH, é possível ler “Nestas terras um dia contestadas, o CIMH...”³⁰⁹. Além disso, em vídeo de apresentação do CIMH, publicado no *Instagram*³¹⁰, é comentado que em uma região onde, um dia, foi palco para o Movimento do Contestado, hoje serve para treinamento militar tendo por objetivo final a proteção da pátria, tendo como lema a seguinte frase: “Nesta terra um dia contestadas, o Exército treina para defendê-las”. Vê-se, então, como a memória sobre o Contestado é mobilizada pelas forças da 5ª Região

³⁰⁹ 5ª DIVISÃO DO EXÉRCITO. **O Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH), Três Barras/SC, é uma organização militar do Exército Brasileiro, responsável por sediar exercícios de adestramento.** A organização militar é considerada a maior entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, com 9.700 hectares e tem a capacidade para receber pouco mais de 7 mil militares em cada exercício de adestramento. 11 out. 2021. Facebook: @5deexercito. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=438722170930948&set=a.121818055954696>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

³¹⁰ 5ª REGIÃO MILITAR. **O Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH), em Três Barras-SC, comemora neste dia 10 de setembro 69 anos de existência a serviço das tropas do Exército.** Três Barras. 10 set. 2021. Instagram: @5rm_exercito. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CTpF1v0lqip/?utm_source=ig_web_copy_link&fbclid=IwAR396sAXRkUYkaKecbjlTTt5E78kTxqppVixgVaxZQX9-Gfh_yuVIIUK68I. Acesso em: 12 jun. 2023.

Militar para legitimar sua presença ali e reafirmar a importância do trabalho realizado no Campo de Instrução Marechal Hermes. Assim como essa memória foi mobilizada como elemento propulsor de luta, o é também em prol de justificar a presença daqueles que oprimem e fica o questionamento, defender aquelas terras contra quais ameaças?

4.2.3 Tornar a violência invisível, visível

Quando se trata de grupos subalternos e seu local na sociedade, não se pode deixar de tratar da invisibilidade desses sujeitos. Ao adicionarmos a questão da violência direcionada a esses grupos, como comentado nos capítulos anteriores, esta mesma assume um caráter de invisibilidade. O que pretendemos, aqui, é evidenciar um outro meio pelo qual a Comissão Pastoral da Terra agiu em apoio aos desapropriados e herdeiros de Papanduva-SC. A CPT buscou tornar a violência visível, por meio de denúncias a autoridades, do estabelecimento de parceria com outras organizações e entidades, entre outros. Ainda nesse capítulo, quando tratamos das questões dos acampamentos, ficou notável que o que ocorria em Papanduva-SC não era totalmente desconhecido, tanto da parte de autoridades e instituições quanto da sociedade mais geral, dado que eram veiculadas notícias em jornais de circulação regional e nacional a respeito do caso.

A Comissão Pastoral da Terra, usando da influência que possuía, atuou com as mesmas práticas que os desapropriados/herdeiros, enviando ofícios e telegramas a autoridades pedindo providências para resolver o caso de Papanduva-SC. Um dos documentos que evidencia essa prática é o telex enviado pelo Secretariado Nacional da CPT (Goiânia-GO) ao Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves³¹¹. O remetente pede para que o então Ministro do Exército tome providências imediatas no que diz respeito à devolução das terras férteis ocupadas pelo CIMH aos legítimos proprietários e à suspensão dos processos mantidos na justiça militar contra apoiadores da luta dos desapropriados - Werner Fuchs, caso que abordaremos adiante. Esse mesmo telex foi enviado para outras autoridades, como o Ministro do MIRAD, Dante de Oliveira, além de contar com o carimbo do Washington Office on Latin America.

Sobre a questão da tentativa de ocupação do Campo de Instrução Marechal Hermes, no começo de fevereiro de 1987, houve a troca de correspondência entre a

³¹¹ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – GO. [Telex] sem data, Goiânia [para] Leônidas Pires Gonçalves, Brasília. 1fl.

Secretaria Nacional da CPT e a Assessoria de imprensa da CNBB. Trata-se de telex comunicando a ocupação, por parte de 70³¹² lavradores e de agentes pastorais, das terras do CIMH. Os reivindicantes foram cercados por uma patrulha do Exército, que, por sua vez, aguarda instruções do que fazer. É dito nesse telex também que os agricultores estão determinados a realizar a reintegração de posse de forma pacífica e ordeira.

Em relação à participação dos agentes pastorais na ocupação do CIMH, o telex vem com a seguinte observação: “esta é uma comunicação à CNBB. Na divulgação à imprensa, talvez seja melhor omitir a referência aos agentes pastorais e ao diretor nacional da CPT”³¹³. O que nos faz indagar o porquê de omitir a presença dos agentes pastorais na investida dos desapropriados/herdeiros, ainda mais se levarmos em conta que, como anteriormente explicitado, a CPT adotava a metodologia de “fazer com”, isto é, participar em conjunto com os grupos das ações e atividades decididas. Mas, por outro lado, é interessante a proposta de que o caso fosse divulgado à imprensa, o que realmente ocorreu e os desapropriados puderam contar suas versões dos ocorridos.

Além de ter enviado o telex para que a CNBB tomasse ciência do que estava acontecendo em Papanduva-SC naquele início de fevereiro de 1987, fez o mesmo para outros movimentos. O jornal Diário Catarinense divulgou que a CPT de Florianópolis mandou telex para movimentos ligados ao movimento dos desapropriados, são eles: CNBB Nacional, CUT, CPT Goiânia, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, bispo Luiz Colussi, dom Afonso Niheus, dom Gregório Warmelling, dom Oneris Marchiori³¹⁴. O movimento dos desapropriados de Papanduva-SC contava com o apoio de diversos outros movimentos e organizações, como as que estão elencadas nesse parágrafo, todas elas foram contactadas pela CPT-SC quando da ameaça do Exército ao acampamento dos desapropriados/herdeiros. Isso é importante pois mostra-nos que foi um movimento que recebeu apoio e certa notoriedade – talvez pela própria extensão das organizações que o apoiavam – nos periódicos catarinenses.

Fora a veiculação das notícias em jornais catarinenses, a CPT fez o mesmo no jornal Cheiro de Terra, que era de sua responsabilidade. Publicou um texto sob o título

³¹² Não há uma exatidão quanto ao número correto de desapropriados/herdeiros que tentaram ocupar o CIMH.

³¹³ SECRETARIA NACIONAL DA CPT. [Telex] 03 fev. 1987, Goiânia [para] Assessoria de imprensa da CNBB, [S. l.]. 1fl.

³¹⁴ DIÁRIO CATARINENSE. **Pastoral da Terra diz que houve pressão**, Florianópolis, 05 fev. 1987. p. 22.

“Meu pai precisa plantá, prá nós podê comê”³¹⁵ falando do aniversário de 30 anos da promulgação do decreto desapropriatório nº 40.570. Também, ressalta o caráter violento da desapropriação dos agricultores de Papanduva e reforça o ponto de que o Exército não cumpriu seus deveres, o de proteger a população brasileira de ameaças exteriores, pelo contrário, atacou os próprios cidadãos que deviam proteger. Também relata a tentativa de invasão do CIMH por parte de cerca de 80 desapropriados/herdeiros na madrugada do dia 03 para o 04 de fevereiro de 1987. Às 19h00 do dia 04, chegou perto do acampamento um pelotão com cerca de 200 soldados que destruíram os registros feitos pela imprensa, além disso, ficaram circulando pelo acampamento enquanto portavam baionetas, ameaçando os desapropriados/herdeiros.

É interessante que o caráter violento do Exército contra os desapropriados durante a desapropriação e mesmo posteriormente seja ressaltado, incluindo uma crítica ao dever das Forças Armadas. Porém, deve-se atentar que esse é um discurso veiculado no jornal Cheiro de Terra, de responsabilidade da CPT. Tendo em vista as demais matérias sobre o caso do CIMH, esse em específico toma uma posição bem clara – evidentemente, dado que a CPT ajudou os desapropriados/herdeiros a se organizarem – em comparação aos demais, que buscam sempre relatos dos dois lados da disputa. Mesmo que essas demais mídias busquem uma certa imparcialidade, o jornal é um instrumento forte de construção de um imaginário e de opinião, por isso a importância do caso de Papanduva-SC ter sido veiculado nesses meios.

Por fim, destacamos a “Carta aberta às autoridades e à população”³¹⁶, de autoria de Dom Luis Colussi, Bispo Diocesano de Caçador-SC. A presente carta é oriunda de discussões realizadas entre os dias 09 e 12 de março de 1987, apresenta um breve histórico das desapropriações em Papanduva e, mais especificamente, da luta empreendida pelos desapropriados e seus descendentes. Após várias tentativas de resolução do problema que deram em nada, em 1985, os desapropriados resolveram montar acampamento em frente ao CIMH e outro na frente da sede do INCRA, em Florianópolis. Apesar das autoridades e órgãos competentes dizerem estar do lado dos desapropriados, nada realmente foi feito para que a situação se resolvesse e que os reivindicantes recebessem as terras de volta. Os agricultores relatam sentirem-se desesperados e desanimados.

³¹⁵ CHEIRO DE TERRA. **Meu pai precisa plantá, prá nós podê comê**, Florianópolis, 28 fev. 1987, nº 10, p. 6-7.

³¹⁶ COLUSSI, Luis. [Carta aberta]. 16 mar. 1987, Caçador. 1 fl.

Essa carta evidencia algo que não podemos esquecer, as autoridades e órgãos competentes estavam cientes do imbróglio de Papanduva, não foi um problema desconhecido na época (vide as reportagens nos jornais). Mas até que ponto apenas a divulgação do que ocorria foi importante? Essa pergunta surge, pois, apesar de todos estarem cientes das irregularidades das desapropriações, nada realmente era feito para ajudar os agricultores a reaverem as terras. Além disso, como afirma Löwy,

Uma questão à parte é a atitude dos teólogos da libertação e da ‘Igreja dos Pobres’ com relação à mídia. Há, normalmente, uma grande desconfiança da mídia institucional (TV, rádio e imprensa) considerada instrumento de manipulação do povo pela elite. A crítica à televisão é um tema importante para o cristianismo da libertação, mas ela se dirige ao conteúdo dos programas do que à mídia técnica propriamente dita. No entanto, os teólogos da libertação – ao contrário dos evangélicos e de certos bispos – têm uma certa relutância em fazer uso da televisão como meio de comunicação³¹⁷.

No entanto, o empenho por parte tanto da CPT quanto dos próprios desapropriados de deixarem a questão pública, seja através da imprensa, de passeatas, reuniões pode ser considerado de grande importância para que a questão não se tornasse invisível aos olhos da sociedade e puderam usar esses meios considerados como formas de manipular a população como instrumento de luta.

Nessa carta aberta escrita por Dom Luis Colussi é pedida justiça para o caso de arbitrariedades por parte do Exército contra três civis, são eles: o Pastor Werner Fuchs, Hamilton Gonçalves de Oliveira e Edilson Gonçalves de Olivera. Analisaremos, a seguir, esses casos.

4.3 CASO DO PASTOR WERNER FUCHS E CASO DE EDILSON GONÇALVES DE OLIVEIRA E HAMILTON GONÇALVES DE OLIVEIRA

Na luta pela terra, os camponeses enfrentam muitas adversidades, mas a principal é a violência. Essa violência não atinge somente aqueles que estão diretamente relacionados à luta, mas também aqueles que se propõem a ajudá-los, como líderes de sindicatos, bispos, freiras, padres, advogados, entre outros. O que aconteceu com o Pastor Werner Fuchs pode ser considerada como uma violência oficial, isto é, o próprio Estado, através do Exército esteve envolvido.

³¹⁷ LÖWY. Ibid., p. 108.

No dia 23 de julho de 1986, em comemoração ao “Dia do Lavrador” foi realizada uma passeata pelas ruas do centro de Curitiba-PR, que culminou em um ato público na frente do Palácio Iguçu. Nesta ocasião, o pastor luterano Werner Fuchs, então coordenador da Comissão Pastoral da Terra-PR, proferiu um discurso criticando o Exército Brasileiro. As críticas de Fuchs estavam destinadas, principalmente, à posição dos militares em relação ao caso que se desenrolava em Papanduva-SC. O pastor chegou a dizer que “o Exército Nacional é pior que ladrão de galinhas, é ladrão de terras. E depois dizem que é a Igreja e os Partidos ou grupos radicais que incentivam o povo a ocupar e invadir terras” e chamou a todos a entrarem nas terras ocupadas pelo Campo de Instrução Marechal Hermes caso a situação não se resolvesse. O pastor estava acompanhando a questão de Papanduva-SC, inclusive, segundo relato de uma das lideranças, Ebrahim Gonçalves de Oliveira, o pastor havia visitado o acampamento dos desapropriados em dezembro de 1985.

Ao tomar ciência de tais declarações, o então Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, mandou instaurar um Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar o ocorrido e incriminar Werner Fuchs pelo crime de ofensa às Forças Armadas. O pastor foi, então, acusado por divulgar fatos inverídicos, ofendendo a dignidade e abalando a credibilidade das Forças Armadas, incurso no Art. 29 do Código Penal Militar.

No dia 26 de maio de 1987, realizou-se o julgamento de Werner Fuchs, em que foi unanimemente condenado a 5 meses de detenção, com direito a *sursis* pelo prazo de dois anos. O julgamento havia começado às 14 horas e a condenação só foi divulgada às 19h. Fuchs, ao receber a pena, comentou que isso já era esperado e que a demora para que divulgassem a decisão se motivou para que tal notícia não fosse pauta nos jornais de horário nobre. Além disso, tal decisão também representa o “primeiro recesso na Nova República”, mas que já esperava isso vide o que o Exército faz com os pequenos e médios agricultores em Papanduva-SC. O teor da fala do Pastor Werner Fuchs ao receber a sentença é bastante interessante, pois evidencia um pouco do contexto em que se deu o caso, isto é, logo após o processo de abertura democrática e o estabelecimento da chamada “Nova República”. Além disso, vê-se a permanência de um sistema jurídico que contribui para que os dominados continuem dominados e para que os dominadores conservem seus poderes.

A mobilização em apoio e defesa de Werner Fuchs teve início já no dia anterior a seu julgamento e contou com figuras importantes da política e movimentos sociais. No dia 25 de maio, cerca de dez pessoas, portando instrumentos musicais, deram início à

vigília em frente da sede da auditoria da 5ª Circunscrição Judicial Militar (CJM). Entre os manifestantes foi identificado Gilberto Carvalho, então presidente regional do Partido dos Trabalhadores (PT).

A condenação de Fuchs foi amplamente divulgada, tanto em meios nacionais quanto internacionais.

6. A partir da instauração do IPM e, principalmente, após o início do processo contra o Pastor WERNER FUCHS, diversas entidades e personalidades, inclusive políticas, ligadas às questões de terras, sindicais e de direitos humanos, desencadearam uma série de manifestações de protesto contra seu indiciamento. Foi criado, em CURITIBA/PR, o ‘Comitê de solidariedade ao pastor WERNER FUCHS’, que funciona no mesmo endereço da sede da Comissão Pastoral da Terra (CPT), naquela Capital. Representantes desse Comitê promoveram contatos com políticos e autoridades estaduais e federais, na tentativa de angariar adeptos à causa e à defesa do Pastor, bem como arrecadar dinheiro para financiar sua defesa. Paralelamente, religiosos das Igrejas Católica e Evangélica de Confissão Luterana no Brasil empenharam-se na divulgação, para o exterior, de uma versão distorcida dos fatos que envolveram o Pastor WERNER FUCHS, e as condições porquê e como foi processado³¹⁸.

Um documento do Exército, marcado como confidencial, trazia informações sobre uma carta datada de 04 de fevereiro de 1987, endereçada à Embaixada do Brasil na Alemanha, escrita pelo Dr. Hansotto Hahn, diretor da obra diaconal da Igreja Evangélica da Alemanha. Dr. Hahn solicitava esclarecimentos por parte das autoridades brasileiras sobre os procedimentos dos militares contra civis³¹⁹.

Além do envio de cartas e documentos denunciando a condenação de Fuchs, foram organizadas atividades com o mesmo objetivo. Uma delas foi uma romaria organizada pela Comissão Pastoral da Terra-SC, em setembro de 1987. Nesta romaria, foram distribuídos panfletos³²⁰ denunciando o caso de Fuchs e de outros dois civis também condenados por tribunal militar, além de denunciar o que estava acontecendo em Papanduva-SC e em outras regiões de atuação da CPT. O panfleto também apresentou a linha que a Pastoral segue, trazendo elementos da libertação que seria conduzida pelos “pobres” do mundo através de movimentos populares, associações, sindicatos e partido

³¹⁸ MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Conflito pela posse e uso de terra em Papanduva-SC** – Pastor Werner Fuchs. 1987. 4 fls.

³¹⁹ MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Conflito de terra em Papanduva-SC** – Pastor Werner Fuchs, 01 jun. 1987. 2 fls.

³²⁰ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – SC. Ibid.

político. No panfleto, a terra, pela qual lutavam, é apresentada como fonte de vida e não como mercadoria.

Sobre o caso de Fuchs, o panfleto apresenta:

3. Pastor Werner Fuchs: primeiro exilado político da Nova República: Na noite de 26 de maio passado foi condenado pela Auditoria Militar de Curitiba a seis meses de prisão, com suspensão condicional de pena por dois anos, o Pastor Luterano Werner Fuchs. Werner Fuchs iniciou sua caminhada nos anos 70 no sudoeste paranaense na luta com os atingidos pelas desapropriações de Itaipu. Junto com Miguelzinho iniciaram a discussão e organização do MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste. Seu nome e luta são reconhecidos em todos os setores da sociedade paranaense e brasileira: em 1982 recebeu, da Assembleia do Paraná, Menção honrosa por seu trabalho e luta junto da CPT – Comissão Pastoral da Terra do Paraná, em especial no caso dos desapropriados de Itaipu. É também reconhecido no exterior por seu trabalho em prol dos oprimidos. Recebeu inúmeras moções de apoio e solidariedade das mais diversas entidades e personalidades da Alemanha Ocidental, Itália, França e Estados Unidos da América no período que antecedeu ao julgamento. Foi coordenador da CPT-PR durante sete anos por designação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB)³²¹.

A condenação de Fuchs representou uma condenação ao direito de organização e de luta. Esse foi um dos motivos pela revolta com a condenação do pastor, tendo sido muito ressaltado o contexto em que isso aconteceu, isto é, a “Nova República”. Percebe-se, então, a quebra de uma expectativa de que esse novo momento político trazia.

Essa revolta culminou também na criação de um comitê de solidariedade ao Pastor Werner Fuchs, era compostos por: Claus Germer do PT; Elias da ASSINTEC (Associação Interconfessional de Educação de Curitiba); Cinésio Barbosa do CDDH (Centro de Defesa dos Direitos Humanos); Deomar de Tal (Membro do Comitê); CPT; Federação dos Bancários; Sindicato dos Sociólogos; MST; CUT; PT. Essa rede de solidariedade pode ser explicada da seguinte maneira:

As articulações não objetivam ficar em um terreno restrito, e sim obter visibilidade através da mídia, buscando atingir a sociedade de modo a fazer pressão política. Um exemplo disso é a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, realizada em 2005, saindo de Goiânia em direção a Brasília. Essa marcha foi organizada por articulações de base como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o MST, e outras transnacionais como a Via Campesina. Além dessas ações, também são realizadas articulações com universidades, igrejas e comunidades³²².

³²¹ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – SC. Ibid.

³²² BASTOS. Ibid., p. 84.

Dessa forma, podemos perceber que as articulações ocorrem tendo em vista o objetivo de conferir maior visibilidade às causas, angariar a simpatia da sociedade em geral e fazer pressão política. Como visto acima, não é incomum a solidariedade entre organizações que se voltam à luta no campo, como a CPT e o MST. Mas é interessante notar que mesmo com todo o apoio e a posição de influência ocupada por Werner Fuchs, estes não foram fatores inibidores para que o Exército condenasse o pastor. A seguir, veremos o caso de dois primos filhos de agricultores desapropriados de Papanduva-SC, esses, ao contrário de Fuchs, não tinham influência e contatos importantes, mas receberam também apoio e solidariedade das mesmas organizações que Fuchs.

Na manhã do dia 02 de março de 1987, os primos Edilson Gonçalves de Oliveira e Hamilton Gonçalves de Oliveira estavam cuidando da criação de porcos – em alguns relatos é dito que os jovens estavam nadando no rio Papanduva, marco das divisas das terras da família e do CIMH –, por volta de meio dia, alguns soldados entram no terreno da família e pedem para que os dois rapazes adentrassem a área do CIMH para responder algumas perguntas, os dois negaram. Na narrativa dos militares, foi dito que Edilson e Hamilton haviam ultrapassado os limites da área privativa da 5ª Região Militar e sabiam disso, conforme consta na denúncia redigida pelo Procurador Militar Péricles Aurélio de Queiroz³²³.

Edilson conseguiu fugir e foram disparados dois tiros contra ele, segundo relato de Ebrahim Gonçalves de Oliveira, seu pai. Hamilton Gonçalves de Oliveira foi preso pelos militares fora da área do Campo de Instrução Marechal Hermes. No momento de sua prisão, foi amarrado com cordas de *nylon* pelos soldados presentes, foi também espancado e levado à sede do campo. No CIMH, foi relatado que recebeu tapas do Coronel José Nilton Romero. No dia 03, foi levado a Rio Negro-PR, onde passou por exame médico, que concluiu que o jovem estava apenas com os ferimentos de quando foi derrubado. Lá, ficou na delegacia incomunicável, foi preso sob a justificativa de “desacato à autoridade”. Além disso, sofreu ameaças pois disseram que se alguém tentasse libertá-lo seria eliminado. Hamilton contou com um advogado que o estava ajudando a relaxar a

³²³ QUEIROZ, Péricles Aurélio de. [denúncia] Exo. Sr. Doutor Juiz – Auditor da Auditoria da 5ª circunscrição judiciária militar – denúncia, 09 mar. 1987.

prisão³²⁴. Todas essas informações foram retiradas de um telex enviado pela CPT-SC para a CPT de Goiânia, evidenciando, assim, que o apoio prestado pela Pastoral não se limitou apenas a organizar os desapropriados/herdeiros para lutarem pelas terras, mas atuou também no sentido de denunciar as violências cometidas pelo Exército contra aquele grupo. No final do documento há uma observação, de que fosse enviado telex relatando o ocorrido para o Ministério do Exército, 5ª Região Militar de Curitiba, Presidente José Sarney e MIRAD.

Como anteriormente mencionado, a metodologia de atuação da CPT tem como base a ação coletiva, mas em que os verdadeiros protagonistas das lutas sejam os próprios trabalhadores. No Movimento dos Desapropriados, surgiram algumas figuras de liderança, uma delas era Ebrahim Gonçalves de Oliveira, pai de Edilson Gonçalves de Oliveira. O pai de Hamilton também era visto como uma figura de liderança. É pela proeminência na luta que a família estava sendo perseguida pelos militares. Além disso, Edilson Gonçalves de Oliveira, que estava junto quando Hamilton foi preso, contou, em entrevista ao *Jornal do Brasil*³²⁵, que muito provavelmente os militares se confundiram achando que se tratavam do pai e tios, Ebrahim Gonçalves de Oliveira, Hercídio Gonçalves de Oliveira e Gilberto Gonçalves de Oliveira. Os três ficaram marcados pelos militares após desmentirem o coronel Romeiro em entrevista ao *Jornal do Brasil*, em que provaram que o Exército estava jogando granadas nas áreas dos colonos. Assim como a violência contra o pastor Werner Fuchs pode ser considerada como oficial, tendo envolvimento direto do Estado por meio do Exército, o caso dos primos, principalmente de Hamilton também se encaixa nessa categoria.

Na sentença contra Hamilton Gonçalves de Oliveira e Edilson José de Oliveira consta que foram acusados por desacato a militar e desobediência, segundo os arts. 299 e 301 do Código Penal Militar. Também foram enquadrados no art. 302 do mesmo Código Penal, no entanto, a Defesa dos primos argumentou que não transpassaram a área de propósito, argumento que se sustenta pois Hamilton e Edilson portavam calção de banho no momento da prisão, ou seja, a intenção dos rapazes era a de se banhar no Rio Papanduva. Teve como parecer a absolvição³²⁶.

³²⁴ COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-SC. [Telex] 05 mar. 1987, Florianópolis [para] Comissão Pastoral da Terra-GO, [S. l.]. 1fl.

³²⁵ JORNAL DO BRASIL. **Lavrador acusa o Exército de prender sobrinho em Papanduva**, Rio de Janeiro, 07 mar. 1987.

³²⁶ CURITIBA. Justiça Militar. Auditoria da 5ª CJM. **Processo nº 5/87-4**. Curitiba, 21 jan. 1988.

O ocorrido gerou repercussões, foi realizada uma entrevista coletiva convocada pela Comissão Pastoral da Terra e também, uma comitiva de desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC foi na Assembleia Legislativa de Santa Catarina denunciar a violência cometida – espancamento e ameaças – contra a família Oliveira para a procuradora Ela Volkme³²⁷. Essas mobilizações evidenciam como esse grupo de pequenos e médios agricultores desapropriados aprenderam a falar e por quais meios faziam isso.

A Comissão Pastoral da Terra também denunciou o caso no Boletim da CPT Nacional, na matéria intitulada “A velha violência na Nova República”. A matéria trata do caso de violência contra o agricultor Hamilton Gonçalves de Oliveira, além disso, finaliza trazendo pontos do contexto mais amplo pelo qual o Brasil passava, a redemocratização. Aborda que os torturadores da Ditadura Militar estão livres, o que faz com que seja possível que surjam novos torturadores, por exemplo, os militares que agrediram Hamilton. Novamente, assim como nas denúncias da condenação do Pastor Werner Fuchs, é citada a abertura democrática pela qual o Brasil passava naquele momento. Em ambos os casos abordados aqui, percebe-se uma certa quebra de expectativas por parte dos agentes da CPT com o novo modelo político que se inaugurava, mas evidencia a capacidade dos agentes de entenderem a realidade vivida pelo país, assim como preconizava a Teologia da Libertação, pois somente conhecendo a realidade é que a prática se tornaria mais eficaz.

Recursos, táticas e estratégias desenvolvidas pela CPT em apoio às lutas dos “pobres” do mundo ajudaram esses grupos a desenvolverem uma organização e cultura de luta. Essa questão é bastante perceptível no que tange aos desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC, evidente que todas as experiências por eles passadas contribuíram também, mas a aproximação da CPT impulsionou a luta³²⁸. Em geral, os movimentos dos camponeses se caracterizam por serem locais e/ou regionais cuja unidade é momentânea e frágil. Hobsbawm³²⁹ defende, então, que a ideia de um movimento camponês geral não é viável, mas isso não quer dizer subestimar a força de tais aglutinações de movimentos. A CPT, sobretudo a regional de Santa Catarina, contribuiu muito para que os desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC dessem um passo adiante na luta, mas, para além disso, contribuiu para criar uma consciência política entre os reivindicantes.

³²⁷ JORNAL DE SANTA CATARINA. **Coronel acusado de espancamento**, Florianópolis, 06 mar. 1987.

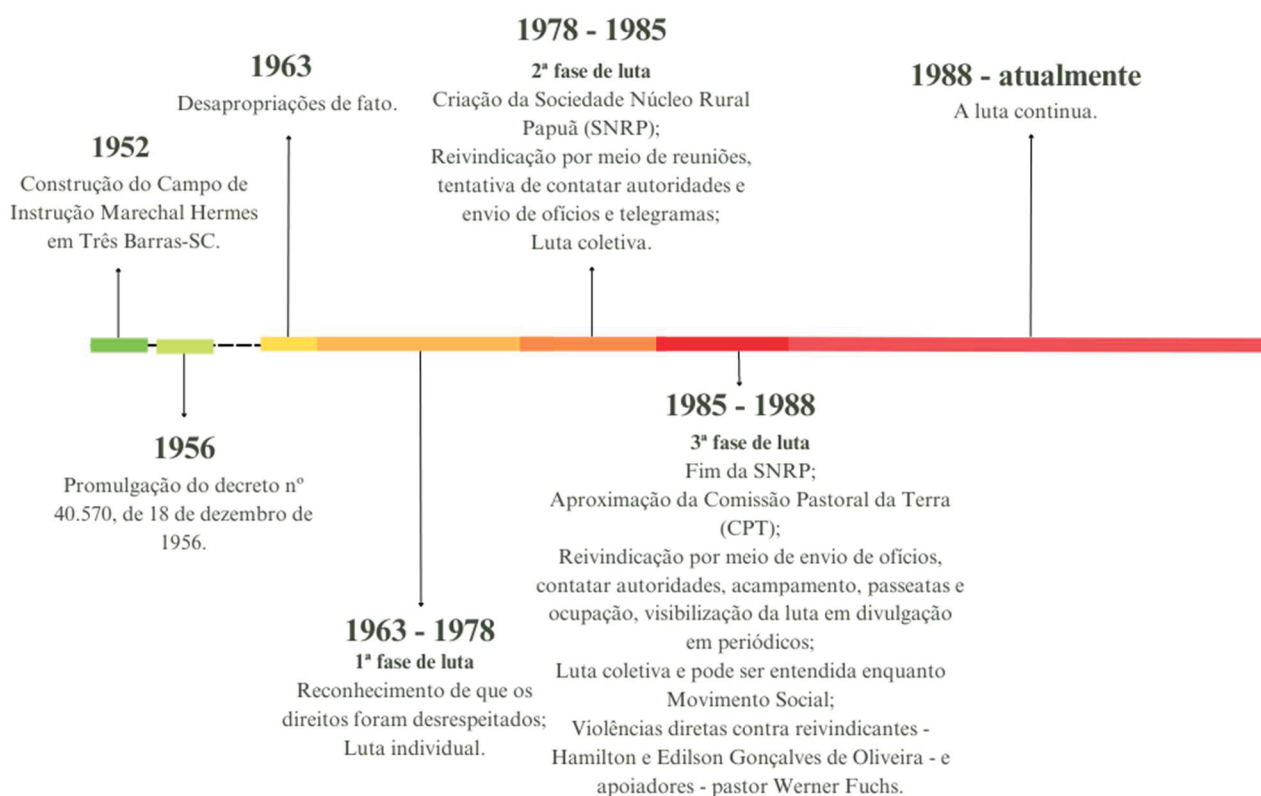
³²⁸ BASTOS. *Ibid.*, p. 23.

³²⁹ HOBBSAWM. *Ibid.*, p. 8.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2023, completará 60 anos desde que pequenos e médios proprietários de Papanduva, em Santa Catarina, tiveram suas terras irregularmente desapropriadas pela 5ª Região Militar do Exército brasileiro. São 60 anos sem que muitos tenham recebido a justa indenização pelas áreas desapropriadas, 60 anos em que o único instrumento que tinham de trabalho lhes foi tirado, 60 anos que o direito à moradia lhes tem sido negado. A partir do período estudado nessa pesquisa – que corresponde à metade desses anos de luta – podemos estruturar os acontecimentos da seguinte forma,

FIGURA 2 – LINHA DO TEMPO LUTA DESAPROPRIADOS DE PAPANDUVA-SC



FONTE: De autoria própria.

Escolhemos 1952 para marcar o início desse processo de lutas, pois foi o ano em que o Campo de Instrução Marechal Hermes foi construído no município de Três Barras-SC e, com isso, a inserção do Exército na região. No entanto, na pesquisa realizada delimitamos o ano de 1956 para iniciar nossas análises, dado que o que nos interessou aqui foram as desapropriações e a posterior luta dos desapropriados/herdeiros. Em 1956, foi promulgado o Decreto nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956, estabelecendo as áreas a serem desapropriadas bem como os valores das indenizações.

Conforme explicitamos durante a pesquisa, o processo desapropriatório foi bastante lento, tanto que as desapropriações de fato ocorreram apenas em 1963, marcando outro ponto importante nessa História. Os sete anos entre a promulgação do decreto e as desapropriações são importantes de serem lembrados aqui, pois foi um período marcado pelas primeiras arbitrariedades desse caso, como o treinamento com material bélico pesado perto de áreas habitadas, o impedimento da retirada de benfeitorias das terras que ainda não haviam sido passadas ao patrimônio da 5ª Região Militar e a intimidação por parte do Exército.

Logo após as desapropriações, tem-se, o que optamos por classificar, a primeira fase de lutas. Nesse primeiro momento, os desapropriados estavam ainda vislumbrando que seus direitos haviam sido desrespeitados, principalmente no que concerne à desapropriação sem o pagamento prévio da indenização. Dessa forma, de 1963 a 1978, os desapropriados tinham como objetivo conseguir o pagamento das indenizações, para isso, cada qual contratou um advogado diferente, empreendendo uma luta individual.

Entendemos com a segunda fase de lutas o período compreendido entre 1978 e 1985, tendo por marco inicial o ano de criação da Sociedade Núcleo Rural Papuã (SNRP). A criação da SNRP pode ser entendida como um fruto das experiências frustradas de reivindicações individuais e demonstra uma iniciativa de organização dos próprios desapropriados, sobretudo daqueles mais pobres, em empreender suas próprias lutas. Com a criação da Sociedade, os processos judiciais puderam ser unificados e ficaram a cargo de um único advogado, com isso a luta que antes era travada individualmente ganha o caráter de coletividade. Nesse momento, a SNRP passa a empregar outras estratégias, como a tentativa de contatar autoridades e instituições que pudessem ajuda-los, por meio de ofícios e telegramas, bem como a realização de reuniões com algumas dessas autoridades.

Entendemos que as táticas de luta, longe de serem legalistas, forneceram a vocalização dos subalternos. Além disso, foi através dessas ações que os

desapropriados/herdeiros puderam constatar irregularidades cometidas anos atrás, como a não passagem para a União das escrituras de algumas terras, fazendo com que as desapropriações fossem, na realidade, verdadeiros confiscos.

A luta através de uma organização gerida pelos próprios interessados e com estratégias pensadas por eles próprios gerou uma experiência de luta nos envolvidos. Ao perceberem que aquelas táticas não estavam surtindo o efeito esperado, alguns integrantes da SNRP resolvem chamar a Comissão Pastoral da Terra a ajudá-los a melhor se organizarem, dando início ao período que chamamos de terceira fase de lutas – 1985 a 1988. Concomitantemente, a Sociedade Núcleo Rural Papuã foi se desintegrando e estancou o funcionamento.

A Comissão Pastoral da Terra, entidade ecumênica fortemente influenciada pelas ideias da Teologia da Libertação, trabalhava em ajuda a lutas no campo, auxiliando grupos a se organizarem e buscando sua autopromoção com o objetivo máximo de libertar todos os “pobres” do mundo da exploração. Através da metodologia do “fazer com” e não “fazer para”, a atuação da CPT em apoio aos desapropriados de Papanduva-SC acarretou em algumas mudanças nas estratégias de reivindicação, mas sem deixar de lado as tentativas de contatar autoridades. Essas mudanças implicaram na organização de acampamentos, tanto próximo às áreas do CIMH quanto em frente à sede do INCRA, responsável por encontrar novas terras para permuta, bem como passeatas e romarias.

Para além de aspectos práticos, a CPT buscou mobilizar elementos para fortalecer a luta dos desapropriados e a própria coesão do grupo, como, por exemplo a memória do Contestado – memória essa que também fora mobilizada pelos militares do CIMH. Além de buscarem divulgar tanto em jornais de circulação nacional, quanto regional e da própria CPT o que estava ocorrendo no planalto norte catarinense. Entendemos essa prática como uma tentativa de tornar uma violência que poderia ser invisível, ainda mais se consideramos àqueles a quem se destina, visível. Dessa forma, aproximação da CPT, pautada na metodologia do “fazer com”, também contribuiu com a própria força que a entidade possuía, conferindo mais visibilidade à luta dos desapropriados/herdeiros de Papanduva-SC. A tentativa pela via jurídica não foi completamente abandonada nessa terceira fase de luta, mas os desapropriados estavam apoiados por uma entidade bastante forte na luta no campo.

A luta coletiva que havia se iniciado com a criação da Sociedade Núcleo Rural Papuã ganha nuances de complexidade, com a formação de verdadeiras lideranças, a articulação com outras organizações, como o MST, gerando a criação de uma rede de

indivíduos envolvidos nessa luta de alguma forma. A luta coletiva ganha contornos de Movimento Social, tanto que para esse período, podemos pensar a organização dos desapropriados como Movimento dos Desapropriados de Papanduva-SC, que ganha ares de Movimento Social ao buscar a construção de uma cidadania. Essa mudança e injeção de caráter político à luta em Papanduva-SC muito se deve à atuação da CPT, mas também dos próprios desapropriados e herdeiros que aprenderam com as experiências a interpretar a realidade e a buscar novas formas de luta. Além disso, a Comissão Pastoral da Terra não pode ser entendida como uma entidade tão estrangeira ao próprio Movimento dos Desapropriados, sobretudo devido à sua atuação no Estado de Santa Catarina. Os agentes pastorais que compunham a regional catarinense faziam parte daquela região.

A violência, no entanto, foi elemento marcante nessa História da luta dos desapropriados, culminando, ainda no terceiro período, em violências físicas contra filho de uma liderança e perseguição aos apoiadores do Movimento. No entanto, as violências cometidas contra esse grupo vão além, como aquela embasada em leis, evidenciando como o Direito pode e é usado pelas classes dominantes para oprimir os dominados. Além disso, o Estado e Exército se mesclam e atuam enquanto instrumento da classe dominante para perpetuar sua dominação.

Por fim, a luta continua... Em reportagens do jornal Diário Catarinense, de julho de 1996, retratam a história de duas famílias, os Pacheco e os Boiko, os segundos ainda tentando reaver as indenizações, isso passados 40 anos desde a promulgação do decreto nº 40.570, para Ernestina Boiko, as desapropriações representaram o começo de um sofrimento sem fim. Sobre o Exército, em entrevista concedida pelo Coronel Dorival Ari Bogoni ao Diário Catarinense, o Coronel diz que a questão das terras do CIMH não é problema deles e quando questionado sobre a importância social da área, diz que é um problema do Judiciário e que não queria se envolver³³⁰.

³³⁰ DIÁRIO CATARINENSE. **Ex-donos querem reaver terreno.** Florianópolis, 08 e 09 jul. 1996.

FONTES

5ª DIVISÃO DO EXÉRCITO. **O Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH), Três Barras/SC, é uma organização militar do Exército Brasileiro, responsável por sediar exercícios de adestramento.** A organização militar é considerada a maior entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, com 9.700 hectares e tem a capacidade para receber pouco mais de 7 mil militares em cada exercício de adestramento. 11 out. 2021. Facebook: @5deexercito. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo/?fbid=438722170930948&set=a.121818055954696>>. Acesso em: 12 jun. 2023.

5ª REGIÃO MILITAR. **O Campo de Instrução Marechal Hermes (CIMH), em Três Barras-SC, comemora neste dia 10 de setembro 69 anos de existência a serviço das tropas do Exército.** Três Barras. 10 set. 2021. Instagram: @5rm_exercito. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CTpF1v0lqip/?utm_source=ig_web_copy_link&fbclid=IwAR396sAXRkUYkaKeebjlTTt5E78kTxqppVixgVaxZQX9-Gfh_yuVIIUK68I. Acesso em: 12 jun. 2023.

BRASIL. 5ª Região Militar - Campo de Instrução Marechal Hermes. **Autorização.** Três Barras, SC: Campo de Instrução Marechal Hermes, 4 out. 1962.

BRASIL. 5ª Região Militar - Campo de Instrução Marechal Hermes. **Contrato entre o Campo de Instrução Marechal Hermes e o Sr. José da Silva Lima.** Três Barras, SC: Campo de Instrução Marechal Hermes, 27 jun. 1969.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. **Diário Oficial da União:** seção 1, Rio de Janeiro, RJ, ano 80, n. 165, p. 1, 18 jul. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm>. Acesso em: 05 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 40.570, de 18 de dezembro de 1956.** Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários ao serviço do Exército Nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ, 18 dez. 1956.

BRASIL. Tribunal Federal de Recursos. **Ofício nº 1500.** Brasília, DF: Tribunal Federal de Recursos, 19 jun. 1975.

CARTÓRIO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS – COMARCA DE CANOINHAS. **Certidão de Inteiro Teor da Matrícula nº 5.905, datada de 02 de junho de 1980.** Canoinhas: Comarca de Canoinhas, 02 jun. 1980.

CHEIRO DE TERRA. **Meu pai precisa plantá, prá nós podê comê,** Florianópolis, 28 fev. 1987, nº 10, p. 6-7.

COLUSSI, Luis. **[Carta aberta].** 16 mar. 1987, Caçador. 1 fl.

COMISSÃO DOS DESAPROPRIADOS. **Acampamento dos desapropriados de Papanduva.** Florianópolis. 15 jul. 1986.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – GO. [Telex] sem data, Goiânia [para] Leônidas Pires Gonçalves, Brasília. 1fl.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-SC. [Telex] 05 mar. 1987, Florianópolis [para] Comissão Pastoral da Terra-GO, [S. l.]. 1fl.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - SC. **Terra de Deus, direito dos trabalhadores.** Florianópolis: CPT-SC, 1987. 7 fls.

COMITÊ DE SOLIDARIEDADE. **Civis em tribunais militares? Exército em terras de agricultores?** Curitiba: Comitê de solidariedade. 1987. 1 fl.

COORDENADORIA DE CONFLITOS AGRÁRIOS. Sem data. **Acampamentos: Conflitos de terra,** [S. l.], v. III, sem data.

CURITIBA. Justiça Militar. Auditoria da 5ª CJM. **Processo nº 5/87-4.** Curitiba, 21 jan. 1988.

DIÁRIO CATARINENSE. **E tudo termina quando soldados entram em ação,** Florianópolis, 4 fev. 1987.

DIÁRIO CATARINENSE. **Ex-donos querem reaver terreno.** Florianópolis, 08 e 09 jul. 1996.

DIÁRIO CATARINENSE. **Exército não utilizará violência, afirma coronel,** Florianópolis, 5 fev. 1987.

DIÁRIO CATARINENSE. **Exército vai deixar campo de instrução,** Florianópolis, 6 fev. 1987.

DIÁRIO CATARINENSE. **Pastoral da Terra diz que houve pressão,** Florianópolis, 05 fev. 1987.

JORNAL DE SANTA CATARINA. **Colonos exigem solução imediata,** Florianópolis, 5 fev. 1987.

JORNAL DE SANTA CATARINA. **Coronel acusado de espancamento,** Florianópolis, 06 mar. 1987

JORNAL DE SANTA CATARINA. **Exército não vistoria áreas e o impasse continua em Papanduva,** Blumenau, 2 jul. 1986.

JORNAL DO BRASIL. **Lavrador acusa o Exército de prender sobrinho em Papanduva,** Rio de Janeiro, 07 mar. 1987.

INCRA. **Of. INCRA/P/Nº 134**. Brasília: INCRA, 06 mai. 1980, 2 fls.

LOCKS, Inácio. **Informação INCRA/CR(10)J-Nº 04/80**. Florianópolis, 25 fev. 1980. 2fls.

MANDADO DE SEGURANÇA. Florianópolis, 14 jun. 1984. 5fls.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO (Brasil). **Edital de tomada de preços nº 9 CRL/5-84, de 30 de abril de 1984 para arrendamento de imóveis**. Curitiba: Comando da 5ª Região Militar, 30 abr. 1984.

MINISTÉRIO DA GUERRA (Brasil). General Henrique Lott. **Aviso n. 2-COSEF (DI/SI)**. Aviso n. 2-COSEF (DI/SI), [S. l.], ano 1956, n. 2, 24 jul. 1956.

MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Conflito de terra em Papanduva-SC – Pastor Werner Fuchs**, 01 jun. 1987. 2 fls.

MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Conflito pela posse e uso de terra em Papanduva-SC – Pastor Werner Fuchs**. 1987. 4 fls.

MINISTÉRIO DA DEFESA. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Situação atual e provável evolução das invasões e acampamentos de trabalhadores rurais sem terra nos Estados do Paraná e Santa Catarina**, [S. l.], p. 1-49, 20 jul. 1986.

NOTICIÁRIO DO EXÉRCITO. Campo de Instrução Marechal Hermes – Exército cumpre dever. **Noticiário do Exército**, [s. l.], ano XXX, n. 7197, 11 fev. 1987.

O ESTADO. **Tentativa de invasão quase acaba em confronto**, Florianópolis, 4 fev. 1987.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Exército se manifesta sobre expulsão em SC**, São Paulo, 14 fev. 1987.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Of. nº PR/692/SC/GAB**. Florianópolis: Procuradoria da República do Estado de Santa Catarina, 21 out. 1992.

QUEIROZ, Péricles Aurélio de. **[denúncia]** Exo. Sr. Doutor Juiz – Auditor da Auditoria da 5ª circunscrição judiciária militar – denúncia, 09 mar. 1987.

SCHADEK et. al. **Relatório discriminativo das ocorrências com a desapropriação de imóveis para o Campo de Instrução Marechal Hermes, localizado nos municípios de Três Barras e Papanduva, Estado de Santa Catarina**. Papanduva, 01 mai. 1975. 4 fls.

SCHADECK, João. **À Sociedade Núcleo Rural Papuã**. Papanduva, 17 set. 1985. 1fl.

SCHADECK, João. **Carta endereçado ao Comandante da 5ª Região Militar, General Eduardo César Lucena Barbosa.** Papanduva, 13 jan. 1986. 3 fls.

SECRETARIA NACIONAL DA CPT. [Telex] 03 fev. 1987, Goiânia [para] Assessoria de imprensa da CNBB, [S. l.]. 1fl.

SERVIÇO ESPECIAL DE DEFESA COMUNITÁRIA. **Ref. Desapropriação de terras em Papanduva e Três Barras para instalação do Campo de Instrução Marechal Hermes.** Florianópolis: DECOM, 11 jun. 1986.

SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ. **Ofício endereçado ao Ministro do Exército, General Walter Pires.** Papanduva: SNRP, 10 ago. 1982.

SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ. **Carta endereçada ao Ministro Chefe do Gabinete Civil.** Papanduva. 1979. 19 fls.

SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ. **Carta endereçada ao Ministro da Justiça Dr. Ibrahim Abi-Ackel.** Papanduva: Santa Catarina, 10 ago. 1982.

SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ. **Ofício endereçado ao Ministro da Justiça, Ibrahim Abi Ackel.** Papanduva: SNRP, 10 ago. 1982. 2 fls.

SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ. **Ofício endereçado ao Presidente do INCRA, Paulo Yokota.** Papanduva: SNRP, 10 ago. 1982. 1 fl.

SOCIEDADE NÚCLEO RURAL PAPUÃ. **Ofício endereçado ao Governador do Estado de Santa Catarina, Henrique Cordova.** Papanduva: SNRP, 01 set. 1982, 2 fls.

WINCKLER, Mauro. **Relatório técnico.** Florianópolis: INCRA. 1980. 5 fls.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Alexandre Black de. **Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK**. XI Congresso Brasileiro de História Econômica: 12ª Conferência Internacional de História de Empresas. Vitória. 2015.
- BALIBAR, Étienne. Violencia, Política, Civilidad. **Ciencia Política**. v. 10, n. 19, jan./jun. 2015.
- _____. **Violence et civilité** : Weltek Library Lectures at autres essais de philosophie politique. Éditions Galilée : Paris. 2010.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas**: Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Editora Vozes. 2019.
- BASTOS, Fernanda Conceição de Souza. **Cultura, política e os afazeres da Comissão Pastoral da Terra (CPT)**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2012.
- BLANC, Jacob. **Antes do Dilúvio**: Itaipu e a história da ditadura no campo. São Paulo: Garamond. 2011.
- BRANDT, Marlon; CAMPOS, Nazareno José de. Uso comum da terra e práticas associativas da população cabocla do planalto catarinense. **Geosul**, Florianópolis, v. 23, n. 45, p. 43-64, jan./jun. 2008.
- BREPOHL, Marion. La condition d'invisibilité à partir d'une perspective transnationale: L'exemple de la Namibie. In: CALOZ-TSCHOPP, M. et all. **Vivre l'exil; explorer des pratiques de desexil de l'exil**. Paris: L'Harmattan, 2019.
- BREPOHL, M.; GONÇALVES, M.; GABARDO, E. As violências do Estado de exceção e a defesa da memória contra a invisibilidade dos grupos vulneráveis. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, n. 117, pp. 321-361, jul./dez. 2018.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do ISEB e da Cepal à teoria da dependência. In.: Caio Navarro de Toledo, org. (2005) **Intelectuais e Política no Brasil**: A Experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Editora Revan: 201- 232.

CALOZ TSCHOPP, M. C. Pensar a potência e impotência de agir à luz da indiferença e da ambiguidade. In.: NAXARA, M.; MARSON, I.; BREPOHL, M. **Indiferenças: percepções políticas e percursos de um sentimento**. São Paulo: Intermeios, 2015.

CANDAU, Joel. Memórias e Amnésias Coletivas; Áreas da Antropologia da Memória. In.: **Antropologia da Memória**. Instituto Piaget: Lisboa. 2013.

CARVALHO, Bruno Sciberras. Subalternidade e possibilidades de agência: uma crítica pós-Colonialista. **Revista Estudos Políticos**. n. 3. v. 2. 2011. p. 65-69.

COLISTETE, R. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil, in Szmrecsányi, T.; Coelho, F. S. (Org.). **Ensaio de História do Pensamento Econômico no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Atlas, 2007, p. 27-37.

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE TERESA URBAN. **Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Paraná**. vol. 2. São Paulo: Tiki Books, 2017.

DALFRÉ, Liz Andréa. **Outras narrativas da nacionalidade: O movimento do Contestado**. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

Diani, Mario. Networks and social movements: a research program- me. In: Diani, Mario e McAdam, Doug (eds.). **Social movements and networks**. Relational approaches to collective action. Oxford Univ. Press, 2003 apud. ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos estudos CEBRAP*, n. 100, p. 115–127, nov. 2014.

ESPÍRITO SANTO, Evelise Nunes do. **Transformações da agricultura no estado de Santa Catarina, 1920-1985**. 1998. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1998.

FERREIRA, Silvana Maria. Peregrinos da Terra Prometida: Comissão Pastoral da Terra e trajetória político-religiosa (1975-2003). **Sacrilegens**, Juiz de Fora, v.1, n.1, p.137-152, 2004. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2009/08/1-10.pdf>>.

FLENIK, Ana Cláudia. **Disputas fundiárias no pós-contestado: a luta pelas terras do Campo de Instrução Marechal Hermes e seus reflexos sobre o desenvolvimento regional**. Dissertação (Mestrado em Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade do Contestado, Canoinhas. 2017.

GALASTRI, Leandro. Classes sociais e grupos subalternos: distinção teórica e aplicação política. **Crítica Marxista**, n. 39, p. 35-55, 2014.

GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência**. São Paulo: Edusp. 2012.

GÓES, Camila. Repensando a subalternidade: de Antonio Gramsci à teoria pós-colonial. **Revista Outubro**, n. 26, julho de 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 3.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 5.

GRYNSZPAN, Mario. A questão Agrária no Brasil pós 1964 e o MST. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. (Volume 4).

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis: Vozes/Fase, 1987.

HOBSBAWM, Eric. Los campesinos y la política. **Cuadernos Anagrama**, nº 128. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

IANNI, Octávio. A utopia camponesa (1986). In.: (orgs.) WELCH, Clifford; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa; WANDERLEY, Maria de Nazareth. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

IANNI, Otávio. A utopia camponesa. In: CARVALHO, H. (Org.). **O campesinato no século XXI**. Vozes, 2005.

KOHUT, Karl. **Política, violência y literatura**. Anuario de Estudios Americanos. Tomo LIX, 1, 2002.

KOLING, Paulo José. Levantando Poeiras no/do chão: estudo das lutas e resistências dos atingidos da Itaipu. In.: (org.) SILVA, Marcio Antônio Both da; KOLING, Paulo José. **Terra e poder: vivências e lutas sociais no campo**. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022.

LIMA, Soeli Regina. Do direito à memória histórica: o processo de desapropriação do CIMH - Campo de Instrução Marechal Hermes no planalto Norte catarinense. **XIII Encontro Nacional de História Oral: História oral, práticas educacionais e interdisciplinaridade**. UFRGS. 2016.

LIMA, Soeli Regina; TOMPOROSKI, Alexandre Assis. O fim de uma company town: do processo de estatização às manifestações dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber

and Colonization Company (1940-1956). **Revista de História Regional** 22(1): 125-147, 2017 Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **História política do abastecimento: 1918-1974**. Brasília: BINAGRI, 1979.

_____. **Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LÖWY, Michael. **A Guerra dos Deuses**. Religião e política na América latina. Petrópolis: Vozes/CLACSO/LPP, 2000.

LUCA, Matheus Giacomo de. **Desapropriados pelo Exército: Agricultores de Papanduva e suas lutas (1956-1987)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Departamento de História - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

LVOVICH, Daniel. La violencia dictatorial y la violencia estatal de largo plazo en el Cono Sur de América Latina: Entre lo excepcional y lo habitual. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 68, n. 01, p. 85-108, jan/jun., 2020.

MACHADO, Paulo Pinheiro. Contestado: o centenário da guerra e o conflito sem fim. In.: PRIORI, Angelo; GRUNER, Clóvis. (org.) **Contestado: 100 anos de uma guerra sem fim: movimentos e conflitos sociais no sul do Brasil: estudos sobre Santa Catarina e Paraná (séculos XIX e XX)**. Curitiba: ANPUH, 2016.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes. 1981.

MARTINS, Suely Aparecida. As contribuições teórico-metodológicas de E. P. Thompson: experiência e cultura. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, vol. 2 nº 2 (4), p. 113-126, agosto-dezembro/2006.

MARX, Karl. **O 18º Brumário e cartas a Kugelmann**. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1969.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. A noção de experiência histórica e social em Edward Thompson: percursos iniciais. **História e Perspectivas**, Uberlândia (1), p. 393-413, jan./jun. 2014.

MEZZOMO, Frank Antonio. **Memórias dos movimentos sociais no Oeste do Paraná**: Gernote Kirinus, Adriano Van de Ven, Werner Fuchs. Campo Mourão/PR: Ed. Da Fecilcam, 2009.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma Igreja radical**: Teologia da Libertação, Luta pela Terra e Atuação da Comissão Pastoral da Terra no Estado da Paraíba. Tese de Doutorado (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

MOURÃO, Rafael Pacheco. Desenvolvimento, industrialização e ordenamento político: uma discussão sobre os Estados em Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek - dois Estados, uma “Ordem”. **Revista História em Curso**, Belo Horizonte, v.2, n. 2, 1º sem. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/historiaemcurso/article/view/1866/pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

NETO, Eurico Bitencourt. **Utilidade pública como causa expropriatória**. 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/84892464.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. In.: **Estudos Avançados**, vol. 3, n. 7, São Paulo, set./dec. 1989.

PELLEGRINO, Anderson César. As ideias da Cepal sobre a questão agrária latino-americana. **Economia**, Curitiba, n. 24, p. 73-88, 2000. Editora da UFPR.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De utopias e de *TOPOI*: espaço e poder em questão (perspectivas desde algumas experiências de lutas sociais na América Latina/Abya Yala), p. 17-70. In.: **Conflictos territoriales y territorialidades en disputa**: Re-existencias y horizontes societales frente al capital en América Latina / Carlos Walter Porto-Gonçalves... [et al.] ; coordinación general de Pabel López ; Milson Betancourt Santiago. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2021.

QUEIROZ, Alexandre. **Revolução e Paraíso**: Conflito de Ideias na Igreja Latino-Americana (1968-1979). Editora Unila: Foz do Iguaçu. 2021.

RENK, Arlene. Expropriação do campesinato caboclo no Oeste catarinense. In.: (orgs.) GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. A terra e a farda: a questão agrária sob regime militar no Brasil e no Peru. In.: MOTTA et al. (org.) **História Agrária: propriedade e conflito**. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2008.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Cartas ao presidente Vargas: outra forma de luta pela terra. In.: (orgs.) MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo. **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da História**, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

ROIO, Marcos Del. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, nº 29, p. 63-78, nov. 2007.

SÁ, Alexandre Avelar de. O Exército e o desenvolvimento industrial no Estado Novo: a formação do Círculo de Técnicos Militares. **Militares e Política**, n.º 2 (jan-jun. 2008), pp. 62-80.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1988.

SANTIAGO, Milson Betancourt. Colonialidad territorial, relaciones sociedades-naturaleza y violencias a escala global-local: desafíos para la paz territorial en Colombia y el mundo. In.: **Conflictos territoriales y territorialidades en disputa : Re-existencias y horizontes societales frente al capital en América Latina / Carlos Walter Porto-Gonçalves... [et al.] ; coordinación general de Pabel López ; Milson Betancourt Santiago**. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2021.

SANTOS, Raimundo. Camponeses e democratização no segundo debate agrarista. In.: SANTOS, Raimundo; CARVALHO, Luiz Flavio de; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (org.) **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

SCHIOCHET, Valmor. **Esta Terra é minha terra : movimento dos desapropriados de Papanduva**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade de Santa Catarina. Florianópolis, 1988.

SCOTT, James. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Tradução de Pedro Serras Pereira. Lisboa: Letra Livre. 2013.

SCOTT, James. **Weapons of the weak**: everyday forms of peasant resistance. Westford: Yale University Press. 1985.

SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina. **O Social em Questão**, ano XX, nº 39, set.-dez. 2017.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, 1981.

_____ (coord.) e outros. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. **O que é a questão agrária**. 4ª ed. Editora Brasiliense: São Paulo. 1981.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katál**. Florianópolis. v. 12. p. 41-49. jan./jun. 2009.

SMANIOTTO, Marcos Alexandre. Modernização conservadora, concentração fundiária e êxodo rural: contradições de uma microrregião no Oeste do Paraná. In.: (org.) SILVA, Marcio Antônio Both da; KOLING, Paulo José. **Terra e poder**: vivências e lutas sociais no campo. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022.

SOUZA, Edson Rezende de. O ISEB: A Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL)**, v.1, n.1, jan./jul. 2010, p.147-164.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Editora UFMG: Belo Horizonte. 2010.

SPIVAK, Gayatri. History. In.: **A Critique of Postcolonial Reason**. Harvard University Press: London. 1999.

SZMRECSÁNYI, Tamás. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In. (org) FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III - O Brasil Republicano. 4º vol. Economia e Cultura (1930-1964). Difel: São Paulo. 1984.

THOMPSON, Edward. **Senhores e caçadores**. A origem da Lei Negra. Tradução de Denise Bottmann. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, Edward. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward. **Formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. 3º vol. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMSON, Alistair. **Memórias de Anzac** - colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. 2001.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. Cicatrizes do Contestado: a Estatização da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e o advento do Campo de Instrução Marechal Hermes. **Desenvolvimento Regional em debate**. v. 6, n. 3, p. 178-192, nov. 2016.

TUDE SEVÁ, J.; MARTINS LEMES, J. V. Propriedade da terra e poder no Brasil na obra de José de Souza Martins. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, [S. l.], v. 42, n. 3, p. 180–201, 2019. DOI: 10.5216/rfd.v42i3.56535. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revfd/article/view/56535>. Acesso em: 7 dez. 2021.

WOLFART, Cíntia. A expansão da agricultura modernizada no Paraná: da estruturação rural ao complexo agroindustrial. In.: (org.) SILVA, Marcio Antônio Both da; KOLING, Paulo José. **Terra e poder**: vivências e lutas sociais no campo. Passo Fundo: Acervus Editora, 2022.

VELHO, Otávio Guilherme A. C.. O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro (1969). In.: (orgs.) WELCH, Clifford; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa; WANDERLEY, Maria de Nazareth. **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. v. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.